

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Vera Lúcia Gomes Borges

**Análise do Processo de Trabalho de Produtores de Tabaco no Brasil e sua Possível
Relação com os Casos de Suicídios em Áreas Fumicultoras do País**

Rio de Janeiro

2016

Vera Lúcia Gomes Borges

**Análise do Processo de Trabalho de Produtores de Tabaco no Brasil e sua Possível
Relação com os Casos de Suicídios em Áreas Fumicultoras do País**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública, Área de Saúde Coletiva e Subárea de concentração: saúde, trabalho e ambiente

Orientador: Prof. Dr. Frederico Peres

Rio de Janeiro

Ano 2016

Catálogo na fonte

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica

Biblioteca de Saúde Pública

B732a Borges, Vera Lúcia Gomes

Análise do processo de trabalho de Produtores de tabaco no Brasil e sua possível relação com os casos de suicídios em áreas fumicultoras do país. / Vera Lúcia Gomes Borges. – 2016.

257. f.: tab.; graf.

Orientador: Frederico Peres

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.

1. Tabaco. 2. Suicídio. 3. Saúde do Trabalhador Rural. 4. Exposição a Praguicidas. 5. Indústria do Tabaco - Economia. 6. Fatores Socioeconômicos. I. Título.

CDD - 22.ed. – 362.280981

Vera Lúcia Gomes Borges

**Análise do Processo de Trabalho de Produtores de Fumo no Brasil e sua Possível
Relação com os Casos de Suicídios em Áreas Fumicultoras do País**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública, Área de Saúde Coletiva e Subárea de concentração: saúde, trabalho e ambiente

Aprovada em: 01.04.2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Augusto Pina, Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP

Prof. Dra. Mariana Soares da S. Peixoto Belo – Secretaria Municipal de Educação – SME-RJ

Prof. Dr. Frederico Peres da Costa, Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento maior a Deus por me proporcionar vida e saúde permitindo superação de desafios.

Ao meus pais Maria (*in memorian*) e Pedro (*in memorian*) por todo GRANDE AMOR.

À minha família, tão forte em minha vida, e muito especialmente a minha irmã Ornela e sobrinha Isabella pela paciência, auxílio às digitações, e ao silêncio que imprimiam como a grande ajuda para alguns momentos difíceis de estudo, facilitando e permitindo maior concentração.

Ao meu orientador Frederico Peres pela sabedoria e grande ajuda durante todo o processo do mestrado, estimulando, acreditando e mostrando caminhos para superar minhas dúvidas.

À Ensp por ser a Escola de Formação em Saúde Pública que é no país, e de modo especial ao Cesteh cuja proximidade com o aluno é produtiva e acolhedora.

A minha turma do mestrado pela harmonia e ajuda que conseguimos mutuamente dar, transformando-nos num time de amigos com o propósito de chegarmos ao final do curso, mesmo diante das incertezas em diferentes momentos.

Aos colegas de trabalho pela ajuda e apoio para a realização do mestrado como Valéria Cunha pela compreensão e estímulo, e ainda a parceria, torcida e suporte de Andrea Reis, Aline Mesquita, Maria Raquel Fernandes e Ricardo Meirelles.

Aos colegas de controle de tabaco no Brasil, Christianne Belinzoni e Amadeu Bonato, que muito me auxiliaram com suas expertises no campo da fumicultura.

... a saúde no trabalho não se vende nem se delega, defende-se. (Alonso, 2007)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de trabalho relacionado ao cultivo de tabaco no Brasil, com vistas a identificar elementos que possam estar associados aos casos de suicídios em municípios produtores de tabaco no sul do país - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e do nordeste Alagoas, Bahia e Sergipe. Para alcance dos objetivos a pesquisa foi delineada em duas etapas. Na primeira etapa foi analisado o processo de trabalho na produção de fumo no Brasil, e na segunda etapa foram analisadas ocorrências dos suicídios em 52 municípios produtores e 52 não produtores de fumo que compartilhassem características e indicadores sociais e econômicos semelhantes. A análise do processo de trabalho mostrou todas as etapas da produção do fumo pelo agricultor e sua família, os insumos necessários, as horas de trabalho, dentre outros aspectos. O processo apontou existir nesse tipo de atividade uma série de riscos aos quais os trabalhadores estão expostos, e que podem comprometer sua saúde física e mental. Na segunda etapa foram levantados dados sociodemográficos em banco oficial de acesso irrestrito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no Departamento de Informática do SUS - DATASUS, os dados de suicídios dos maiores municípios produtores de fumo em Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Igual procedimento foi adotado com 52 municípios não fumicultores dos mesmos estados, que guardavam similaridades sociodemográficas com os municípios fumicultores. Como resultado dessa etapa foram encontrados no período de 2004 a 2013, um total de 1.247 registros de suicídios nos municípios fumicultores, caracterizados nesta pesquisa, e 837 registros de suicídios nos municípios não fumicultores no mesmo período. Os resultados dessa pesquisa oferecem elementos como contribuição aos artigos 17, 18 e 20 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, que prevê atenção ao cultivo do tabaco, proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas; e pesquisa, vigilância e intercâmbio de informação, respectivamente. Por fim, os resultados apontam necessidade de aprofundamento de pesquisas sobre suicídio nesta vertente agrícola para ampliação do entendimento e providências de várias áreas ligadas a saúde do trabalhador.

PALAVRAS CHAVE: Cultivo de Tabaco, Suicídio, Exposição a Pesticidas, Exposição Ocupacional.

ABSTRACT

This work aims to analyze the work process related to tobacco cultivation in Brazil, with a view to identifying elements that could be linked to cases of suicides in tobacco producing in the south area of the country – Rio Grande Sul, Santa Catarina, Paraná, and northeastern Alagoas, Bahia and Sergipe. To reach the research objectives, two steps were outlined. The first step was to analyze the process of work in tobacco production in Brazil, and in the second stage the suicides occurrences were analyzed in 52 counties and producers also in 52 counties that don't produce smoke and share similar characteristics and social and economic indicators. The work process analysis showed all stages of production of tobacco by the farmer and his family, the necessary inputs, working hours, among other things. The process pointed exist in this type of activity a number of risks to which workers are exposed, which can compromise their physical and mental health. In the second stage were collected demographic data on official bank of unrestricted access to the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, and the SUS Department of Informatics - DATASUS were checked the number and character of suicides major producing municipalities of smoke in Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande Sul, Santa Catarina and Parana. A similar process was executed with equal number of non-tobacco growing municipalities in the same states, guarding socio-demographic similarity with tobacco growers municipalities. As a result of this phase were found from 2004 to 2013, a total of 1,247 records of suicides in growers municipalities, featured in this survey, and 837 records of suicides in the municipalities not tobacco growers in the same period. The results show the severity and need for care to health and deepening of research on suicide of farmers inserted in the activities of this agricultural component, in order to increase understanding and actions in several areas involved with workers' health. Finally, the study brings contribution to Articles 17, 18 and 20 of the Framework Convention on Tobacco Control, which provides diversification; attention to tobacco farming, environmental protection and health; research, surveillance and exchange of information, respectively.

KEYWORDS: Tobacco Cultivation, Suicide, Pesticide Exposure, Occupational Exposure.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Matriz Base	61
Quadro 2: Lesões autoprovocadas intencionalmente – códigos X-60 a X-84	108
Figura 1: Inserção do trabalho nos grupos das doenças	41
Figura 2: Fatores de Risco e Danos à Saúde do Trabalhador Rural	42
Figura 3: Agrotóxicos e seus Efeitos	49
Figura 4: Classificação do IDH-M	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização de Municípios Fumicultores do Estado de Alagoas	91
Tabela 2: Caracterização de Municípios Fumicultores do Estado de Sergipe	93
Tabela 3: Caracterização de Municípios Fumicultores do Estado da Bahia	95
Tabela 4: Caracterização de Municípios Fumicultores do Estado do Rio Grande do Sul	97
Tabela 5: Caracterização de Municípios Fumicultores do Estado de Santa Catarina	99
Tabela 6: Caracterização de Municípios Fumicultores do Estado do Paraná	101
Tabela 7: Caracterização de Municípios Não Fumicultores do Estado de Alagoas	102
Tabela 8: Caracterização de Municípios Não Fumicultores do Estado de Sergipe	103
Tabela 9: Caracterização de Municípios Não Fumicultores do Estado da Bahia	103
Tabela 10: Caracterização de Municípios Não Fumicultores do Estado do Rio Grande do Sul	104
Tabela 11: Caracterização de Municípios Não Fumicultores do Estado de Santa Catarina	105
Tabela 12: Caracterização de Municípios Não Fumicultores do Estado do Paraná	106
Tabela 13: Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores – Alagoas	110
Tabela 14: Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores – Sergipe	111
Tabela 15: Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores – Bahia	112
Tabela 16: Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores – Rio Grande do Sul	113
Tabela 17: Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores – Santa Catarina	114
Tabela 18: Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores – Paraná	116
Tabela 19: Agrupado por Estado Número Total de Suicídios em municípios fumicultores e não fumicultores	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil

BAT – British American Tobacco

COP - Conferência das Partes

CQCT – Convenção-Quadro para Controle do Tabaco

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DESER – Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais

DFVT – Doença da Folha Verde do Tabaco

DO - Declaração de óbito

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCA – Instituto Nacional de Câncer

IAPS - International Association for Suicide Prevention

MAS - Assembléia Mundial da Saúde

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPT – Ministério Público do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONI – Orgão de Negociação Intergovernamental

PNSN – Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

SUMÁRIO

1.0 APRESENTAÇÃO - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
2.0 INTRODUÇÃO	19
3.0 OBJETIVO	24
3.1. Geral	24
3.2 Específico	24
4.0 AGRICULTURA FAMILIAR	25
5.0 ASPECTOS GOVERNAMENTAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO NO MUNDO	27
6.0 O CENÁRIO DA PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL	29
7.0 JUSTIFICATIVA	32
7.1 Produção de Tabaco e Convenção-Quadro para Controle do tabaco	34
8.0 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUA	38
8.1. Relações Saúde, Trabalho e Ambiente	38
8.2. O conceito de Processo de Trabalho	43
8.3. Trabalho na Produção de Tabaco	55
8.4.Trabalho e Agrotóxico	48
8.5. Saúde Mental e Trabalho	51
8.6. Trabalho e Suicídio	53
9.0 METODOLOGIA	59
10. LIMITES DO ESTUDO	68
11. RESULTADOS	69
11.1 Etapa 1 - Análise dos Processos de Trabalho na Produção de Fumo no Brasil	69
11.2 Etapa 2 - Análise da ocorrência de casos de suicídio em municípios produtores e não produtores de tabaco, que compartilhem características e indicadores sociais e econômicos semelhantes	89
12.0 DISCUSSÃO	126
13.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
14.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
APÊNDICE A – Municípios Fumicultores	
APÊNDICE A-1 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Cruz das Almas – estado da Bahia	154
APÊNDICE A-2 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor Governador Mangabeira– estado da Bahia	155
APÊNDICE A-3 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor Muritiba – estado da Bahia	156
APÊNDICE A-4 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Sapeaçu– estado da Bahia	157
APÊNDICE A-5 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Cabaceiras do Paraguaçu – estado da Bahia	158
APÊNDICE A-6 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Arapiraca– estado de Alagoas	159
APÊNDICE A-7 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Craíbas – estado de Alagoas	160
APÊNDICE A-8 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor Lagoa da Canoa– estado de Alagoas	161
APÊNDICE A-9 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor Feira Grande - estado de Alagoas	162

APÊNDICE A-10 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Girau do Ponciano – estado de Alagoas	163
APÊNDICE A-11 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Junqueiro – estado de Alagoas	164
APÊNDICE A-12 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de São Sebastião – estado de Alagoas	165
APÊNDICE A-13 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Coité do Noia – estado de Alagoas	166
APÊNDICE A-14 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Igaci – estado de Alagoas	167
APÊNDICE A-15 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Riachão do Dantas – estado de Sergipe	168
APÊNDICE A-16 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Lagarto – estado de Sergipe	169
APÊNDICE A-17 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Salgado – estado de Sergipe	170
APÊNDICE A-18 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Candelária – estado do Rio Grande do Sul	171
APÊNDICE A-19 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Agudo – estado do Rio Grande do Sul	172
APÊNDICE A-20 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Vera Cruz – estado do Rio Grande do Sul	173
APÊNDICE A-21 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Dom Feliciano – estado do Rio Grande do Sul	174
APÊNDICE A-22 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Chувиска – estado do Rio Grande do Sul	175
APÊNDICE A-23 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de São Lourenço do Sul – estado do Rio Grande do Sul	176
APÊNDICE A-24 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Canguçu – estado do Rio Grande do Sul	177
APÊNDICE A-25 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Camaquã – estado do Rio Grande do Sul	178
APÊNDICE A-26 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Venâncio Aires – estado do Rio Grande do Sul	179
APÊNDICE A-27 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Arroio do Tigre – estado do Rio Grande do Sul	180
APÊNDICE A-28 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Vale do Sol – estado do Rio Grande do Sul	181
APÊNDICE A-29 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Santa Cruz do Sul – estado do Rio Grande do Sul	182
APÊNDICE A-30 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Canoinhas – estado de Santa Catarina	183
APÊNDICE A-31 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Itaiópolis – estado de Santa Catarina	184
APÊNDICE A-32 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Santa Terezinha – estado de Santa Catarina	185
APÊNDICE A-33 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Içara – estado de Santa Catarina	186
APÊNDICE A-34 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Vidal Ramos – estado de Santa Catarina	187

APÊNDICE A-35 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Irineópolis – estado de Santa Catarina	188
APÊNDICE A-36 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Ituporanga – estado de Santa Catarina	189
APÊNDICE A-37 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Araranguá – estado de Santa Catarina	190
APÊNDICE A-38 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Mafra – estado de Santa Catarina	191
APÊNDICE A-39 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Papanduva – estado de Santa Catarina	192
APÊNDICE A-40 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Bela Vista do Toldo– estado de Santa Catarina	193
APÊNDICE A-41 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Petrolândia – estado de Santa Catarina	194
APÊNDICE A-42 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de São João do Triunfo – estado do Parana	195
APÊNDICE A-43 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Rio Azul – estado do Parana	196
APÊNDICE A-44 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Prudentópolis – estado do Parana	197
APÊNDICE A-45 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Piên – estado do Parana	198
APÊNDICE A-46 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de São Mateus do Sul – estado do Parana	199
APÊNDICE A-47 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Irati – estado do Parana	200
APÊNDICE A-48 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Imbituva – estado do Parana	201
APÊNDICE A-49 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Ipiranga – estado do Parana	202
APÊNDICE A-50 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Palmeira – estado do Parana	203
APÊNDICE A-51 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Gamiranga – estado do Paraná	204
APÊNDICE A-52 – Caracterização Sociodemográfica do Município Fumicultor de Ivai – estado do Paraná	205
APÊNDICE B – Municípios Não Fumicultores	
APÊNDICE B-1 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Baianópolis – estado da Bahia	206
APÊNDICE B-2 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Araci – estado da Bahia	207
APÊNDICE B-3 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Paripiranga - estado da Bahia	208
APÊNDICE B-4 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Cocos – estado da Bahia	209
APÊNDICE B-5 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Caculé – estado da Bahia	210
APÊNDICE B-6 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Campo Grande – estado de Alagoas	211

APÊNDICE B-7 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	212
Fumicultores – Palmeira dos Índios – estado de Alagoas	
APÊNDICE B-8 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	213
Fumicultores – Maragogi – estado de Alagoas	
APÊNDICE B-9 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	214
Fumicultores – Porto Calvo – estado de Alagoas	
APÊNDICE B-10 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	215
Fumicultores – Teotonio Vilela – estado de Alagoas	
APÊNDICE B-11 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	216
Fumicultores – Colonia Leopoldina – estado de Alagoas	
APÊNDICE B-12 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	217
Fumicultores – Joaquim Gomes – estado de Alagoas	
APÊNDICE B-13 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	218
Fumicultores — Branquinha estado de Alagoas	
APÊNDICE B-14 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	219
Fumicultores – Boca da Mata – estado de Alagoas	
APÊNDICE B-15 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	220
Fumicultores – Itabaiana – estado de Sergipe	
APÊNDICE B-16 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	221
Fumicultores – Areia Branca – estado de Sergipe	
APÊNDICE B-17 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	222
Fumicultores – Poço Verde – estado de Sergipe	
APÊNDICE B-18 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	223
Fumicultores – Dom Pedrito – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-19 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	224
Fumicultores – Lajeado – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-20 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	225
Fumicultores – Flores da Cunha – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-21 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	226
Fumicultores – Ijuí – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-22 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	227
Fumicultores – Imbé – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B- 23 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	228
Fumicultores – Ajuricaba – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-24 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	229
Fumicultores – Antonio Padro – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-25 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	230
Fumicultores – Vacaria – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-26 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	231
Fumicultores – Balneário Pinhal – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-27 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	232
Fumicultores – Ibirubá – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B- 28 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	233
Fumicultores – Carazinho – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-29 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	234
Fumicultores – Carlos Barbosa – estado do Rio Grande do Sul	
APÊNDICE B-30 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	235
Fumicultores – Itapema – estado de Santa Catarina	
APÊNDICE B- 31 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não	236
Fumicultores – São Pedro de Alcântara – estado de Santa Catarina	

APÊNDICE B-32 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Paulo Lopes – estado de Santa Catarina	237
APÊNDICE B- 33 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Imbituba – estado de Santa Catarina	238
APÊNDICE B-34 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Biguaçu – estado de Santa Catarina	239
APÊNDICE B- 35 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Águas Mornas – estado de Santa Catarina	240
APÊNDICE B-36 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Garuva – estado de Santa Catarina	241
APÊNDICE B-37 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Governador Celso Ramos – estado de Santa Catarina	242
APÊNDICE B-38 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Itapoá – estado de Santa Catarina	243
APÊNDICE B-39 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Penha – estado de Santa Catarina	244
APÊNDICE B-40 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Santo Amaro da Imperatriz – estado de Santa Catarina	245
APÊNDICE B-41 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Timbó – estado de Santa Catarina	246
APÊNDICE B-42 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Guairacá – estado do Paraná	247
APÊNDICE B- 43 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Jacarezinho – estado do Paraná	248
APÊNDICE B-44 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Cerro Azul – estado do Paraná	249
APÊNDICE B-45 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Jaguariaíva – estado do Paraná	250
APÊNDICE B-46 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Alvorada do Sul – estado do Paraná	251
APÊNDICE B- 47 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Santa Mariana – estado do Paraná	252
APÊNDICE B-48 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Castro – estado do Paraná	253
APÊNDICE B-49 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Marialva – estado do Paraná	254
APÊNDICE B-50 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Porecatu – estado do Paraná	255
APÊNDICE B- 51 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Ibiporã – estado do Paraná	256
APÊNDICE B-52 – Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores – Iporã – estado do Paraná	257

1.0 APRESENTAÇÃO - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar o processo de trabalho relacionado ao cultivo de tabaco no Brasil, com vistas a identificar elementos que possam estar associados aos casos de suicídios em municípios produtores de tabaco no sul e nordeste do país. O tema suicídio e transtornos mentais no meio de trabalhadores rurais, e especialmente na produção de fumo, é tido como real, mas silencioso, o que motivou conhecimento nessa vertente. A expectativa é que os resultados contribuam para ações de intervenção no campo da saúde do trabalhador, e política de controle de tabaco no Brasil.

De modo sucinto, será apresentado a seguir a estruturação dada a este trabalho.

A primeira parte é dedicada a **Introdução**, momento em que são trazidos dados sobre o histórico de tabaco no mundo, o deslocamento de rituais religiosos para atividade econômica, o cenário de produção de tabaco no mundo, a mudança no mercado produtor de países desenvolvidos para os em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Para além das questões econômicas que envolvem a produção de fumo, são levantadas questões relativas a prejuízos à saúde do agricultor trabalhador do fumo que motivam alguns questionamentos que conduzirão a caminhada dessa dissertação. Também são apresentados os objetivos geral e específicos; considerações sobre a modalidade de agricultura familiar; aspectos governamentais da cadeia produtiva do tabaco pelo mundo; o cenário da produção de tabaco no Brasil; a justificativa e convenção-quadro para controle do tabaco.

Na segunda parte é apresentado o **Referencial Teórico** que orienta a pesquisa, abordando relações de saúde, trabalho e ambiente; processo de trabalho; trabalho na produção de tabaco; trabalho e agrotóxico; bem como saúde mental e suicídio.

Na terceira parte a **Metodologia** descreve as duas etapas da pesquisa, com análise do processo de trabalho nas regiões produtoras de fumo, e da análise da ocorrência dos casos de suicídio em municípios produtores e não produtores de fumo, definindo os critérios para caracterização.

Na quarta parte, **Resultados da etapa 1**, são descritos os resultados encontrados na etapa 1 da pesquisa relativa à análise dos processos de trabalho, práticas agrícolas, organização e condições de trabalho de agricultores envolvidos com produção do fumo nas regiões sul e nordeste, e preenchimento do quadro matriz.

Na quinta parte, **Resultados da etapa 2**, apresenta indicadores sociais e econômicos (renda, PIB, etc) e número de suicídios registrados em bancos oficiais do IBGE e DATASUS, em municípios produtores e não produtores de tabaco que compartilham características e indicadores sociais e econômicos semelhantes, além do tipo de suicídio praticado na região nordeste e sul dos municípios caracterizados na pesquisa.

Na sexta parte, **Discussão**, são apresentados diálogos da literatura com os resultados encontrados relativos ao processo de trabalho, suicídios e os limites do estudo.

Finalizando esse trabalho, a sétima parte apresenta as **Considerações Finais**, promovendo um fecho sobre os aspectos do trabalho da fumicultura, repercussão na saúde mental dos trabalhadores agricultores e encaminhamentos.

2.0 INTRODUÇÃO

A planta tabaco – *nicotiana tabacum* – conhecida há cerca de oito mil anos pelas culturas que habitavam o continente antes dos grandes descobrimentos, é originária das Américas, e tem nos primórdios da história de seu uso as cerimônias de culto por parte de indígenas da América do Sul, principalmente em manifestações de oração, acreditando que a inalação da fumaça os aproximavam dos deuses. (BONATO, 2006)

Com o início da colonização europeia, há um deslocamento da função do uso do tabaco da religiosidade para a de moeda corrente no tráfico de escravos. Assim, o tabaco foi se convertendo em um grande investimento comercial, tendo, inclusive, as primeiras taxações do tabaco custeado gastos nacionais extraordinários, como a Guerra Civil Norte-Americana (First Federal Tobacco Tax, 1862. (UNITED STATES, 1862)

Nos Estados Unidos ao longo do século XVIII avanços tecnológicos passaram a ser desenvolvidos para a produção e comercialização do produto, e já durante o século XIX o tabaco se tornou um hábito dentro da cultura ocidental. Surgem fábricas para produção e industrialização na Inglaterra e França entre 1840 e 1860, que barateiam o produto, e aliado a aparatos como a caixa de fósforo (1833) e máquina de enrolar cigarros (1881), acabaram por popularizar e estimular o consumo. (UNITED STATES, 1862)

O mundo capitalista dava início, assim, ao processo de industrialização de um produto cujo lucro passaria a ser inserido na economia de muitos países, e ao qual seriam adicionados muitos elementos que gerariam diferentes derivados sob a forma de charutos, cigarros, cigarrilhas, rapés e outros, numa cadeia produtiva complexa que movimentaria diversos setores produzindo altos lucros, com milhões de pessoas em todo o mundo, principalmente de países em desenvolvimento.

Em 2004-2005, o tabaco representava uma das atividades econômicas mais importantes de 113 países, envolvendo direta ou indiretamente mais de 100 milhões de pessoas no processo de produção. Em 2010, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, 128 países cultivavam tabaco. Entre 2009 e 2010 houve crescimento de produção nos países mais pobres e em desenvolvimento, como Brasil, Indonésia, Paquistão, e Malawi, enquanto Estados Unidos, Turquia e Zimbabawe reduziram produção. (BONATO, 2006)

Em 2012 para atender a um mercado que consumia cerca de 5.771.480 bilhões de unidades de cigarros, sem contar outros derivados do tabaco, o cenário entre os países de maior produção de tabaco era a China produzindo 2.400.000 toneladas, Brasil - 745.360 toneladas, Índia 640.820 toneladas, Estados Unidos 235.580 toneladas, Zimbábue 141.320 toneladas, Indonésia 212.510 toneladas, Turquia 169.090 toneladas e Malawi 79.250 toneladas. (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, 2015)

O mercado de fumo tem passado por transformações, principalmente, devido às ações de controle, na expectativa de menor consumo mundial, e em contrapartida ao se deparar com redução de subsídios por parte dos governos de países desenvolvidos, ações mais arrojadas de controle do tabagismo, diminuição dos lucros, dentre outros, a indústria tabageira tem migrado o cultivo de fumo dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento.

Um dado importante a ser destacado, e que auxilia no entendimento no cenário mundial e do Brasil na produção de fumo, é que entre 2000 e 2004 houve um declínio na produção e estoques mundiais, ocasionado pelos custos produtivos em países como os Estados Unidos. No entanto, no Brasil nesse mesmo período houve um aumento de aproximadamente 50% na produção, sendo as justificativas para esse aumento vinculadas não só a uma redução de produção mundial em países como Estados Unidos, Turquia e Zimbábue, mas também devido ao baixo custo de mão-de-obra no Brasil, além da isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), benefício dado às exportações de produtos primários e industrializados semi-elaborados, situação característica do Brasil que se configurava como o maior exportador de fumo em folha. (CARVALHO JÚNIOR; PEREIRA; BINOTTO)

Nessa rota o Brasil figura entre aqueles que despertaram atenção da indústria do fumo por possuir aspectos decisivos para alcançar resultados de melhores e maiores lucros financeiros, como mão de obra barata dos agricultores, legislações no campo de trabalho mais branda, disciplina dos produtores agrícolas do Sul do país, clima, e principalmente a modalidade de agricultura familiar, de importância significativa na fumicultura uma vez que o uso da mão de obra é intenso, de maior peso no custo, e todos os membros da família trabalham para que as metas de produção assumidas com a indústria sejam alcançadas. (BRASIL, 2014)

Mesmo sendo de fundamental importância a figura do agricultor para a riqueza produzida pelo fumo, é dele a menor parte na divisão dessa riqueza. Entre 2005 e 2013 houve uma diminuição na margem líquida dos agricultores de tabaco em cerca de 33%, uma

diminuição da margem líquida do governo em 23%, enquanto que para a indústria fumageira houve um aumento da margem líquida de lucros em torno de 233%, conforme informações da Receita Federal. (BIOLCHI, 2013)

Apesar da cadeia produtiva do tabaco ser considerada como um importante peso para a balança comercial dos países, da geração de empregos em municípios do nordeste, e principalmente de famílias no sul do Brasil envolvidas nessa atividade, estudos têm apontado a existência de problemas de saúde ao agricultor relacionados a produção do tabaco.

A literatura aponta características do processo de trabalho dessa cadeia produtiva que podem impactar na saúde dos agricultores produtores de tabaco, com indicativos de prejuízos não só a saúde física, mas também mental desses trabalhadores.

O estudo realizado por Almeida (2005) mostrou que aproximadamente um terço dos agricultores produtores de tabaco entrevistados, referiram internação hospitalar para tratar de intoxicação ocorrida durante o manejo dos agrotóxicos. Esses sintomas de intoxicação levaram a interrupção do trabalho de 59% desses trabalhadores. (ALMEIDA, 2005)

Pesquisa realizada pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser) com 1,8 mil famílias agricultoras das principais regiões fumicultoras, mostrou que 72% dos trabalhadores agricultores produtores de tabaco, se pudessem, trocariam de plantio devido as doenças provocadas pelo uso intenso de agrotóxicos, gerando danos diversos, inclusive com implicações mentais que podem levar a tentativas ou consumação de suicídio, tema que será foco nesta dissertação, pois vem demandando investigação como forma de cuidados a saúde do trabalhador produtor de fumo.

No Brasil se o tema suicídio de forma geral já é pouco discutido, ligado ao trabalho é ainda mais raro ser falado, havendo quase que um tabu nas instituições sobre essa vertente de mortalidade. É difícil, inclusive, basear-se somente nas estatísticas oficiais, pois na maioria das vezes não são estabelecidas relações ligando o ato do suicídio com questões do trabalho. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Sznelwar, Lancma, Uchida (2010) alertam que não entender o papel do trabalho sobre a saúde não só física, mas também mental, negando, a possibilidade do elo entre suicídios e questões relacionadas ao trabalho, acarreta prejuízos no sentido de mobilizar pessoas, reduz

chances de construção de políticas de saúde psíquica no trabalho, de discutir seus benefícios e riscos à saúde, e assim conter essa realidade. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Dado ao significado e tamanho que o trabalho ocupa na vida do homem, a ruptura de alguns de seus pilares pode trazer riscos a sua saúde mental, como por exemplo o indivíduo perder a capacidade de pensar sobre o seu trabalho, de refletir, de construção coletiva de pontos de vista e espaços de troca, de cooperação, que ajude o homem a se apropriar do desejo de trabalhar, de mudar, de recuperação do poder de agir sobre a maneira como o trabalho é organizado, dentre outros aspectos. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Isto posto, e como forma de apresentar uma contribuição à incipiente (porém crescente) literatura científica sobre as relações entre a produção de tabaco e os problemas de saúde – e em particular de saúde mental, o objeto do presente estudo é a análise do processo de trabalho de plantadores de tabaco no Brasil, em suas diferentes regiões produtoras, com vistas a identificar possíveis relações entre essa atividade produtiva e os casos de suicídios registrados e identificados em áreas fumicultoras do país, tendo na perspectiva teórica da saúde do trabalhador seu referencial norteador.

Tomando por base as evidências que serão apresentadas buscou-se lançar luz sobre a dinâmica desse tipo de produção agrícola visando uma aproximação de respostas às seguintes perguntas:

- a) estaria a produção de tabaco no Brasil determinando problemas de saúde – e especificamente de saúde mental –, nos trabalhadores ocupados nessa atividade?
- b) que etapas do processo de cultivo do tabaco poderiam estar gerando problemas de saúde – e especificamente de saúde mental –, nos trabalhadores ocupados nessa atividade?

É importante que não se constitui como objetivo do presente estudo apresentar uma correlação entre a produção de tabaco e os problemas de saúde mental observados/registrados nas regiões fumicultoras, dada a diversidade, a abrangência e a quantidades de dados e fatores que precisariam ser levantados, organizados e operados através de testes estatísticos e de modelagem.

Trata-se, enfim, de um estudo descritivo, de caráter exploratório, com base em metodologias de pesquisa qualitativa em saúde, que ao apresentar panoramas tanto da produção de tabaco no país, quanto da ocorrência de suicídios em municípios produtores, busca lançar luz sobre as possíveis associações entre essa atividade agrícola e os desfechos negativos em saúde mental, observados nos municípios produtores dessa commodity agrícola no país – notadamente nas regiões sul e nordeste – e, assim, contribuir para estratégias de atenção, vigilância, promoção da saúde (mental), controle de tabaco e futuras pesquisas.

3.0 OBJETIVO

3.1. Geral:

Analisar os diferentes processos de trabalho relacionados ao cultivo de tabaco no Brasil, com vistas a identificar elementos que possam estar associados ao número de casos de suicídios, observados e registrados, em regiões produtoras de tabaco do país.

3.2. Específicos:

- Caracterizar a produção de tabaco nas maiores regiões produtoras do sul e nordeste do país;
- Identificar e analisar o resultado apresentado nos bancos de dados oficiais do DATASUS para mortalidade por suicídio da população em municípios produtores de tabaco e outros não produtores, mas que apresentem indicadores sociais e econômicos (população, IDHM, etc), entre outras características, semelhantes a esses municípios produtores;
- Descrever os processos de trabalho, práticas agrícolas e as condições de trabalho de agricultores envolvidos com a produção do tabaco nas principais regiões produtoras do país;
- Identificar questões relacionadas à organização e aos processos de trabalho na produção do tabaco das principais regiões fumicultoras do país, com vistas a identificar possíveis relações com os casos de suicídio identificados e registrados nessas regiões;

4.0 AGRICULTURA FAMILIAR

A fim de traçar um breve contexto sobre agricultura familiar, considerando que é a “estrutura organizacional” responsável por desenvolver o trabalho na agricultura no Brasil, é conveniente iniciar esse trecho da dissertação reportando à Wanderley (1996) quando conceitua a agricultura familiar como sendo aquela que ao mesmo tempo em que a família é a proprietária dos meios de produção, é ela também que assume o trabalho no estabelecimento de produção. (WANDERLEY, 1996)

Segundo a mesma autora a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, que se identifica com uma forma de produzir e viver em sociedade.

Uma dos aspectos mais marcantes da agricultura familiar é o fato do processo de produção envolver toda a família, com papéis claramente definidos nessa estrutura, e sendo assim, qualquer evento que acometa um dos membros acaba por produzir um impacto que pode comprometer e ameaçar a subsistência da família, e sobrecarregar outros membros, expondo a esses últimos riscos diversos.

Apesar da agricultura familiar não ser uma categoria social recente, nos últimos anos tem sido atribuído a ela um significado e abrangência que assume ares de novidade e renovação no Brasil. É como se nessa agricultura familiar atual houvesse um camponês diferente daquele tradicional, ou seja, um produtor moderno.

Na verdade, camponeses é a denominação clássica para os trabalhadores desse grupo social, constituídos em sua maioria como camponeses pobres, conforme pesquisa que será apresentada mais adiante, que possivelmente se auto-representam como proprietários ou produtores da agricultura familiar, na tentativa de estabelecer sua identidade na busca por sua reprodução como grupo social, e na medida em que a exigência de adaptação da agricultura familiar que se reproduz nas sociedades atuais, aos contextos socioeconômicos dessas mesmas sociedades, resultam em modificações tanto em sua maneira de produzir quanto de viver em sociedade. (WANDERLEY, 1996)

Essa constatação permite avançar para aspectos do desenvolvimento tecnológico no campo e seus reflexos na estrutura de agricultura familiar, pois se por um lado a introdução de novas tecnologias, com mudanças no processo tradicional de trabalho agrícola, a partir da

década de 50, trouxe dados positivos como o aumento de produtividade no campo, por outro lado é esse mesmo desenvolvimento tecnológico na área rural que pode repetir e reforçar exclusão social e marginalização para aqueles trabalhadores rurais que não têm acesso às mudanças no processo produtivo e tecnológico. (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003)

Ainda a respeito do trabalho no meio rural, sobre o qual se debruça essa pesquisa e do caminho percorrido pela indústria do tabaco até a agricultura familiar para expandir seus negócios no Brasil, é apropriado uma referência, ainda que de modo menos aprofundado do que o desejado, ao texto de Almeida e Paulino (2000) que ao tecerem considerações sobre questões agrárias no Brasil dialogam com as concepções de Karl Kautsky, teórico político alemão e um dos fundadores da ideologia social democrata. No texto abordam a evolução do capitalismo e da caminhada da indústria, chegando a lugares mais distantes, mais especificamente nos locais onde predominava o modo de vida camponês, e destacam a previsão de Kautsky, quando analisava que mesmo resistindo à mudanças, iriam sucumbir a produção industrial o que representaria o seu desaparecimento. (ALMEIDA; PAULINO, 2000)

A presente dissertação ao descrever o processo de trabalho dos pequenos produtores de fumo, dos caminhos seguidos por esses trabalhadores, sua relação com o capitalismo, constata a fragmentação da condição camponesa, exploração e a perda de sua autonomia na gestão das atividades agrícolas, que mesmo não sendo proletário, não alugando sua força de trabalho aos capitalistas em troca de um salário, procura manter sua propriedade rural que poderá estar ameaçada diante de um negócio mal sucedido, na medida em que a relação é entre capital industrial-financeiro, representado pela indústria do tabaco, e proprietário-trabalhador familiar rural (agricultura familiar). Esses são aspectos que se delineiam ao longo dessa dissertação.

5.0 ASPECTOS GOVERNAMENTAIS DA CADEIA PRODUTIVA DO TABACO NO MUNDO

Em 2010 o Departamento de Estudos Socioeconômico rurais publicou documento mostrando aspectos que envolvem a cadeia produtiva do tabaco, o que permite conhecer não só o que acontece no Brasil, mas também como o Estado participa na produção de fumo em países como China, Turquia, Índia, Malawi, Argentina e Estados Unidos.

Na China há uma cadeia coordenada pelo Estado que planifica a produção e organiza a comercialização do tabaco e seus derivados. Um comitê estatal define quanto cada província poderá e deverá produzir no ano de referência, e a partir daí são firmados contratos de compra com os fumicultores. Legalmente as empresas tabaqueiras estatais são as únicas compradoras de todo o tabaco produzido pelos agricultores, não sendo permitido nem o transporte das folhas de tabaco de um lugar para outro sem a permissão do governo. Apesar da fumicultura não ser tão rentável para o país quanto a cana-de-açúcar e/ou algodão, há interesse na atividade devido a garantia de preço e mercado, pois o governo compra toda a produção planejada a preços fixos, determinados antes do início da produção. (BONATO, 2010)

Turquia – Não há subsídio para compra de sementes ou mudas de fumo. É o país produtor de 65% do tabaco oriental mundial. Somente 3% do fumo são do tipo Virginia e Burley, tipos que também são plantados no Brasil. (BONATO, 2010)

Índia – A cadeia produtiva regulamentada pelo setor público, passou por processo de desregulamentação, com estabelecimento de novas regras para promover competição no mercado. (BONATO, 2010)

O Ministério da Saúde da Índia vem pressionando no sentido de coibir ações do ministério da Agricultura para expandir a área cultivada. A política governamental procura incentivar a produtividade, melhorar a qualidade e garantir melhor remuneração aos fumicultores.

Malawi - No país o tabaco é o principal cultivo comercial. Até 1989 a produção era controlada pelo governo que excluía pequenos agricultores arrendatários de terras, liberando o cultivo somente para os proprietários de terras. Depois de 1995 através de reformas estruturais, passou a haver permissão para os pequenos agricultores realizarem cultivos comerciais. No

cultivo do tabaco a mecanização é pouco usada, dependendo fortemente do trabalho manual e os salários são muito baixos, o que estimula o uso de mão- de –obra. (BONATO, 2010)

Argentina - Em torno de 50% da semente de tabaco utilizada é originária do Brasil e 40% dos Estados Unidos. O setor tabagista participa com 3% do total de arrecadação tributária nacional. A produção de tabaco tem uma importância regional, principalmente nas províncias responsáveis pelas maiores produções de fumo do país, e nessas províncias foram constituídas cooperativas de produtores que representam os interesses dos fumicultores associados e fornecem assistência técnica. A comercialização se dá diretamente do fumicultor pelos fabricantes de cigarros, distribuidores e cooperativas de produtores. Não há previsibilidade dos preços e os agricultores conhecem o valor do produto apenas no final da colheita. (BONATO, 2010)

Estados Unidos – o cultivo do tabaco é mecanizado e a produção ocorre em médias e grandes propriedades. O financiamento da safra é de responsabilidade do agricultor. Apesar de não haver sistema de integração os fumicultores não são totalmente independentes, pois o Estado regula a produção e comercialização. Os níveis de suporte à produção vêm diminuindo devido as campanhas de controle do tabaco, e há incentivo de linhas de crédito para os agricultores que desejam deixar de produzir tabaco. Desde 2000 a indústria do tabaco passou a contratar produtores de tabaco diretamente. (BONATO, 2010)

6.0 O CENÁRIO DA PRODUÇÃO DE TABACO NO BRASIL

No Brasil o cultivo de tabaco é realizado há cerca de 120 anos e quase 200 mil famílias estão envolvidas na sua produção, sendo a maioria de pequenos agricultores familiares, que arrendam ou possuem pequenas áreas de terra, e que têm o fumo a principal, ou única, fonte de renda da família. Eles vivem, em sua maioria, em mais de 700 municípios produtores da Região Sul, onde se dá a maior concentração de produção de plantio do fumo, respondendo em 2008 por 96,8% da produção de tabaco no país. (27)

Das regiões do sul produtoras de tabaco, o Rio Grande do Sul ocupa o primeiro lugar com 52% do total produzido, seguido de Santa Catarina com o 2º lugar (27%) e em 3º o Paraná com 17%. Essa região sul do país sofre grande influência do sistema integrado da indústria do tabaco, dando a falsa sensação ao agricultor de segurança quanto aos aspectos de produção e comercialização do produto. (INACIO, 2011)

A segunda maior região de produção de tabaco é a nordeste, responsável por cerca de 3,1% da produção, englobando os estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Além da produção em menor escala, essa região guarda algumas características diferenciadas da região sul, como por exemplo, o fato de que a maior parte do tabaco produzido no nordeste ser consumido no Brasil, algo em torno de 97%.

Em 2008 com apoio da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pesquisa realizada pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais caracterizando os agricultores da região sul, mostrou que 89% das famílias produtoras de fumo possuíam terra própria e que 11% dependiam da terra de terceiros arrendadas ou cedidas para produzir. O tamanho médio da área disponível era de 15,8 hectares, sendo que para aqueles que dependiam exclusivamente da renda do fumo, a área média de terra disponível era 11,5 hectares.

Quanto a faixa etária e escolaridade, a pesquisa mostrou que 43% das pessoas que compõem as famílias de fumicultores têm entre 15 e 40 anos de idade, sendo 20% com 15 e 25 anos, 23% com 26 e 40 anos de idade. Entre as famílias que não produzem fumo, o percentual é de 34%. Apenas 5% dos agricultores têm mais de 60 anos de idade.

Dos fumicultores com idade entre 15 e 25 anos, apenas 24,5% têm o segundo grau completo. Entre os não fumicultores, 39,3% completaram o ensino médio. Dos fumicultores com idade entre 25 e 40 anos, 43,5% estudaram até completar o 4º ano do primário.

Outra característica levantada foi que a renda do fumo, ou seja, o valor de vendas menos os custos variáveis do fumo, é menor que 2 salários mínimos mensais para 38% das famílias. Para 34% das famílias fica entre 2 e 4 salários mínimos, e para as restantes 28% das famílias a renda é maior que 4 salários mínimos mensais.

O fumo é a única fonte de renda agrícola para 37% das famílias produtoras de fumo de estufa e para 8% das famílias produtoras de fumo de galpão. Além disso, para 41% das famílias com fumo de estufa e para 18% das com fumo de galpão, o fumo representa entre 80 e 99% da renda agrícola. A pesquisa mostrou também uma relação entre renda e idade, pois quanto mais jovem a mão de obra maior era a renda.

Quanto à diversificação, com mais de 3 produtos gerando renda agrícola inclusive o fumo, mostrou relação com o tipo de cura do fumo, pois já estava sendo praticado por 14% dos fumicultores de estufa e 56% dos fumicultores de galpão.

O tabaco brasileiro representa 11% da produção mundial, o que o coloca como 2º maior produtor, perdendo somente para a China, responsável por 43% de todo o tabaco produzido no mundo. Por outro lado, o Brasil é o maior exportador de fumo em folha, com cerca de 85% da produção nacional, exportando para mais de 100 países, e envolvendo uma cadeia produtiva que vai dos agricultores que produzem a folha do fumo, às usinas de processamento, fábricas de derivados de tabaco, distribuidores, exportadores e varejistas.

O controle nacional é feito por diferentes companhias transacionais de tabaco, entre elas a British American Tobacco (BAT), representada pela companhia Souza Cruz, e a Philip Morris. Essas empresas são as maiores articuladoras do consumo mundial de produtos de tabaco, que junto com outras formam o elo mais forte da cadeia produtiva de fumo. (BRASIL, 2012)

Com relação às áreas e expansão da produção o que se observa é uma tendência de aumento nos estados do sul do Brasil, e queda na área plantada nas regiões do nordeste. Uma das explicações para esse movimento oposto entre essas 2 regiões do país é a de que a produção sul-brasileira é especializada em tabacos para cigarro com uma folha de alta qualidade,

enquanto nos estados do nordeste, como Bahia e Alagoas, a produção está voltada para tabaco para charuto e cigarrilha (fumos escuros), cujo mercado é de menor volume. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013)

7.0 JUSTIFICATIVA

A atividade econômica ligada a cultura do tabaco tem sido cercada, principalmente na última década, de muitas discussões sobre os reais benefícios à economia do país, considerando a gama de prejuízos à saúde pública, acarretados pelo adoecimento dos usuários de seus produtos. Esse é, sem dúvida, um aspecto fundamental a ser considerado nessa cadeia produtiva que envolve milhões de pessoas em todo o mundo.

Ocorre que há um outro nível de adoecimento que se deposita no elo inicial dessa cadeia, que é o agricultor, através do qual o processo se inicia, e que vem necessitando de um olhar cuidadoso, principalmente aquele inserido em uma estrutura de agricultura familiar, que pela natureza de seu trabalho com a terra, pode se tornar vulnerável às nuances de um tipo de negócio com as características de um sistema capitalista como é a indústria do tabaco.

Ao se identificar vulnerabilidades na saúde do trabalhador da terra ligado ao fumo, é necessário refletir: muitos artigos científicos concluem que o trabalho no meio rural é difícil, cercado de riscos ao trabalhador. Mas será que existem atividades neste mesmo meio em que os riscos à saúde são ainda maiores? Será que qualquer atividade agrícola traz o mesmo nível de risco a saúde do agricultor? Preocupa a banalização da ideia generalizada de que o trabalho na agricultura é “muito difícil”, e sendo assim, não há muito o que fazer para melhorar, como se essa fosse uma situação inevitável, e portanto, devendo ser aceita com conformismo.

Essas e outras reflexões, constatações fazem parte dos elementos de construção dessa dissertação, que começou muito antes do mestrado. A autora, que já desenvolvia há mais de 15 anos atividades vinculadas ao tratamento do tabagismo, parte desse tempo no Instituto Nacional de Câncer – INCA/Ministério da Saúde, no Programa Nacional de Controle do Tabagismo, começou a identificar em meio a uma das ações sobre tratamento em um município fumicultor do Rio Grande do Sul, relatos sobre suicídios em plantadores de fumo.

O tema suicídio vinha à tona nos encontros com os agricultores e discussões com profissionais daquela localidade. As discussões sobre o tema eram quase sempre cercadas de referências vagas - “*existem muitos suicídios em quem planta fumo*”, sem deixar muito claro o número de casos e detalhamentos para melhor compreensão. Essa constatação provavelmente estava vinculada ao fato do tema suicídio guardar muitos mitos, medo, falta de informação e

silêncio. No entanto, o que ficava evidente era o quanto o tema mobilizava, causava preocupação, sofrimento e demandava conhecimento.

O interesse por conhecer mais esse tema, em razão da extensão do dano que ele provoca, o acesso a trabalhos como o de Falk (1996), sobre o número de suicídios em Venancio Aires muito acima da média nacional, e de uma farta associação na literatura de adoecimento e fumicultura, contribuíram como elementos para motivar o desenho e a investigação nessa vertente da cadeia produtiva do tabaco. (FALK, 1996)

Foi fundamental inicialmente o conhecimento da dinâmica de trabalho que envolve esses trabalhadores agricultores da fumicultura, através da literatura, bem como das matérias publicadas e discutidas nas mídias, abordando aspectos do trabalho que apontavam para comprometimentos físicos e mentais na lida com essa atividade agrícola.

A relevância deste trabalho está vinculada ao fato de que, embora o controle de tabaco no Brasil tenha evoluído de forma efetiva, e seja alvo da admiração de outros países, com significativa redução de prevalência de cerca de 32% em 1989 (PNSN) para 14% em 2014 (PNS), como resultado de uma série de ações para prevenção da iniciação, tratamento inserido na rede SUS, política de aumento de preços e impostos para os produtos derivados do tabaco, programa de diversificação à produção do fumo, legislações para apoiar as ações práticas, dentre outras, ainda há uma insuficiência de trabalhos publicados abordando a saúde do agricultor, e especialmente da questão relacionada ao suicídio entre os agricultores produtores de fumo.

Outro aspecto que justifica esse estudo e causa grande preocupação, é o fato de que a indústria do tabaco elege como modelo preferencial para o desenvolvimento da produção do fumo no Brasil, estruturas agrícolas como as da agricultura familiar, que tem vulnerabilidades socioeconômicas e financeiras, que as colocam em risco permanente, e se há, ainda, nesse tipo de atividade um aumento de dano para todos, inclusive crianças e mulheres expostas ao trabalho no fumo, urge a necessidade de intervenção em vários níveis, inclusive os de pesquisa.

Ao apresentar considerações sobre a saúde dos trabalhadores envolvidos com a cadeia produtiva de fumo, este trabalho atende e fornece subsídios às recomendações dos artigos 17, 18 e 20 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco - CQCT que versam, respectivamente,

sobre *Apoio a atividades economicamente viáveis; proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas; e pesquisa, vigilância e intercâmbio de informações.*

É necessário considerar que o objetivo da CQCT definido em seu artigo 3º - *proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco* - passa não só pelo cuidado à saúde do usuário de tabaco, mas necessariamente pela do agricultor produtor do tabaco. Ao trazer um tema que envolve a saúde dos fumicultores, a presente dissertação pretende se juntar a outras contribuições existentes para o controle do tabaco no Brasil.

7.1 Produção de Tabaco e Convenção-Quadro para Controle do tabaco

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco nasceu do reconhecimento de que a expansão do mercado mundial de tabaco, resultante da globalização da economia, que dentre outros aspectos possibilitava a inserção de grandes companhias transnacionais de tabaco em economias de mercados emergentes, trouxe uma grave ameaça à saúde dos povos, com consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas, que demandavam implementação de medidas para contê-la.

Em maio de 1999, durante a 52ª Assembléia Mundial da Saúde (MAS), os Estados Membros das Nações Unidas propuseram a adoção de um tratado internacional de saúde pública negociado sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS), que se chamou Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. (BRASIL, 2014)

O tratado, que inicialmente envolveu 192 Estados Membros da OMS para negociaram as medidas para o controle do tabaco que deveriam ser incluídas no texto, teve como produto final a articulação de um grupo de ações baseadas em evidências para responder à globalização do tabagismo e reafirmar o direito de todas as pessoas os mais altos padrões de saúde.

O Brasil teve um papel de destaque durante todo o processo de negociação da CQCT. Foi eleito por consenso pelos 192 países para presidir o seu Órgão de Negociação

Intergovernamental (ONI), responsável pelo processo de negociação do tratado. Esse reconhecimento internacional ao Brasil foi fruto da liderança conquistada no controle do tabagismo, conseguindo desenvolver ações fortes e abrangentes, com resultados expressivos, mesmo sendo um grande produtor de fumo.

Após um longo processo de negociações, o Brasil assinou o tratado em 2003 sendo o segundo país a fazê-lo. Passou a tramitar no Congresso Nacional para a processo de ratificação do tratado, o que aconteceu em 2005, mediante o compromisso do Governo Federal de implementar o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, contemplado no artigo 17 da Convenção (apoio a atividades alternativas economicamente viáveis).

Ao se tornar Estado Parte da Convenção, o Brasil assumiu o compromisso de implementar no setor da produção do fumo, as seguintes medidas:

- ✓ proibição do trabalho de menores de 18 anos na colheita, beneficiamento ou industrialização do fumo, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- ✓ proibição do uso de financiamento público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a produção de tabaco – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- ✓ criação do Programa Nacional de Diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e a assinatura de um termo de compromisso de outros quatro ministérios (Agricultura, Saúde, Casa Civil e Fazenda), garantindo a viabilização do programa com alternativas saudáveis e economicamente viáveis à produção de fumo. (BRASIL, 2014)

O Programa de Apoio à Diversificação tem por objetivo articular um conjunto de políticas e programas que promovam processos de diversificação, como forma fundamental de reduzir a dependência e garantir a autonomia dos agricultores. (BONATO, 2013)

O cuidado com o setor de produção do fumo é obrigação do governo brasileiro, pois a identificação da letalidade produzida pelo tabaco, tem provocado mudanças em várias de suas vertentes, com reflexos diretos na redução de seu consumo, resultando em menor demanda interna do produto. Estudos têm apontado expressivo declínio no consumo mundial de tabaco,

principalmente nos países que importam tabaco do Brasil, o que afeta as exportações e, consequentemente, os produtores brasileiros de fumo. ((BONATO, 2006)

Os agricultores sentiram-se ameaçados com a Convenção porque, estimulados pela indústria do tabaco, eram levados a crer que o tratado veio para proibir a plantação de fumo. Muitos acreditavam que seriam prejudicados em seu trabalho.

A fim de tranquilizar e informar qual a proposta da Convenção, diante do quadro mundial de controle, estimulando a redução do consumo, e do reflexo que iria trazer ao trabalho e sobrevivência dos produtores de fumo, audiências públicas foram realizadas em municípios fumicultores do Brasil com os fumicultores e seus representantes de classe. Essas audiências contavam com membros do Ministério da Saúde, do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, dentre outros. O ambiente era de muita tensão durante essas audiências públicas, e ainda hoje o tema é fonte de preocupação para os agricultores.

Em outubro de 2014, o Brasil participou, em Moscou na Rússia, da 6ª Conferência das Partes (COP 6), que é a instância deliberativa da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, para discutir, entre outros temas, o artigo 17 que trata do apoio a atividades alternativas economicamente viáveis, e artigo 18 que trata das questões relativas ao meio ambiente e à saúde das pessoas. (BONATO, 2013)

Durante a audiência, o Brasil conseguiu a aprovação das propostas de diversificação dos meios de subsistência economicamente viáveis ao cultivo do tabaco, feito num quadro holístico que abrange todos os aspectos dos meios de subsistência dos trabalhadores do setor.

Além disso, o documento ressalta uma maior participação por parte dos agricultores na criação de políticas relativas à diversificação e alternativas à cultura do tabaco, frisando que a incorporação desse saber é decisiva. Esse dado é fundamental do ponto de vista da saúde do trabalhador, e remete-nos a Minayo (2011) quando assinala que *os trabalhadores constituem-se em sujeitos políticos coletivos, depositários de um saber emanado da experiência e agentes essenciais de ações transformadoras*. (MINAYO; MACHADO; PENA, 2011)

Ainda que muitas dessas medidas estejam inseridas no escopo de um programa de controle do tabaco, de modo a minimizar os danos decorrentes desse produto em nossa sociedade, não resta dúvida de que há por extensão um cuidado que irá favorecer a saúde de

milhares de trabalhadores agricultores desse segmento, além da Convenção-Quadro trazer para o debate a questão dos problemas de saúde dos produtores de fumo, cujos impactos preocupam.

8.0 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

8.1. Relações Saúde, Trabalho e Ambiente

Segundo Rosen (1983) a influência de certas ocupações sobre a saúde foi observada por médicos e leigos já no mundo greco-romano. Por volta do ano de 1700 o médico italiano Bernardino Ramazzini já registrava contribuições sobre o tema ocupação e adoecimento em sua famosa obra *De Morbis Artificum Diatriba*, (As Doenças dos Trabalhadores) (MENDES, s.d.; ROSEN, 1983). Considerado pai da medicina ocupacional, Ramazzini relacionava os riscos à saúde dos trabalhadores ocasionados por produtos químicos, poeiras, metais e outros agentes, além da possibilidade de adoecimento devido a postura, sedentarismo e excesso de esforços.

“Deve ser confessado que muitos ofícios são a causa de graves sofrimentos para aqueles que os praticam. Um grande número de artesãos vê seu ofício como um meio de sustentar sua vida e constituir uma família, mas todos eles obtêm disto uma doença mortal...” (ROSEN, 1983)

Atenção a esse tema também foi dado por A. J. B. Parent-Duchâlet quando estudou os problemas de saúde dos trabalhadores em esgotos e, junto com D’Arcet estudou os efeitos do fumo sobre a saúde dos trabalhadores que o manipulam. (ROSEN, 1983).

De tempo mais atuais podemos falar da evolução dessa preocupação - trabalho x saúde - nos reportando inicialmente a medicina do trabalho, seguida da saúde ocupacional e mais recentemente a saúde do trabalhador, fazendo as considerações a cada uma dessas etapas.

A medicina do trabalho, surgiu na Inglaterra no século XIX com a Revolução Industrial, e num cenário que exigia uma intervenção no campo do trabalho, tamanho era a aceleração da produção, provocando um uso exagerado e desumano da força de trabalho. As intervenções tinham como essência prover serviços médicos nos locais onde a atividade era desenvolvida, assegurando proteção contra os riscos nos ambientes, tentando adequar os trabalhadores às suas condições de trabalho. (MENDES, [s.d.]

O contexto político e econômico da guerra e pós-guerra também teve reflexos diretos na saúde do trabalhador. A evolução acelerada da tecnologia industrial, novos equipamentos, trouxeram problemas de saúde provocados pelos recentes processos de produção, insatisfação

dos trabalhadores, devido aos prejuízos à saúde, e dos empregadores ávidos por uma mão de obra produtiva. (MENDES, [s.d.]

Diante desse quadro a medicina do trabalho mostrava-se impotente para atender às necessidades da produção, e, na caminhada de buscas alternativas, delineia-se a Saúde Ocupacional, apresentando-se como resposta a ampliação da atuação médica direcionada ao trabalhador, intervindo no ambiente organizacional com equipes multi e interdisciplinares, objetivando controlar os riscos ambientais. (MENDES, [s.d.]

A insuficiência do modelo de saúde ocupacional passa a ser evidenciado, a partir dos anos 60, com movimentos de trabalhadores, e a exigência de sua participação nas questões de saúde e segurança.

Na década de 70 novas mudanças ocorrem nos processos de trabalho com diferenciações no perfil da força de trabalho, profundas transformações na organização do trabalho, discussões teóricas sobre processo saúde-doença, emergindo instituições e revelando o impacto do trabalho sobre a saúde. O campo de saúde do trabalhador é o que se desvenda como resultado desse momento, numa busca mais ampliada de compreensão do processo saúde e doença dos grupos humanos, apontando dinâmicas locais de trabalho e ambiente que interagem de forma global na saúde. (MATTOS; DIAS, 2012)

O detalhamento e entendimento sistêmico à saúde do trabalhador e do ambiente, também permite identificar o modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico e social praticado em uma dada sociedade, bem como diante dos prejuízos à saúde, denunciar conflitos socioambientais. (MATTOS; DIAS, 2012)

A identificação dos problemas permite e sugere que diferenciados enfrentamentos sejam implementados de modo a produzir mais saúde ao trabalhador, envolvendo práticas de gestão ambiental, legislação protegendo a saúde humana e ambiental, mudanças nas relações comerciais nacionais e internacionais, ou seja, medidas de regulação que evidenciam cuidados ou negligência à saúde da população. (MATTOS; DIAS, 2012)

Fazendo uma aproximação dessa discussão com o trabalhador rural, reporto a Dias (2006) ao destacar a importância das atividades rurais para os indicadores econômicos do país, com contribuições expressivas ao Produto Interno Bruto (PIB), e ao mesmo tempo, chamando atenção para o fato de que isso não é o que acontece com os indicadores sociais e as condições

de vida, trabalho e doença do trabalhador do campo, e propõe um melhor conhecimento do problema para mudança do quadro. (DIAS, 2006)

A autora lembra que os trabalhadores do campo inseridos no âmbito familiar participam de distintos processos de trabalhos muitas vezes do tipo escravo, como na produção do carvão, ou em trabalhos temporários em períodos de plantio e colheita, e com relações de trabalho tradicionalmente caracterizadas por estarem à margem das leis, e submetidos não só a fatores de risco ocupacionais, mas também aos condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais que trazem risco para a saúde e a vida dessa população.

As relações de submissão que muitas vezes se estabelecem, a necessidade de uso de ferramentas, tratores, serras elétricas, foices, dentre outras, para o desenvolvimento de suas atividades traz ao trabalhador do campo um outro nível de exposição a mais riscos.

Os trabalhadores, tal como a população geral, podem adoecer e morrer de acordo com a idade, gênero, grupo social, etc. No entanto, algumas profissões e condições adversas de trabalho podem apresentar fatores que resultarão na modificação desse perfil. (DIAS, 2006)

A figura 1 abaixo, apresenta a inserção do trabalho nos grupos das doenças, organizados segundo a classificação proposta por Schilling apud, Dias (2006)

Figura 1 - Inserção do trabalho nos grupos das doenças

CATEGORIA	EXEMPLOS
I. Trabalho como causa necessária	. Intoxicação por agrotóxicos
	. Acidentes com animais peçonhentos
	. Outras
II. Trabalho como fator contributivo, mas não necessário	. Amebíase
	. Doenças do aparelho locomotor
	. Câncer de pele
	. Varizes dos membros inferiores
	. Asma e febre do feno
	. Malária
	. Outras
III. Trabalho como provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida	. Afecções de vias aéreas superiores
	. Bronquite crônica
	. Dermatite de contato alérgica
	. Asma
	. Sofrimento mental
	. Outras

Fonte: DIAS (2006)

A primeira categoria mostra uma relação causal entre o trabalho e/ou as condições em que é realizado e doença. A segunda e terceira categorias têm o trabalho como um fator de risco para a ocorrência ou agravamento de um quadro de doença já estabelecida ou pré-existente. Determinados grupos ocupacionais ou profissionais podem apresentar uma frequência maior a determinadas funções. No entanto, uma vez que o fator de risco seja eliminado, a incidência poderá haver a redução ou modificação no curso da doença ou agravo à saúde. (DIAS, 2006)

Dias (2006) apresenta contribuição ao entendimento das possíveis doenças do trabalhador rural devido aos fatores de risco físicos, químicos, ergonômicos, biológicos e psicossociais presentes em seu trabalho na Figura 2. (DIAS, 2006)

Figura 2: Fatores de Risco e Danos à Saúde do Trabalhador

Tipo de risco	Fator de Risco	Situação de Trabalho	Agravo ou dano a saúde
Físico	Calor	Trabalho ao ar livre, sob radiação solar, junto a máquinas motores e caldeiras; dificuldades para reposição hídrica por acesso a água ou barreiras culturais	Estresse término, Cãimbras, síncope pelo calor, fadiga pelo calor, insolação
Físico	Frio, vento e chuva	Trabalho ao ar livre	Afeccões de vias aéreas superiores, resfriados
Físico	Raios (descarga elétrica)	Trabalho em campo aberto por ocasião de tempestades	Choque elétrico
Físico	Vibração	Operação de máquinas agrícolas, tratores, serra elétrica, produzindo vibração do corpo inteiro ou vibração localizada, particularmente em mãos e braços	Lombalgia, doença vascular periférica, doença osteomuscular (DORT)
Físico	Ruído	Trabalho com máquinas: tratores, colhedeiças, tratores, colocação de ferraduras em animais	Perda da audição e outros efeitos extra-auditivos decorrentes da exposição ao ruído, como distúrbio do sono, nervosismo , alterações gastrointestinais.
Físico	Radiação solar	Trabalho em campo aberto por longos períodos, com exposição a radiação ultravioleta	Câncer de pele
Químico	Agentes químicos diversos, fertilizantes e adubos, agrotóxicos, na forma de gases, poeiras, névoas.	Aplicação de adubos e fertilizantes (nitratos, fosfatos e sais de potássio – NPK, compostos de enxofre, magnésio, manganês, ferro, zinco, cobre, entre outros) Preparo de misturas e aplicação de agrotóxicos (formicidas, larvicidas, bernicidas, acaricidas, carrapaticidas, molusquicidas, raticidas, repelentes, fungicidas, herbicidas, desfolhantes, desflorantes, desseccantes, antibrotantes, esterilizantes, bactericidas, reguladores do crescimento vegetal), Tratamento e armazenamento de grãos O armazenamento e manuseio de excrementos de animais podem expor o trabalhador a ácido sulfídrico e amônia Carcinicultura	Dermatite de contato, Rinites e conjuntivite, Intoxicações por agrotóxicos, doenças respiratória obstrutiva, bronquites, asma ocupacional, doença pulmonar restritiva, doença pulmonar intersticial com fibrose, câncer, doenças neurológica, alterações do humor e do comportamento Alterações endócrinas Alterações reprodutivas
Biológicas	Bactérias, vírus, fungos, ácaros Picada de animais peçonhentos	Preparo e manuseio de ração para os animais; feno embolorado, ração em decomposição, fibras de cana de açúcar, preparo de cogumelos, tratamento de aves em confinamento. Manejo de animais Trabalho de preparo de solos, limpeza de pastos, capina e colheita	Rinites, conjuntivites, doenças respiratórias obstrutiva, asma ocupacional, “pulmão do agricultor” ou hipersensibilidade ou alveolite alérgica, febre Q, brucelose, psitaciose, tularemia, tuberculose bovina ou aviária,

			leptospirose, histoplasmose, raiva, picadas de cobras e aranhas, queimaduras por lagartas
Mecânicos	Ferramentas manuais cortantes, pesadas, ponteadas	Uso de facão, foice, machado, serra, enxada, martelo, ferramentas inadequadas, adaptadas e em mau estado de conservação	Lesões agudas: acidentes do trabalho com cortes, esmagamento, etc. Lesões crônicas: hiperkeratose
Mecânicos	Máquinas e implementos agrícolas		Acidentes de trabalho, lombalgia, DORT
Organização do Trabalho	Relações de trabalho Precarização Sazonalidade da produção que impõem sobrecarga de trabalho	Trabalho distante do domicílio do trabalhador, alojamento precário, com más condições de saneamento e conforto. Alimentação inadequada, longas jornadas de trabalho, sob forte pressão de tempo. Relações de trabalho precárias e rigidamente hierarquizadas	Sofrimento mental, Distúrbios de sono e de humor Fadiga DORT

Fonte: Dias (2006)

A figura 2 possibilita dimensionar a extensão do trabalho no meio rural, e da constante exposição a que esses trabalhadores envolvidos com fatores de risco estão submetidos.

No entanto, essa identificação de ameaças à saúde não é uma realidade presente somente no Brasil, pois trabalho desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Londres e Universidade da Lituânia, sobre questões psicossociais que afetam a saúde física e mental, também destacam que dentro do setor agrícola europeu 42% dos trabalhadores relataram o impacto negativo que o trabalho teve em sua saúde. (HASSARD; TEOH, 2013)

Os pesquisadores atribuem parte dessa visão negativa do agricultor aos diferentes riscos psicossociais enfrentados por eles, tais como longas horas de trabalho, isolamento, incerteza financeira, dificuldades de planejamento, sazonalidade, demandas administrativas e interação entre estresse e exposição a múltiplos riscos físicos. (HASSARD; TEOH, 2013)

8.2. O conceito de Processo de Trabalho

Para Karl Marx (1983) o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, onde o homem põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, a fim de

apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida, ou seja, com a finalidade de produzir bens materiais considerados necessários. (MARX, 1983)

Podemos pensar que para a produção de um bem, qualquer que seja, haja antes de sua finalização ou materialidade a junção de procedimentos para lhe dar forma, ou seja, um processo de trabalho que segundo a definição de Marx (1989) é todo processo de transformação de um objeto determinado em um produto determinado. (PENA et al., 2012)

Os elementos constitutivos do processo de trabalho são a força, meios de produção e produto. Na força de trabalho há efetivamente um diferencial que possibilitará o resultado em forma de um produto, pois sua grande característica reside na capacidade que o homem possui de transformar a natureza ao colocar sua energia. Essa capacidade do homem de pensar, agir e transformar acaba por adquirir no modo de produção capitalista um valor econômico e social que será trocado por bens para sua sobrevivência, passando a ter valor de mercadoria que será comprada por um patrão, e cujo valor, segundo esse patrão, significará o pagamento da energia que o trabalhador gasta. (MARX, 1983)

A compreensão da força de trabalho tem na teoria de Marx importante contribuição no conceito de Mais-valia ao afirmar que *o trabalhador, no cumprimento de suas atividades de trabalho, produz um excedente, além do necessário à manutenção de si e de sua família. Esse excedente é chamado de mais-valia, que se transforma, em termos práticos, no lucro que o empregador obtém sobre a força de trabalho de seus empregados.* (MARX, 1983)

As formas de extrair Mais-valia estão sempre vinculadas a intensificação do uso da força de trabalho, indo sempre mais além do que é remunerado, mesmo quando há incorporação de tecnologias que dão a falsa sensação de tornar o trabalho mais fácil, ou ainda, com modalidade diferenciada de gestão.

A força de trabalho do homem no mundo sofreu grandes transformações com o início da atividade industrial. No Brasil, assim como em outros países, grande contingente populacional de trabalhadores que migraram de atividades de sobrevivência no campo para as fábricas deram ensejo às transformações sociais e produtivas no mundo do trabalho com novos modelos de organização do trabalho e da produção como o taylorismo, fordismo e a reestruturação produtiva, esse último notadamente presente na dinâmica atual do trabalho através do conhecido processo de terceirização, flexibilizando as relações de trabalho,

estabelecendo todo tipo de tempo de trabalho em função da demanda, e principalmente impondo diferentes contratos e condições de trabalho, de direitos e de saúde. (MATTOS; DIAS, 2012)

Outro elemento do processo de trabalho são os meios de produção, formado pelos objetos bem como todos os meios necessários para que o processo de trabalho ocorra, e podem se apresentar como matéria bruta cuja fonte direta é a natureza, ou matéria-prima, neste caso já tendo passado por alguma modificação. (PENA et al., 2012)

Com relação aos meios de produção eles podem se apresentar em sentido estrito, ou seja, o que o trabalhador coloca como intermediário entre ele e o objeto sobre o qual trabalha (ferramenta usada para a realização do trabalho), ou em sentido amplo que são as condições para que a transformação se efetive e que podemos entender como as estruturas, local e acesso ao trabalho, dentre outras.

Por fim, o produto é propriamente o objeto resultante do processo de trabalho. (PENA et al., 2012)

O processo de trabalho é, portanto, essencialmente o meio para a transformação, cercado de muitas variáveis necessárias a sua consecução. O processo permite ao homem tanto atuar sobre a natureza quanto se apropriar dela, numa dinâmica mútua de modificação/transformação, que pode ser fonte de saúde ou de adoecimento.

8.3. Trabalho na Produção de Tabaco

Em termos práticos, o negócio “plantação de fumo” tem início com o agricultor, após ser abordado pela indústria do tabaco, comparecer a empresa, comprar a semente, fertilizante, agrotóxico e vender sua produção para a indústria fumageira que pagará o preço de acordo com sua avaliação, num sistema conhecido como integrado de produção de tabaco.

O sistema integrado caracteriza-se por contratos onde a empresa fumageira se compromete a fornecer assistência técnica aos produtores, avaliar financiamento de insumos e investimentos, arcar com os custos de transporte do fumo da propriedade do agricultor até à empresa nas fases de classificação, se comprometendo a pagar a safra contratada pelos preços estipulados com a entidade que representa os produtores. Ao agricultor cabe produzir o volume

de fumo contratado, utilizar os insumos recomendados e vender para a empresa tabageira a totalidade da produção contratada nos preços anteriormente estipulados. (BIOLCHI, 2003)

Um aspecto no tipo de contrato estabelecido com a indústria que tem reflexos diretos nas características históricas do trabalhador no campo, no que poderíamos chamar “numa maneira de ser camponês”, é a perda de autonomia do agricultor que esse tipo de contrato promove durante o processo de trabalho, na medida em que as empresas fumageiras já iniciam suas relações com o agricultor fornecendo, a título de adiantamento, as sementes e os agrotóxicos, financiando a construção das estufas e dos fornos, e a partir daí, assumindo o controle da qualidade, o volume, a incorporação de tecnologias.

Segundo produtores a cultura do fumo tira autonomia do agricultor, desconsidera seu saber, e que mesmo tendo especialização em plantar fumo, são os técnicos da empresa fumageira quem diz como e quando tem que fazer durante todo o ciclo produtivo. (PERES; NETO, 2015).

Esses e outros aspectos do sistema integrado, permitem pensar que ocorre uma subordinação real do proprietário-trabalhador familiar à empresa capitalista em todas as fases do processo de produção e de trabalho agrícola do tabaco.

Muitas vezes ao receber o pagamento pela entrega do produto ao final de cada safra, o fumicultor deixa de contabilizar o número de pessoas envolvidas, o tempo gasto em horas, dias e meses de trabalho, de uma jornada que absorve praticamente um ano inteiro – desde a semeadura até o pagamento pela entrega do produto.

É comum as dívidas contraídas para a compra dos insumos necessários ao plantio, infraestrutura, como a construção de fornos para a cura, não serem quitadas no prazo, sendo postergadas para o próximo ano. A situação pode piorar consideravelmente quando a safra é ruim. (BIOLCHI, 2003)

Essas dívidas podem acarretar em perda de terrenos por parte dos agricultores, pois muitas vezes o pequeno agricultor não consegue dar conta das metas impostas nos contratos, e a medida que mais metas são estabelecidas pelas empresas, mais “investimentos” são exigidos. (PERES; NETO, 2015).

O fumicultor é de fato o elo mais frágil economicamente do ciclo produtivo do tabaco (DESER, 2013), e nos últimos anos o lucro dos fumicultores vem tendo importante queda, pois as empresas passaram a pagar um valor baixo pelo fumo, e com isso acaba por consolidar um ciclo de dominação que tem como características o valor baixo do produto; o produtor intensificando o trabalho para aumentar a produção, visando obter melhores ganhos na safra seguinte; e esse mesmo aumento de produção como uma armadilha e manutenção da dominação, já que há desvalorização no preço quando há excesso de fumo no mercado, e assim a maior beneficiada nesse processo é a indústria do tabaco que compra o fumo mais barato. (ALMEIDA, 2005; CASTRO; MONTEIRO, 2015)

A relação de trabalho propositalmente distante que a empresa estabelece com o agricultor, nos moldes do contrato vigente, impossibilita chances do produtor negociar um preço mais justo para sua safra. Não há nesse agronegócio espaço para o produtor discutir a valorização e dedicação de seu trabalho, pois o que importa é a rentabilidade que dele advém para a indústria. (ALMEIDA, 2005; CASTRO; MONTEIRO, 2015)

O período de venda da safra é avaliado pelos fumicultores como o de maior frustração. Vale destacar que historicamente as reivindicações de agricultores giram em torno de melhores condições de produção/trabalho e de comercialização dos seus produtos.

O contrato de trabalho que o agricultor realiza com a indústria de tabaco pode ser caracterizado, segundo o campo jurídico, como “**leonino**”, ou seja, aquele que favorece abusivamente a uma das partes em prejuízo da outra. A denominação vem da célebre fábula de Esopo, na qual o leão rogava para si, na condição de rei dos animais, a melhor parte dos bens, ou melhor: exigia para si o todo do bem.

Várias etapas da produção do fumo necessitam do uso intenso da mão de obra de toda a família do agricultor, inclusive crianças e adolescentes, e em alguns casos a contratação de trabalhadores temporários para a época da colheita, de modo a evitar o endividamento com a indústria, e tentar alcançar um retorno financeiro que possibilite melhores condições de vida, o que em essência é a grande expectativa do agricultor e promessa da indústria quando a atividade é iniciada. (SILVEIRA; DORNELLES, 2010)

Financiamento e instruções sobre a compra de agrotóxicos e fertilizantes também estão inseridos no contrato do agricultor com as tabageiras. No entanto, os agrotóxicos são

acompanhados do receituário agrônomo, mas o treinamento sobre uso e descarte corretos das embalagens e do produto não é realizado. De acordo com Peres, Moreira e Dubois (2003) a maioria das informações que acompanham os rótulos e bulas dos agrotóxicos não é compreendida pelos usuários, principalmente os trabalhadores rurais, fato esse que irá comprometer a saúde dessa população devido a manipulação desses produtos. (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003)

Mesmo sendo legalmente corresponsáveis, a indústria do tabaco não assume responsabilidades trabalhistas junto aos produtores do fumo em caso de acidente de trabalho, eximindo-se de qualquer tipo de apoio em caso de seqüela ou morte devido ao manuseio do agrotóxico. (ALMEIDA, 2005)

8.4 - Trabalho e Agrotóxico

A Norma Regulamentadora Rural nº 5, que acompanha a Lei nº 7802 de 1989, define os agrotóxicos como *“substâncias, ou mistura de substâncias, de natureza química, quando destinadas a prevenir, destruir ou repelir, direta ou indiretamente, qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal que seja nociva às plantas e animais úteis, seus produtos e sub-produtos e ao homem”*.

No atual modelo de desenvolvimento do Brasil o agrotóxico é um dos principais instrumentos utilizados na agricultura para controle de insetos e outras pragas, tendo em 2008 assumido a colocação de maior consumidor de agrotóxico no mundo. É importante lembrar que esses produtos acarretam uma série de transtornos à saúde humana, indo das dermatites até diferentes tipos de câncer, conforme será mostrado mais adiante. (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003)

Apesar da Lei 9.974 de 2000 determinar a responsabilidade das empresas produtoras e comerciais pelo recolhimento e destinação adequada, e obrigatoriedade dos usuários devolverem as embalagens dos agrotóxicos aos estabelecimentos comerciais, o manejo dos problemas para a saúde humana e ambiental decorrentes da reutilização, descarte ou destinação inadequada de embalagens vazias de agrotóxicos, tem se apresentado como um desafio. A falta de programas de qualificação voltados para a força de trabalho, expõe o trabalhador do campo a riscos desconhecidos. (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003)

Seus efeitos podem causar danos em um período de 24 horas, e se apresentar de forma aguda ou crônica, dependendo da exposição, pois enquanto os agudos resultam da exposição a concentrações de um ou mais agentes tóxicos, os crônicos resultam da exposição continuada a doses relativamente baixas de um ou mais produtos.

Ao contrário do agudo, cujos efeitos são mais visíveis, aparecendo durante ou após o contato com o produto, os crônicos podem ser difíceis de identificar, confundidos com outros distúrbios e não ser relacionado ao agente causador, devido a possibilidade de demorar aparecer em semanas, meses, anos ou até mesmo gerações após o período de uso. (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003)

Na figura 3 a seguir são demonstradas a classificação quanto ao tipo de praga e grupo químico, bem como os sintomas característicos de uma intoxicação aguda e crônica causadas pela exposição a agrotóxicos.

Os efeitos da exposição aos agrotóxicos são demonstrados na figura 3 a seguir.

Figura 3 – Agrotóxicos e seus Efeitos

Classificação Quanto à Praga Que Controla	Classificação Quanto ao Grupo Químico	Sintomas de Intoxicação Aguda	Sintomas de Intoxicação Crônica
Inseticida	Organofosforados e carbamatos	- fraqueza - cólicas abdominais - vômitos - espasmos musculares - convulsões	- efeitos neurotóxicos retardados - alterações cromossomiais - dermatites de contato
Inseticida	Organoclorados	- náuseas - vômitos - contrações musculares involuntárias - irritações das conjuntivas - espirro- excitação - convulsões	- lesões hepáticas - arritmias cardíacas - lesões renais - neuropatias periféricas - alergias - asma brônquica - irritações nas mucosas
Fungicidas	Piretróides sintéticos	- tonteados - vômitos - tremores musculares	- hipersensibilidade - alergias respiratórias - dermatites - doença de Parkinson

	Ditiocarbamatos	- dor de cabeça	- cânceres
	Fentalamidas		- teratogêneses
Herbicidas	Dinitrofenóis e pentaclorofenol	- dificuldade respiratória - hipertermia - convulsões	- cânceres (PCP – formação de dioxinas) - cloroacnes
Herbicidas	Fenoxiacéticos	- perda do apetite - enjôo - vômitos - fasciculação muscular	- indução da produção de enzimas hepáticas - cânceres - teratogênese
Herbicidas	Dipiridilos	- sangramento nasal - fraqueza - desmaios - conjuntivites	- lesões hepáticas - dermatites de contato - fibrose pulmonar

Fonte: (Peres, Moreira e Dubois (2003) - Apud WHO, 1990; OPS/WHO, 1996 apud Peres, 1999.

Os danos conhecidos proporcionados pelos agrotóxicos trazem, ainda, um prejuízo diferenciado numa estrutura de trabalho como a de agricultura familiar onde todos os membros da família trabalham, mesmo sem perceber-se como tal, principalmente crianças com exposição a agrotóxicos sem proteção adequada, uma vez que não se reconhecem como trabalhadores, e em suas referências estarem apenas ajudando os pais. (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003)

Alguns inseticidas, como os organoclorados podem criar graves problemas ecológico e de saúde pública, pois é possível se manter nos organismos e no ambiente por até trinta anos, e devido as suas características se acumular ao longo da cadeia alimentar, em peixes, aves, bois e outros animais, e ainda no leite materno, frutos e águas.

Vários são, portanto, os danos causados pelos agrotóxicos a saúde humana e ambiental. No entanto, como afirma Peterson (2015) abordagens positivistas e reducionistas apresentadas à opinião pública, criam muitas vezes a ideia de que algumas medidas preventivas eliminariam os riscos de intoxicação humana e ambiental, e responsabilizam as vítimas sob a alegação de que não adotaram os procedimentos de segurança recomendados. (PETERSON, 2015)

8.5 Saúde Mental e Trabalho

O trabalho como atividade humana pode ser fonte de saúde, dando sentido à vida, fortalecendo a identidade e a dignidade do trabalhador, mas também pode ser fonte de adoecimento, e muitos são os motivos que podem adoecer. (VENCO, 2010)

Segundo Seligmann (2010) no ano de 2006 o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) concedeu 272.609 benefícios por incapacidade a trabalhadores com diagnóstico de transtorno mental, mas em somente 612 desses casos havia sido reconhecido onexo causal referente ao trabalho. (SELIGMANN-SILVA, 2010)

Já no ano de 2008 ocorreram 12.818 benefícios por transtorno mental reconhecido como relacionado ao trabalho, e mais da metade deles correspondiam a transtornos de humor, sendo a depressão o episódio mais recorrente. (SELIGMANN-SILVA, 2010)

Apesar dessas duas situações, e de haver algum avanço na segunda situação de benefícios pelo INSS de transtorno mental, ainda existem limitações para onexo causal entre comprometimento da saúde mental devido a aspectos envolvidos em sua atividade laborativa. (GONCALVES; GONÇALVES; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011)

Não só no Brasil, mas também em outros países causa perplexidade a identificação da relação entre trabalho e depressão, e a escalada mundial desse agravo mental. No caso brasileiro os pesquisadores acreditam que a prevalência é bem maior do que os registros oficiais divulgam, e são várias as causas para a subnotificação. (SELIGMANN-SILVA, 2010)

A respeito de depressão e trabalho, segundo Dejours (2010) as patologias relacionadas ao trabalho podem ser agrupadas em Patologias da sobrecarga, com disfunções músculo-esqueléticas; Patologias pós-traumáticas, como consequência das agressões sofridas no exercício da atividade profissional; Patologia do assédio, onde a ausência de mecanismos de defesa coletivos e de solidariedade tem fragilizado os trabalhadores com depressões e tentativas de suicídio, e sua consumação. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

O mesmo autor assinala que a primeira vítima do sistema não é o aparelho psíquico, mas sim, o corpo dócil e disciplinado, entregue às dificuldades inerentes à atividade laborativa, e, dessa forma, projeta-se um corpo sem defesa, explorado e fragilizado pela privação de seu protetor natural, que é o aparelho mental. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Para a OMS – Organização Mundial de Saúde – a depressão, transtorno mental que tem como características, dentre outras, a perda de interesse, prazer, sentimento de culpa, baixa autoestima, sono perturbado, alterações no apetite, pode se tornar crônica ou recorrente e levar a deficiências substanciais na capacidade de um indivíduo para cuidar de suas responsabilidades diárias, e na pior das hipóteses, pode levar ao suicídio.

Estudo de Gazalle et al (2004) demonstrou que os fatores socioeconômicos e demográficos estão associados à depressão, e independentemente do sexo e idade, a prevalência da depressão costuma ser mais alta entre indivíduos com menor renda, menor escolaridade, desempregados, divorciados ou separados. (GAZALLE; HALLAL; LIMA, 2004)

Com relação a sofrimento mental na vertente do trabalho rural especificamente, estudo realizado em município do Rio Grande do Sul, por Faria et al (1999), visando avaliar as associações entre características do trabalho rural e a ocorrência de morbidade psiquiátrica menor – MPM, mostrou que a prevalência desse transtorno afetou 37,5% dos agricultores. Um risco aumentado foi encontrado nos estabelecimentos de 26 a 50 hectares e também a menor mecanização, enquanto que o aumento de escolaridade reduzia esse risco. A intoxicação provocada por agrotóxicos também mostrou associação com MPM, embora os autores observem que não foi possível definir a direção dessa associação. (FARIA et al., 1999)

Castro e Monteiro (2015) em trabalho realizado junto a fumicultores, trazem contribuição para auxiliar na compreensão dessa vertente agrícola, ao recorrem a noção de “reconhecimento do trabalho” de Dejours e Merlo et al. como fator determinante para as vivências de prazer no trabalho. O reconhecimento apresenta-se como uma retribuição simbólica obtida por aquele que trabalha, em resposta à contribuição que o trabalhador oferece à empresa e, por seu intermédio, a toda a sociedade. (CASTRO; MONTEIRO, 2015)

Apesar da retribuição simbólica não ter no valor monetário seu eixo maior, é possível pensar que na fumicultura a avaliação desse reconhecimento é aguardado e compreendido pelo fumicultor como sendo aquele que se dará no momento da venda do fumo, porque o valor monetário estará implicado diretamente com o valor e qualidade de seu trabalho, já que a remuneração é “baseada na qualidade do fumo” que o agricultor leva para venda. Contudo, é exatamente aí que após a avaliação dos técnicos da empresa, o fumicultor experimenta o momento de desvalorização.

O reconhecimento é um julgamento sobre o trabalho que tem 2 vertentes: o julgamento da utilidade e o da beleza. O de utilidade implica em uma contribuição econômica, técnica ou social de um trabalho; o da beleza diz respeito a realização de um trabalho que só pode ser realizado em relação às regras da arte e as regras do ofício, só podendo ser proferido por pessoas que conhecem o ofício, e manifestado por expressões como “belo trabalho”, “belo jeito de fazer”, “bela obra”, e assim o julgamento do trabalho é ao mesmo tempo o mais preciso, o mais sutil, o mais severo e o mais precioso. Esse segundo julgamento tem um impacto fundamental sobre a identidade. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Na sequência parece apropriado traçar um paralelo com o trabalho de Castro & Monteiro (2015) ao afirmarem que o sofrimento do fumicultor é reforçado pelo não reconhecimento destes agricultores pela sociedade, uma vez que o fumo é interpretado como um produto danoso, fator de risco prejudicial à saúde da população e do meio ambiente. (CASTRO; MONTEIRO, 2015)

8.6 Trabalho e Suicídio

Só a polícia interveio para soltar o enforcado ou registrar as características do cadáver e seus ferimentos. Depois, se limpa o ambiente, uma boa faxina no canteiro ou no escritório, e o trabalho dos colegas sobreviventes volta à rotina de sempre.

A falta de reação coletiva, logo após o suicídio, pode ter consequências desastrosas. Seria possível retomar o trabalho normalmente, em seguida ao espetáculo de um suicídio? O que significa o silêncio que impera então? Se o suicídio é um ato de acusação indicando que o trabalho está em causa neste desfecho fatal, a ausência de reação significa, de facto, que nada será feito para elucidar a mensagem, que nada será feito para transformar a organização do trabalho e extirpar o que pode levar ao suicídio. Ademais, isso significa que a situação é a mesma, permanece intocada, que o risco perdura. “Quem é o próximo?” é a pergunta inevitável que todos os sobreviventes confessam deparar-se. Qual é então o significado social do suicídio? O suicídio deve então ser considerado como um risco suplementar do trabalho, assim como os demais riscos? (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

A ausência de reação coletiva após um suicídio não pode ser considerada como neutra. Ela traz um impacto no agravamento do sentimento de impotência, resignação e até de desespero entre os sobreviventes, e que, portanto, é importante a elucidação da

mensagem que um caso de suicídio traz, pois a não elucidação aumenta consideravelmente os riscos para a saúde mental de todos os que “permaneceram”. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Ao longo da história foram muitos os entendimentos acerca do suicídio. Na Europa cristã, por exemplo, o suicídio era visto como um ato condenável, havendo punição tanto para o suicida, com pregações da religião de que ele seria impedido de ascender ao paraíso, bem como para seus familiares, com a punição de perderem suas propriedades para os reis, causando a eles vergonha e desespero. Na Inglaterra esse confisco às propriedades do suicida permaneceu vigente até 1870. (VENCO; BARRETO, 2010)

Nos tempos atuais o suicídio está inserido no campo dos transtornos mentais, ou seja, vale-se do corpo biológico como depositário de angústia, depressão, alterações de comportamento, dentre outros, e assim, encarado como uma patologia. (VENCO; BARRETO, 2010)

No entanto, o suicídio como um dos fatos mais íntimos do comportamento humano, tem diferentes percepções dependendo da área em que o estudo esteja sendo promovido, tais como a psicologia, psiquiatria, ou as ciências sociais.

Ao considerar o suicídio um ato do indivíduo que afeta apenas a ele próprio, vinculado, portanto, a fatores individuais, o que está em análise são os antecedentes do suicida, sua personalidade, e, portanto, sua história privada como explicação para a resolução levada a efeito por ele. (DURKHEIM, 2013)

Mas deverá o suicídio ser visto em todos os casos como uma alienação mental?

Esse é um questionamento de Durkheim (1897), segundo o qual existe para cada grupo social uma tendência específica ao suicídio que não é explicada pela lógica orgânico-psíquica dos indivíduos nem pela natureza do meio físico.

Mesmo reconhecendo que é o mais privado ato de um indivíduo, no trabalho de Émile Durkheim (1897) as contribuições se voltam para a possibilidade de haver uma determinação social, externa ao indivíduo, ou seja, a presença da sociedade a que pertence. A sociedade seria então decisiva para proteger, evitando que o suicídio ocorra, ou ao contrário, pode influenciar efetivamente em um episódio de suicídio.

Argumentava que a educação e a pouca religiosidade estariam associados a níveis mais elevados de suicídio, enquanto uma maior proximidade com a religião, família e sociedade seriam as maiores proteções contra o suicídio. A alta renda teria um forte impacto sobre o suicídio porque comprometeria as relações familiares, na medida em que a renda tornaria o indivíduo muito independente, e isso o afastaria do convívio familiar, criando uma degeneração desse ambiente.

Ao contrário da hipótese de Durkheim sobre renda e suicídio, estudo feito por Chen; Choi; Sawada, investigando taxas de suicídios no Japão, mostrou que a desigualdade de renda aumenta a taxa de suicídio. (CHEN; CHOI; SAWADA, 2007)

Voltando a Durkheim, nesses casos ao invés de entender os suicídios apenas como acontecimentos particulares, ato individual, isolados uns dos outros, e cada um exigindo um exame particular, deveria considerado o conjunto dos suicídios cometidos numa determinada sociedade durante uma determinada unidade de tempo, não como o total obtido de uma simples soma de unidades independentes, uma coleção, mas sim um fato novo e *sui generis*, que tem unidade e individualidade e natureza própria, sendo essa natureza eminentemente social, denunciando as relações do indivíduo com a sociedade e as consequências dessa dinâmica. Acreditava que cada sociedade teria em cada momento de sua história, uma disposição definida para o suicídio. (DURKHEIM, 2013)

Assim, sua principal hipótese era de que a soma total de suicídios em uma dada sociedade devia ser tratada como um fato que somente poderia ser explicado em termos sociológicos, e não por motivações pessoais. Dessa forma, a unidade de análise seria a sociedade e não o indivíduo. (DURKHEIM, 2013)

Durkheim abordou o efeito contágio do suicídio, ao defender a hipótese de que a imitação produz efeitos sociais, e assim, afetaria a taxa de suicídio. Conclusão semelhante chegou o estudo de Cutler et al (2000), que analisando a dinâmica de tentativas de suicídios de jovens americanos entre 15 e 24 anos, apontou como uma das conclusões evidência para efeitos de contágio em jovens, que tiveram um amigo ou membro da família que tentou ou cometeu suicídio, se tornando mais propensos a tentar ou consumir o suicídio. No entanto, há estudos defendendo e encontrando resultados diferentes, mostrando inconclusões na relação entre suicídio e imitação. (CUTLER; GLAESER; NORBERG, 2000; GONCALVES; GONCALVES; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011)

Durkheim distinguia três tipos de suicídios:

- ✓ suicídio egoísta – motivado por isolamento exagerado do indivíduo em relação à sociedade, que o transforma em um “solitário”, um marginalizado, que não possui laços sólidos de solidariedade com o grupo social;
- ✓ suicídio altruísta – quando o ser humano está demasiadamente ligado a sociedade;
- ✓ suicídio anômico – aquele que o suicida não soube aceitar os limites morais que a sociedade impõe; que aspira mais do que pode, que tem demandas muito acima de suas possibilidades reais, e diante disso, cai no desespero. Durkheim assinala que o bem-estar ou a felicidade do indivíduo somente é possível se houver um equilíbrio entre suas expectativas, suas exigências e os meios socialmente acordados.

Durkheim trouxe contribuições importantes para compreensão do suicídio do ponto de vista da sociologia, ao promover uma discussão mais ampliada sobre os vários aspectos que cercam o tema suicídio em uma sociedade.

Ao recortarmos a discussão para o elemento trabalho na sociedade, encontramos um outro campo teórico com contribuições da psicodinâmica do trabalho na figura de Dejour, que ao abordar o suicídio passa por questões que dizem respeito à organização do trabalho e seus impactos sobre a saúde mental do trabalhador.

Três concepções são discutidas por Dejour (2010) a respeito das relações entre suicídio e o trabalho. Indicam que o trabalho tem em si elementos que podem potencializar ou levar a sofrimento psíquico. São elas:

- ✓ a primeira é abordagem do estresse – que vincula as perturbações biológicas e psíquicas de um indivíduo a fatores ambientais;
- ✓ a segunda é a análise estruturalista que consiste em atribuir toda a conduta patológica, inclusive suicídio à falhas ou vulnerabilidades individuais, considerando os fatores genéticos e hereditários, fatores vinculados à história do

indivíduo e sua infância, que modulariam a personalidade e aspectos psicológicos, sendo o trabalho revelador dessas “falhas”.

- ✓ a terceira seria a sociogenética, onde o trabalho e seus constrangimentos, principalmente os sociais – e não somente o físico, químico e biológico – são decisivos.

Assim, a organização do trabalho teria um impacto maior na saúde mental, devendo ser objeto de suspeição diante da descompensação psicopatológica de um indivíduo em sua atividade profissional.

Heliete Karam (2010) ao analisar o livro de Dejours e Bègue sobre suicídio no trabalho, destaca que o suicídio é fenômeno brutal, e que os autores mostram que nele se encerra uma dramaturgia, *pois ele não é ato isolado nem livre, mas endereçado ao outro, e que somente substituindo competitividade e isolamento, por cooperação e solidariedade que indicadores de saúde, como o suicídio crescente associado ao trabalho, terão alguma chance de serem revertidos.* (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Dejours (2010) também manifesta crítica diante do posicionamento do poder público, ao colocar que há uma ambivalência em relação à exploração do suicídio no trabalho pelo poder público, quando se apoia números pouco significativos de ocorrências, de modo a minimizar seu significado e evitar que o problema ao emergir traga junto a responsabilidade de adequar as políticas públicas a esse sofrimento humano. (DEJOURS; BÈGUE, 2010)

Não se sabe, ao certo, quantos suicídios relacionados ao trabalho ocorrem a cada ano na França. Essa falta de conhecimento decorre da inexistência, nas pesquisas epidemiológicas sobre o suicídio, de rubrica que permita detectar os eventos que poderiam estar relacionados com o trabalho ou com sua situação profissional. Um único suicídio em uma empresa constitui, de facto, um problema que afeta toda a comunidade de trabalho, uma vez que sua ocorrência reflete uma profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho. (Dejours; BÈGUE 2010)

Tal como apontado por Dejours há pouca discussão a respeito do tema suicídio, quase como um pacto de silêncio, e essa falta de mobilização reduz as chances de construção de políticas públicas sobre o assunto, especialmente no trabalho.

Entre os jornalistas, tanto a nível nacional quanto internacional, existe uma convenção profissional extra-oficial, uma espécie de acordo entre cavalheiros, relativas à restrição ao noticiário sobre suicídio por parte da grande imprensa. Um dos motivos para o comportamento desses profissionais é a crença de que o suicídio é contagioso, ou seja, de que ao noticiar um suicídio a imprensa pode influenciar, involuntariamente, suicidas potenciais a cometerem o mesmo ato.

Não há certamente consenso sobre esse posicionamento, e muitos pesquisadores consideram que o tema suicídio pode ser divulgado pela mídia, desde que não sejam apresentados pela mídia de forma sensacionalista e desastrosa como normalmente acontece. Se apresentado de forma adequada, a divulgação pode ter um valor mais positivo do que negativo, e despertar o interesse da ciência e autoridades para trabalhar na prevenção.

Em 2000 a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou uma série de manuais com orientações sobre prevenção do suicídio às diversas categorias profissionais, dentre elas a mídia, com orientações a fim de guiar a prática jornalística quando se depara com notícias sobre suicídio. (GRANDO, 2010)

9.0 METODOLOGIA

Duas questões principais nortearam o delineamento do presente estudo:

a) estaria a produção de tabaco no Brasil determinando problemas de saúde – e especificamente de saúde mental – nos trabalhadores ocupados nessa atividade?

b) que etapas do processo de produção do tabaco poderiam estar gerando problemas de saúde – e especificamente de saúde mental –, nos trabalhadores ocupados nessa atividade?

Na tentativa de responder a essas questões, e assim trazer uma contribuição à produção acadêmica sobre as relações entre processos de trabalho e saúde mental, delineou-se, aqui, um estudo descritivo, exploratório, de base qualitativa, organizado em duas etapas distintas:

a) uma análise dos processos de trabalho na produção do tabaco das principais regiões fumicultoras do Brasil; e

b) análise da ocorrência de casos de suicídio em municípios produtores e não produtores de tabaco, que compartilhem características e indicadores sociais e econômicos semelhantes.

Análise dos processos de trabalho na produção do tabaco das principais regiões fumicultoras do Brasil

A análise dos processos de trabalho na produção do tabaco das principais regiões fumicultoras do Brasil foi feita a partir de informações presentes em estudos publicados na literatura de referência, a partir de 1990, de modo a identificar etapas ou características dos processos de trabalho da fumiicultura desses municípios que poderiam estar associados a desfechos de saúde, em particular a problemas de saúde mental. Para contextualizar a produção nesses municípios, foram utilizados dados secundários levantados junto a bancos de dados oficiais, de acesso irrestrito, como as bases de dados do IBGE e do DATASUS.

Foram levantados, inicialmente, dados relacionados à organização e aos processos de trabalho observados nos municípios produtores de tabaco das principais regiões fumicultoras do Brasil, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Bahia e Alagoas.

Para a análise dos processos de trabalho na produção de tabaco no país foi tomado como eixo orientador a organização do trabalho, e também os elementos destacados no conceito marxista de processo de trabalho: o objeto, a força de trabalho, os meios de produção e o produto. Cada um desses elementos foi considerado como uma categoria de análise, à luz das características nacionais e loco-regionais da produção de tabaco no país.

O Quadro 1 apresenta uma matriz-base que orientou a organização e a análise dos elementos constitutivos dos diferentes processos de trabalho observados na produção de tabaco no país. Através da aplicação dessa matriz aos diferentes cenários de produção de tabaco no país, é possível compreender:

- a) se existe um ou mais processo de trabalho associado a fumicultura no país;
- b) em que momentos ou situações da aplicação da força de trabalho (ou do trabalho em si) os agricultores se encontram em situação de risco e que elementos caracterizam situação de vulnerabilidade dos agentes dessa força de trabalho;
- c) quais são os meios de produção utilizados na fumicultura em cada uma das regiões produtoras do país e como esses elementos podem estar interferindo na condição de saúde dos plantadores de tabaco;
- d) que elementos dos meios de produção utilizados na produção de tabaco no país podem estar associados a problemas de ordem da saúde mental;
- e) quais são os produtos gerados ao final do cultivo de tabaco no país e que riscos esses produtos representam para a saúde – e em particular para a saúde mental – dos plantadores de tabaco nas diferentes regiões produtoras do país.

Quadro 1 – Quadro Matriz

Componente do (s) Processo(s) de Trabalho	Elementos a serem analisados	Categorias analíticas/empíricas
Objeto	Diferentes tipo de tabaco Adequação da planta à região Susceptibilidade a pragas Fatores climáticos e ambientais	Existência de tipos de tabaco mais susceptíveis a pragas Determinantes e capacidade de escolha sobre que produto plantar Relação preço do produto x produto mais adequado à região
Força de Trabalho	Etapas do trabalho Jornada de trabalho típica Organização da força de trabalho	Identificação de perigos no processo de produção do tabaco Trabalho exaustivo e de longo curso diário Frequência de acidentes de trabalho Trabalho em galpões de secagem com pouca ventilação Envolvimento de toda a família no processo de trabalho
Meios de Produção	Insumos (inclui agentes químicos) Maquinário Equipamentos de proteção Locais de trabalho em cada uma das etapas de produção	Exposição a agrotóxicos Exposição à nicotina Trabalho ao ar livre Inadequação e indisponibilidade de EPI
Produto	Armazenamento Transporte Destinação final	Concentração de nicotina e resíduos de agrotóxicos em locais de armazenamento de produtos
Organização do trabalho	Sistema integrado	Determinantes econômicos da produção de tabaco

Fonte: (BORGES; PERES, 2016)

Análise da ocorrência de casos de suicídio em municípios produtores e não produtores de tabaco, que compartilhem características e indicadores sociais e econômicos semelhantes

A análise da ocorrência de casos de suicídio em municípios produtores e não produtores de tabaco, que compartilham características e indicadores sociais e econômicos semelhantes, foi feita a partir do levantamento, sistematização e análise de dados secundários, presentes em publicações e bases de dados de acesso irrestrito. Foram buscados, inicial e primordialmente, dados relacionados aos casos de suicídio registrados e/ou observados nos municípios produtores de tabaco das principais regiões fumicultoras do Brasil, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Bahia e Alagoas.

Municípios Fumicultores

Para a essa etapa da pesquisa foi necessário definir que seriam considerados municípios fumicultores aqueles que apresentassem nos bancos de registros oficiais, os maiores

quantitativos de hectares plantados de fumo. Após isso, deveriam também atender os seguintes critérios:

- a) Ter a produção de tabaco como uma de suas atividades produtivas;
- b) Produzir tabaco há, pelo menos, 10 anos;
- c) Apresentar registros de casos de suicídios em bases de dados oficiais do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), ou terem esses desfechos estudados em pesquisas publicadas a partir de 1990.

O atendimento a esses critérios exigia a caracterização de aspectos sociodemográficos e de produção dos municípios definidos como fumicultores nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Bahia e Sergipe, o que foi feito através de pesquisa aos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no site “www.ibge@idades.gov.br. Foram levantados 52 municípios fumicultores, e suas caracterizações constam desta dissertação no Apêndice A.

O total de 52 municípios fumicultores teve como critério inicial serem os maiores municípios produtores de fumo dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e no nordeste os estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, de acordo com hectares plantados de fumo e informado no banco de dados do IBGE – (www.cidades.ibge.gov.br).

Esse total foi composto dos doze maiores municípios produtores de fumo do Rio Grande do Sul, igual número de Santa Catarina e onze do estado do Paraná. No nordeste como há um número menor de municípios que produzem tabaco, foram trabalhados nove municípios em Alagoas, cinco na Bahia e três de Sergipe.

Municípios Não Fumicultores

Como tentativa de qualificar a ocorrência dos casos de suicídio registrados no DATASUS nos municípios produtores de tabaco escolhidos, foi feita busca semelhante de casos em municípios com as mesmas características demográficas, sociais e econômicas, mas que não tinham a fumiicultura como atividade econômica. Para a inclusão desses municípios nessa etapa do estudo, foram utilizados os seguintes critérios:

- a) Não ter a produção de tabaco como atividade produtiva do município;

- b) Não produzir tabaco há, pelo menos, 10 anos;
- c) Apresentar registros de casos de suicídios em bases de dados oficiais (SIM) ou terem esses desfechos estudados em pesquisas publicadas a partir de 1990;
- d) Apresentarem indicadores demográficos, sociais e econômicos semelhantes aos dos municípios produtores selecionados anteriormente;
- e) Possuírem atividade agrícola distinta da fumicultura no município.

Para o conhecimento do número de suicídios, foram utilizados dados do DATASUS - Departamento de Informática do SUS.

A caracterização desses municípios não fumicultores também consta desta dissertação como Apêndice B dos 52 municípios levantados.

Os 52 municípios não fumicultores foram compostos com a mesma distribuição quantitativa dos municípios fumicultores, também pelos mesmos três estados do sul e do nordeste. Inicialmente para compor esses 52 municípios era necessário obedecer aos critérios estabelecidos nos itens listados acima para municípios não fumicultores, além de apresentar indicadores demográficos, sociais e econômicos semelhantes aos dos municípios produtores selecionados.

Com relação ao aspecto de semelhança, foi adotado como critério que a primeira semelhança deveria ser da “população estimada” com uma relação de aproximação de 10 a 20% para mais ou para menos entre os municípios que plantam e os que não plantam fumo. Dessa forma se o município fumicultor tem uma população estimada de 10.000 habitantes, o município não fumicultor caracterizado deverá ter uma população entre 8.000 e 12.000 habitantes.

A outra forma de semelhança considerada no levantamento dos municípios que não plantam fumo foi a proximidade com o IDH-M dos que plantam fumo, considerando as faixas desse indicador em Muito Baixo (0 - 0,499); Baixo (0,500 - 0,599); Médio (0,600 - 0,699); Alto (0,700 - 0,799) e Muito Alto (0,800 e 1).

Quando havia dois produtos com o mesmo quantitativo de hectares, a opção se deu pelo produto com maior valor da produção, como foi o caso de Alvorada do Sul no Paraná que planta milho e soja. A opção pela soja obedeceu a esse critério.

Cabe ainda salientar que inicialmente seriam privilegiados os municípios próximos aos produtores. No entanto, o avanço da pesquisa foi mostrando na prática a dificuldade de atender a esse critério, pois a estratégia logística da indústria do tabaco é ter áreas de plantação alcançando vários municípios próximos a um município já produtor de fumo.

Diante dessa constatação foi adotado como critério uma pesquisa mais ampla e intensa para identificar, pelo número populacional, o município que preenchesse os outros critérios de modo a ser considerado não fumicultor, conforme definido acima.

Para cada um dos municípios definidos como fumicultores e não fumicultores foram levantados os seguintes dados: população estimada (anos 2014 ou 15), densidade demográfica (hab-Km²), PIB per capita a preços correntes (2012), Índice de Desenvolvimento Humano do Município (2010), tempo que planta fumo, tipo de fumo, hectares plantados, quantidade produzida, valor da produção, participação do fumo no Produto Interno Bruto (PIB), registro no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

O levantamento de cada um desses dados teve os seguintes objetivos:

- ✓ População estimada (2014/15) – tamanho populacional do município envolvido com a produção de fumo
- ✓ Densidade demográfica (hab-km²) – conhecer como a população se distribui no município
- ✓ PIB a preços correntes – de modo a conhecer a atividade econômica da região representando o crescimento econômico, e a participação do fumo.
- ✓ IDHM – o indicador IDH municipal (IDHM) mostrando como estão os pilares do índice de desenvolvimento humano dos municípios (saúde, educação e renda).

A figura 4 abaixo mostra a classificação do IDH-M

Figura 4 – Classificação do IDH-M

FAIXAS DO IDH-M	
De 0 a 0,499	Muito Baixo
De 0,500 a 0,599	Baixo
De 0,600 a 0,699	Médio
De 0,700 a 0,799	Alto
De 0800 a 1	Muito Alto

Fonte: (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013)

- ✓ tempo que planta fumo – para atender a um dos critérios da pesquisa para definição de município fumicultor. Sendo assim, foi verificado em cada município se havia plantação de fumo no período de 2004 a 2013 (intervalo de tempo disponibilizado pelo IBGE durante o levantamento dos dados pela autora).
- ✓ O fumo é classificado nos bancos de dados do IBGE como “Lavouras Temporárias”, onde é possível obter informações sobre hectares plantados, tipo de fumo, quantidade produzida e valor da produção. A periodicidade do inquérito para obtenção dos dados é feita anualmente pelo IBGE.
- ✓ tipo de fumo que é plantado em cada uma das regiões – todas as regiões do sul e nordeste informam dados relativos a fumo em folha
- ✓ hectares plantados – possibilitou identificar os maiores municípios produtores de fumo, em ordem decrescente, e conceituada pelo IBGE (2002) como sendo a área plantada do fumo no ano de referência da pesquisa.
- ✓ quantidade produzida – Segundo o IBGE (2002) o quantitativo é obtido na área colhida, no ano de referência da pesquisa e os dados são apresentados em toneladas.
- ✓ valor da produção – o objetivo foi verificar o ganho do produtor pelo seu trabalho, além de possibilitar comparações de estados, região sul e nordeste.

Sobre o valor da produção é importante ressaltar que por considerar alto o valor do fumo agregado a algumas regiões, levando em conta a quantidade de hectares plantados e a produção em toneladas, a autora consultou o IBGE através de email e obteve a seguinte resposta:

O preço médio pago ao produtor é utilizado pela PAM, para o cálculo do “Valor da Produção”. A variável, preço médio pago ao produtor, é a média dos preços recebidos pelos produtores em cada mês (preço de porteira). O preço médio final será ponderado pelas quantidades colhidas mensalmente durante o ano de referência da pesquisa, portanto o mês onde ocorre a maior concentração da colheita será o mês em que o preço será o mais representativo desta informação.

Valor da Produção = Produção (toneladas ou em mil frutos) x Preço Médio pago ao produtor ponderado pela concentração da colheita (Reais por tonelada ou mil frutos).

Não houve tempo hábil para uma análise mais aprofundada, de modo a identificar porque alguns valores de produção se mostram altos, como em Igaci e Junqueiro em Alagoas dentre outros.

- ✓ valor da produção no PIB do município – possibilita conhecer qual a contribuição percentual da produção do tabaco no Produto interno bruto do município;

Importante destacar que o valor apresentado no dado sobre “participação do fumo no PIB do município” é resultado do valor da produção do fumo no ano de 2013 dividido sobre o valor do PIB a preços correntes 2013 multiplicado por 100, conforme abaixo:

$$\text{Participação do fumo no PIB do município} = \frac{\text{valor da produção do fumo}}{\text{Valor do PIB a preços correntes}} \times 100$$

Elaborado pela autora

- ✓ registro no SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) como uma das etapas da pesquisa objetiva o conhecimento da existência e número de suicídios, era necessário saber se o município tinha o sistema para ter acesso ao número de suicídios.

Caracterização de Suicídios nos Municípios Fumicultores e não Fumicultores

Agregando informações sobre o perfil da população dos municípios fumicultores e não fumicultores inseridos nesta dissertação, foi realizada a caracterização dos suicídios com levantamento das seguintes variáveis junto banco do DATASUS:

- estado civil (solteiro, casado, viúvo, separado judicialmente, ignorado, outros)
- sexo (masculino, feminino)

- escolaridade (1-3 anos de estudo; de 4 a 7 anos; de 8 a 11 anos ; 12 anos e mais; ignorado)
- local de ocorrência (hospital; outros estabelecimentos de saúde; domicílio; via pública; ignorado; outros)
- faixa etária (10 a 14 anos; de 15 a 19; 20 a 29; 30 a 39; 40 a 49; 50 a 59; 60 a 69; 70 a 79 anos; e 80 anos e mais)
- número total de suicídios dos códigos CID-10 de X-60 a X-84
- número de suicídio pelo código X-68 (autointoxicação intencional a pesticidas) visando verificar o uso desse químico em regiões rurais para mortalidade, conforme apontado pela literatura.
- número de suicídio pelo código X-70 (lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação) por ser o tipo mais relatado na literatura como modalidade de suicídio.

10. LIMITES DO ESTUDO

Para alcance dos objetivos estabelecidos nesse estudo qualitativo, exploratório, descritivo foram fundamentais para conhecimento dos dados que são apresentados nesta dissertação os bancos de dados de acesso irrestrito, como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

A proposta desta dissertação segue as instruções do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, quando prevê que pesquisas como a presente, que utiliza apenas dados secundários de domínio público e acesso irrestrito sobre suicídio em regiões fumicultoras, não identificando sujeitos, nem envolvendo de seres humanos não necessitam de aprovação por parte do Sistema CEP-CONEP.

11. RESULTADOS

A base dessa etapa foi buscar na literatura temas que tivessem proximidade e possibilitassem conhecer as especificidades do processo de trabalho na fumicultura e suas consequências para a saúde, principalmente a mental, do agricultor nas principais regiões Sul do Brasil, tais como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e em regiões do nordeste como Alagoas, Bahia e Sergipe. Foi realizada pesquisa em dissertações, teses, artigos, matérias jornalísticas, através dos bancos de dados Scielo, Bireme, jornais, mídia, e os achados foram relatados mostrando como se dá o trabalho nesta vertente agrícola.

11.1 Etapa 1 - Análise dos Processos de Trabalho na Produção de Fumo no Brasil

O tabaco é uma cultura agrícola que está disseminada em todo o mundo, em diferentes variedades e adaptável a diversos tipos de solo, clima e nível tecnológico, podendo ser trabalhado por pequenos agricultores, como muitos do sul do Brasil, ou por produtores médios e grandes de países como a Argentina, permitindo que anualmente milhões de toneladas sejam produzidas. A comercialização é feita por um número pequeno de empresas. (BONATO, 2010)

Com relação ao aspecto ambiental, de maneira geral, a produção de tabaco se dá em solos declivosos, e seu cultivo intensivo provoca degradações ao ecossistema natural, o que demanda manutenção para a capacidade produtiva.

A cadeia produtiva do tabaco envolve vários agentes, dentre os quais figuram os agricultores produtores de fumo - caracterizados como “fumicultores”, e assim descaracterizados como agricultores - passando por transportadoras, postos de distribuição, usinas de processamento, fábricas de cigarros, até chegar ao produto final no mercado interno ou exportado para consumo na forma de cigarro, cachimbo, charuto, fumo mascado, narguilé e outras que contêm o fumo. (BONATO, 2010)

Em termos regionais o presente estudo focará o processo de produção do fumo dos estados da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), responsável pela produção de fumo claros voltado à fabricação de cigarros, e estados do nordeste (Bahia, Sergipe e Alagoas) onde é produzido o fumo escuro próprios para fabricação de charutos e cigarrilhas (CARVALHO, 2006)

Produção na região sul e nordeste

A região sul do Brasil concentra a maior produção de fumo no país, realizada predominantemente por agricultores familiares, de origem alemã, que possuem áreas de terras inferiores a 5 hectares, ou por agricultores que não possuem terras próprias, e que para o cultivo do fumo, arrendam terras de terceiros. (BONATO, 2010)

É grande a importância e a dependência econômica que a produção de tabaco exerce nos municípios da região sul do país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2008) alguns dos maiores municípios fumicultores desta região são Venâncio Aires (RS), Candelária (RS), São Lourenço do Sul (RS), Canoinhas (SC), Santa Terezinha (SC), Itaiópolis (SC), Rio Azul (PR), Piên (PR) e Prudentópolis (PR). (BONATO, 2010)

No nordeste mesmo estando na mesma região, existem algumas diferenças sobre a produção de fumo entre Bahia e Alagoas. De acordo com BONATO (2010), até o ano 2000 Alagoas utilizava áreas colhidas bem maiores que a Bahia, mas a partir de 2001, com a redução da demanda mundial por fumos escuros, as áreas colhidas desses dois estados ficaram praticamente iguais. No entanto, em virtude do maior rendimento (peso) do fumo de corda comparado com o de folha, a produção de Alagoas é superior à da Bahia.

Há diferença também em relação ao preço pago pelos tipos de fumo. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na safra de 2008 o preço médio pago pelo montante produzido no ano na Bahia (folha) ficou em torno de R\$3,96/Kg, e em Alagoas (corda) o valor pago em média foi de R\$0,99/Kg. (BONATO, 2010)

Quando se trata do fumo produzido na região nordeste prontamente se identifica diferenças com relação ao sul, a começar para qual tipo de produto final o fumo se destina que é a confecção de charutos e cigarrilhas, notadamente na Bahia, e fumo de corda em Alagoas, sendo os dois maiores estados responsáveis por contribuírem quase que inteiramente com os 3% que somados aos 96% do sul, resultarão na produção de fumo do Brasil. (BONATO, 2010)

Diferentemente da região sul, a maioria dos produtores da Bahia não está inserido no Sistema Integrado de Produção tão característico da indústria fumageira com os produtores dos estados do sul.

Na Bahia a produção de fumo está centrada em Cruz das Almas, Sapeaçu, Cabaceira do Paraguaçu e Governador Mangabeira. Apesar de em 2008 a produção de fumo na Bahia ter envolvido 75 municípios, a produção não alcançou 1% em 60 deles.

Outro dado importante da região nordeste é que os agricultores de Alagoas são grandes produtores independentes e somente alguns fazem negociação de fumo em folha e vendas com as empresas de tabaco. A produção de fumo em Alagoas concentra-se em Arapiraca, Craíbas, Lagoa da Canoa, Girau do Ponciano e Feira Grande. (INACIO, 2011)

Em Arapiraca, principal produtora em Alagoas, o interesse dos fumicultores é pelo fumo em corda e não pelo em folha, sendo parte da produção de fumos escuros usados para capa de charuto ou para compor o *blend* de fumos para exportação, e a outra parte da produção para fabricação do fumo de corda.

Com uma participação e produção total menos significativa que Bahia e Alagoas, temos na região nordeste o estado de Sergipe, com 16 municípios, e destaque para Lagarto, Riachão do Dantas e Salgado.

O Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, chama atenção para o fato dos dois últimos censos agropecuários do IBGE (1995 e 2006) demonstrarem que todos os estados do nordeste apresentaram queda no número de estabelecimentos produtores de fumo, destacando a Bahia que apresentou em 2006 uma redução em torno de 85% dos estabelecimentos produtores que tinha em 1995. (BONATO, 2010)

A seguir teremos um detalhamento das etapas do trabalho de modo a auxiliar na compreensão da empreitada que envolve o início e fim de uma safra de fumo, ou seja, semeio e colheita, passando pelas relações de desigualdade e subordinação aos representantes da indústria do tabaco.

Etapas do ciclo de trabalho

Na leitura dos trabalhos que descrevem os vários municípios que tem na cultura do fumo a fonte ou uma das fontes renda, identifica-se a necessidade de mais trabalhos que descrevam aspectos do processo de trabalho na produção de tabaco na região nordeste do Brasil.

Já na região sul, as etapas do ciclo ao qual o agricultor está inserido para produção do fumo, tem sido descrito por diferentes autores, permitindo que durante as descrições se observe as pequenas diferenças a respeito do ciclo de produção do tabaco, que não comprometem a visão sobre o alinhamento da cadeia produtiva em diversas regiões. Em todas elas são iguais e chama atenção as várias etapas necessárias para que uma safra possa ser considerada concretizada, e o quanto a mão de obra é exigida por se tratar de uma cultura essencialmente não mecanizada.

Processo de Trabalho - Variedades de fumo

No Brasil as principais variedades de fumo produzidas são o Virgínia, Burley e em menor proporção o Comum. A variedade Amarelinho deixou de ser produzida comercialmente na região sul na safra de 1996/97 devido as preferências do mercado. O fumo Virgínia é considerado superior, é bem aceito no mercado nacional e internacional, e respondeu na safra de 2008/2009 por mais de 80% da produção da região sul (BONATO, 2010). Segundo o Sinditabaco na safra de 2008/2009 o Virginia representava 71% do fumo produzido no sul, seguido do Burley e Comum na mesma região.

A variedade Burley é caracterizado pela tonalidade escura, sendo considerado de menor qualidade que o Virgínia, e é usado na fabricação de cigarros como “blend” (mistura de tabacos).

Outra variedade que apresenta a tonalidade escura e baixa qualidade comparado com Virgínia é a Comum. Essa variedade quando comparada ao Burley, utiliza maior área de terra e possui maior peso por pé, e preço pago pela arroba. Tem maior tolerância ao frio e à seca, fazendo com que seja uma alternativa durante o inverno, e utilizado em regiões de clima ameno. Já a variedade Capeiro tem a Bahia como principal região de produção, e utilização voltada principalmente para capas de charutos interna, bem como de Cuba. (BONATO, 2010)

Para o agricultor o tipo de fumo produzido vai implicar em diferentes processos de colheita, cura e secagem. Com relação ao preparo e/ou processo de cura e dependendo de sua variedade, o fumo poderá ser classificado em tabaco de estufa ou de galpão. Assim é que a variedade Virgínia e Capeiro fazem parte do grupo fumo de estufa.

O tabaco de cor clara, tem sua cura ou secagem em estufas com temperatura e umidade controladas, as chamadas Flue Cured, podendo levar de cinco a sete dias para que o processo de secagem seja concluído.

Esse tipo de secagem tem algumas características diferenciadas, tais como necessitar de maior número de mão-de-obra, a colheita ser realizada manualmente, as folhas serem colhidas obedecendo a posição das folhas na planta, iniciando a colheita pela baixeira (base), passando posteriormente para a semimeeira, meeira e por fim a ponteira. (BONATO, 2010)

Essas apanhadas são feitas em diferentes momentos, porque é preciso que cada folha da planta esteja em seu momento de maturidade para ser colhida. Depois de serem colhidas, para irem às estufas para a cura, as folhas serão amarradas e/ou costuradas em varas. (BONATO, 2010)

Na estufa a secagem ocorre pela combustão da lenha, processo que leva de 5 a 7 dias para conclusão. Para esse processo é utilizada a mão de obra na manipulação das folhas do tabaco, bem como no corte de toneladas de lenha, implicando em desmatamento.

As variedades de fumo cujo processo de cura é o de galpão guarda diferenças com o de estufa, pois têm suas folhas submetidas à cura natural, sombra ou em galpões ventilados naturalmente (Air Cured). Inclui nesse grupo as variedades Burley, Comum, Maryland, Dark, Tibagi e Amarelinho. (BONATO, 2010)

Para o Burley há necessidade de menor esforço físico e quantitativo de mão de obra comparado ao Virgínia, porque as folhas amadurecem de maneira uniforme, o que permite que a planta seja colhida por inteiro ao nível do solo, assim as folhas ficam presas ao talo que será amarrado em varas e depois pendurados em filas no topo dos galpões para secar até estarem douradas. No processo de cura não é utilizado nenhum recurso que acelere a secagem, ou seja, o processo é totalmente natural. O processo completo pode levar cerca de 40 dias. (BONATO, 2010)

O processo de cura do tabaco tem por objetivo que a folha do fumo adquira a cor, o odor e o sabor peculiares.

Preparo do terreno e produção de mudas

Inicialmente são preparados os terrenos para instalar as mudas que darão origem ao fumo. As mudas são semeadas no mês de maio em bandejas de isopor ou plástico, conhecidas como sistema Float, onde permanecem flutuando nas chamadas “piscinas” por um período de 60 a 90 dias, tempo em que essas mudas são podadas algumas vezes, e após findado esse tempo as mudas são, então, transplantadas para o solo que já foi preparado para recebê-las. (CARVALHO, 2006)

Uma diferença a ser comentada é o sistema float surgiu para substituir os canteiros no solo, os quais necessitam de esterilização com o gás brometo de metila para eliminar fungos, insetos e bactérias. Além disso, produz melhores mudas, facilita o plantio e reduz custos de produção. Uma vez que sejam substituídos pelo sistema Float, e a fim de evitar a proliferação de limo, por orientação da indústria do tabaco, são colocadas na água nutrientes (NPK), cobre, agrotóxicos como fungicidas, dentre outros, sendo necessário que a operação de colocação dos agrotóxicos se repita toda semana, durante o tempo em que a planta estiver no float, ou seja, de 2 a 3 meses. (CARVALHO, 2006)

Segundo Darélla (2001) o fumo é atacado por lagarta, pulga, pulgão, mandaruvá, que irão comprometer a qualidade de suas folhas, e, ainda, o fato de haver na cultura do fumo diversas doenças, pragas, fungos e insetos, é necessário o uso de vários produtos químicos para combater. Portanto, mesmo antes de seu transplante, as mudas recebem várias aplicações de agrotóxicos com diferentes classificações toxicológicas, que provêm da fumageira ou comprados em agropecuárias locais, e cujas embalagens têm diferentes destinos, após o uso de seu conteúdo, ocorrendo, na maioria das vezes, após a tríplice lavagem, a devolução para a fumageira. (DARÉLLA, 2001; TROIAN et al., 2009)

Diversos tipos de agrotóxicos usados no ciclo de cultura do fumo são classificados pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, como extremamente tóxicos e altamente tóxicos (classes I e II), trazendo consequências à saúde dos fumicultores, como intoxicação e câncer, além de contaminação ao ambiente (água, solo e ar).

Plantio

O plantio deve ser feito entre julho e agosto, e segundo Carvalho (2006) é uma fase muito trabalhosa que necessita de todos os membros da família, amigos e vizinhos, pois o trabalho é em tempo integral.

No período entre agosto e final de outubro ocorre o desenvolvimento da planta, nesta fase será feita aplicação de agrotóxicos, fertilização, capina, desbrote e capação, conforme veremos a seguir.

O que vai se verificando ao longo do processo de cultivo do fumo é grande frequência do uso de agrotóxico, indo do sistema floating, passando pelo crescimento das mudas e seu transplante para a terra, preparação do solo com aplicação de agrotóxicos, depois do crescimento dos pés e capina, poda, enfim usado em todas as fases.

A relação abaixo mostra o uso de alguns dos agrotóxicos usados na plantação do fumo e o tipo de praga a combater:

Produto	Tipo de Praga
Acaricidas	Ácaros
Avicidas	Aves
Bactericidas	Bactérias
Carrapaticidas	Carrapatos
Columbicidas	Pombos
Cupinidas	Cupins
Formicidas	Formigas
Fungicidas	Fungos
Herbicidas	Ervas daninhas
Inseticidas	Insetos
Larvicidas	Larvas
Molusquicidas	Molucos
Nematicidas	Vermes
Piolhidas	Piolhos
Predacidas	Vertebrados
Purgicidas	Pulgas

Fonte: HEEMANN (2009)

Para a aplicação de agrotóxicos, que também é usado após o plantio, são necessário Equipamentos de Proteção Individual (EPI), mas a pesquisa realizada no município de Sombrio

– Santa Catarina, por Carvalho (2006) demonstrou que apesar de 100% dos fumicultores pesquisados utilizarem agrotóxicos em suas propriedades, 79% não utilizavam EPI e os restantes 21% só utilizavam luvas e botas, demonstrando, assim um uso incipiente, mesmo diante da instrução da lei para o uso de luvas, máscaras, viseira facial, jaleco, calça, capuz ou touca, boné árabe, avental e botas.

Na fumicultura a dificuldade de uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI pode ser interpretado como resistência por parte dos agricultores. No entanto, o não uso é justificado pelo desconforto em vários aspectos, tais como: luvas não anatômicas que dificultam o manuseio das folhas; calças plásticas que rasgam com facilidade; aventais não impermeáveis à umidade do orvalho facilitando a absorção transdérmica da nicotina e dos agrotóxicos contidos na folha do fumo; viseiras para proteção da face que permitem a inalação do veneno por serem abertas e sem filtro de ar; as máscaras mostram-se inadequadas porque são destinadas somente à retenção de pequenas partículas de poeira, além de acumular os resíduos de agrotóxicos facilitando a intoxicação; as roupas são quentes, sujeitando o agricultor a uma grande sensação de calor. (BIOLCHI, 2003)

O Ministério Público do Trabalho, que tem a função de fiscalizar o uso adequado e a qualidade dos EPIs apurou que os equipamentos são de baixa qualidade, caros e são vendidos pelas empresas fumageiras, apesar da legislação brasileira obrigar o empregador a fornecer, gratuitamente, equipamentos adequados ao risco ocupacional desempenhado pelo trabalhador.

Sobre o uso intenso de agrotóxico e da naturalidade com que esse produto perigoso à saúde é usado, Almeida (2005), alerta sobre a ilegalidade da recomendação e venda antecipada aos produtores, no momento em que há a assinatura do contrato com a indústria do tabaco, sem verificação da necessidade de fato de uso dos agrotóxicos, porque a Lei 7.802/1989 artigo 13, e Decreto 4.074/2002 (artigo 66, inciso II) preceituam que “a venda de agrotóxicos e afins aos usuários será feita através de receituário próprio”, e a receita, específica para cada cultura ou problema, deverá conter o diagnóstico.

Os insumos para o solo são vendidos pela fumageira em quantidades estabelecidas por instrutores. São usados adubos químicos e orgânicos.

Na fase da capina é comum os agricultores envolverem os filhos, crianças menores de 14 anos trabalhando, apesar da proibição, mas, segundo Menezes e Magalhães (1998) esse

envolvimento é um misto de cultura associada à noção de herança, de propriedade da terra no grupo familiar, e também uma necessidade diante da precariedade econômica resultante da integração com as fumageiras. Um fato grave, segundo os mesmos autores é que no período da colheita, época de férias escolares, crianças e jovens se expõe ao contato com agrotóxicos e a nicotina na secagem do fumo. (MENEZES; MAGALHÃES, 2001)

Para garantir uma boa qualidade do fumo, antes da colheita deve ser feita a inflorescência no ápice da planta, e o desbrote que retira os brotos laterais e apicais (ponta) da planta. Esse procedimento terá impacto direto no princípio ativo dos derivados do tabaco, pois o objetivo aumentar os níveis de nicotina e açúcares nas folhas. (DARÉLLA, 2001)

Colheita, Secagem ou cura

A fase da colheita é feita em diferentes momentos, à medida que as folhas vão ficando amareladas. Vai necessitar da mão de obra não só da família, mas também de trabalhadores contratados. Saber o ponto certo da folha para não colhê-la verde, é fundamental a fim de não haver perda na qualidade. No fumo Virgínia das 4 classes da planta a ser colhida, a primeira e mais difícil é o baixeiro, trazendo desconforto físico, pois por ficar próxima ao chão o trabalhador precisa ficar muito tempo curvado ou agachado. O Baixeiro é a primeira parte colhida do Virgínia que irá para a estufa, e apesar de ser uma parte do fumo de baixa qualidade, financeiramente é muito importante porque é o 1º fumo que o agricultor irá vender e pagar algumas dívidas. (BONATO, 2013)

Segundo Bonato (2013) apesar do plantio ser similar, há diferenças no processo de colheita e secagem dos fumos Virginia e Burley. O Virginia exige uma proximidade, olhar e cuidado diário do agricultor, e cada folha passa 3 vezes na mão do agricultor, tendo cada pé em média 16 folhas.

Os prejuízos causados à saúde variam de acordo com a nicotina presente em cada tipo de tabaco. No fumo Virginia, que é o mais cultivado, há um maior contato com a folha, pois é seco em estufa e exige que seja colhida folha por folha, conforme o grau de maturação das mesmas, obrigando maior contato com a planta, percorrendo a plantação e escolhendo as que estão no ponto de colheita, sendo levadas pelo próprio fumicultor em contato com seus braços e peito até o local onde está a estufa. Demanda, portanto, uma grande quantidade de trabalho,

aumenta o nível de estresse físico e emocional, além de dificultar que o produtor possa desenvolver outras culturas. (BIOLCHI, 2003)

Ainda de acordo com Bonato (2013) é menor o trabalho para a colheita do Burley, pois não é feita de folha por folha, e sim de uma só vez de toda a planta, diminuindo o contato com o corpo. Contudo, também oferece riscos se as folhas estiverem úmidas. A secagem é feita com o pé pendurado no galpão sem parede, secando na temperatura ambiente. Depois as folhas são tiradas para classificação. Para o produtor o Burley é um complemento de renda, ao contrário do Virgínia.

As regiões do sul que mais plantam Virgínia é o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Poucos municípios nesses dois estados plantam Burley. Em comparação a esses dois últimos estados, o Paraná planta mais o Burley. No nordeste a secagem do fumo é ao ar livre. As folhas são trançadas num processo demorado. As cordas são vendidas em sua maioria no mercado para os compradores que se interessam, e o valor de venda é muito pequeno. (BONATO, 2013)

A colheita, que ocorre entre os meses de dezembro e fevereiro, época do pico do verão, é quando há um grande contato do corpo com as folhas, e é a fase de maior ocorrência de intoxicação por nicotina chamada “Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT), onde as altas temperaturas, do ambiente (verão) e corporal dos trabalhadores (em virtude não apenas do esforço físico que realizam no processo de colheita, mas também da própria temperatura ambiente), podem aumentar a absorção da nicotina, elevando sua concentração no plasma sanguíneo. A situação é mais grave quando os fumicultores manipulam as folhas molhadas, que segundo alguns estudos, disponibiliza o equivalente a nicotina contida em 6 cigarros. Em um dia úmido o fumicultor pode ficar exposto a aproximadamente 54mg de nicotina, correspondente a 36 cigarros. (BIOLCHI, 2003)

Os principais sintomas da DFVT são náuseas, vômitos, diarreias, tonturas, desmaios, fraqueza, cólicas abdominais, salivação, aumento da sudorese, dificuldades respiratórias, oscilações de pressão arterial, cefaleias, calafrios, alterações da frequência cardíaca.

A DFVT doença tem sido encontrada nos Estados Unidos, Índia, Malásia, Itália e Índia. No Brasil, apesar da grande produção do tabaco, a primeira identificação ocorreu somente em 2007 na região fumageira de Arapiraca – Alagoas, e em 2008 na região de Candelária – RS,

através de investigação epidemiológica da Secretaria de Vigilância em Saúde. (OLIVEIRA et al., 2010)

Também durante o processo de colhimento das folhas há a liberação de uma resina, que ao aderir às mãos forma uma camada espessa de cor preta com um forte odor. Essa resina é chamada de melaço.

À medida que as folhas vão sendo colhidas, são colocadas embaixo do braço, e depois disso transportadas por um dos agricultores, e colocadas normalmente em carroças, e levadas para descarregamento num galpão onde há as estufas, sendo necessário que haja pessoas para receber as folhas, a fim de tecer ou grampear até o momento de irem para a estufa.

No processo de secagem as folhas são tecidas numa vara de madeira e depois organizadas na estufa que quando estiver cheia será acesa, normalmente utilizando eucalipto como lenha, e a temperatura vai sendo aumentada gradativamente. A qualidade e preço a conseguir com o fumo também estará condicionada ao cuidado na secagem.

Esse período pode durar de 2 a 3 meses, e cuidar da estufa é, segundo Carvalho (2006) um dos momentos mais penosos e prejudiciais à saúde para os agricultores, pois o sono não é contínuo, devendo cuidar da temperatura da estufa a noite toda, alternando a exposição a temperaturas quente e frio simultaneamente. Muitos fumicultores improvisam camas no galpão para poder cuidar da estufa, e minimizar os impactos de sair à noite a cada hora.

Outra questão é a dificuldade de contratar trabalhadores não só porque é muito cansativo, mas também porque um descuido pode prejudicar a secagem e os rendimentos. Depois de seco o fumo ainda fica por mais 24 horas na estufa para que vá esfriando paulatinamente, garantindo a maciez das folhas.

Depois disso o fumo é levado ao galpão para a fase de classificação que deverá ser finalizada entre os meses de julho e agosto, quando a produção será comercializada. (RIQUINHO, 2013)

Classificação do Fumo

A Instrução Normativa nº 10/2007 e seus anexos, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, republicada em 17.4.2007 (BRASIL, 2007), que tem por objetivo definir as características de identidade, qualidade, embalagem, marcação e apresentação do tabaco em folha curado, entendendo como Tabaco em Folha Curado, o fumo em folha proveniente da espécie *Nicotiana Tabacum*, submetido à cura artificial ou natural, define que o tabaco, independente do grupo e subgrupo a que pertence, será classificado, segundo a posição nas plantas em 4 (quatro) **classes**:

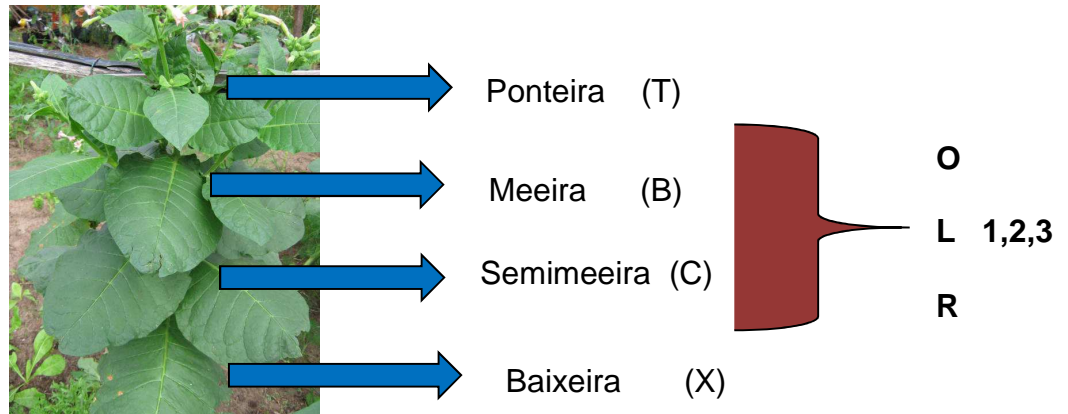
- ✓ “X” ou Baixeiras – que são as folhas situadas na parte inferior da planta e que são as primeira de baixo para cima, cuja textura laminar é fina, formato mais arredondado e, com espessura do talo e nervuras mais finas;
- ✓ “C” ou Semimeeiras – folhas situadas no meio inferior da planta, de textura laminar média, formato arredondado a oval e, com espessura média do talo e nervuras;
- ✓ “B” ou Meeiras – folhas situadas no meio superior da planta, de textura laminar média a encorpada, formato oval e, com espessura média a encorpada do talo e nervuras;
- ✓ “T” ou Ponteiras – folhas situadas na parte superior da planta sendo as últimas folhas, de textura laminar média a encorpada ou grossa, formato lanceolado, ou seja, semelhante à ponta da lança, e, com espessura média e encorpada ou grossa do talo e nervuras.

Subclasse:

- ✓ O tabaco em Folha Curado, do Grupo TE, segundo a cor das folhas será classificado em 3 (três) subclasses designadas por letras.
- ✓ Fumo “O” constituído de folhas de cor laranja, admitindo-se manchas acastanhadas que ocupem 50% de sua superfície.
- ✓ Fumo “R” constituído de folhas em que a cor castanho claro a castanho escuro ocupe mais de 50% da superfície da folha, podendo chegar ao predomínio total sobre as cores laranja e limão.
- ✓ Fumo “L” constituído de folhas de cor limão, admitindo-se manchas acastanhadas que ocupem até 50% de sua superfície.

O Tabaco em Folha Curado do Grupo TG, segundo a cor das folhas será classificado em apenas 1 (uma) subclasse, que é o fumo “L” constituído de folhas de cor castanho claro, separando-as daquelas que possuem a coloração castanho escuro.

A imagem abaixo mostra a planta e tabaco e a posição das folhas para orientar a colheita.



Já com relação a classificação em grupos, subgrupos, segundo sua apresentação e arrumação, sua posição nas plantas, cor das folhas e sua qualidade, a mesma instrução normativa informa que o tabaco em folha curado será classificado em:

Grupo – segundo o seu preparo e/processo de cura, o tabaco em folha curado será classificado em 2 (dois) grupos:

- ✓ Tabaco de Estufa (TE) – tabaco em folha submetido à cura (secagem) em estufas, com temperatura e umidade controladas (Flue Cured), incluindo-se neste grupo todas as cultivares das variedades de Virgínia.
- ✓ Tabaco de Galpão (TG) – tabaco em folha submetido à cura (secagem) natural, à sombra ou em galpões (Air Cured), incluindo-se neste grupo todas as variedades de Burley, Comum e Maryland.

Subgrupo – independente do grupo a que pertencem o tabaco em folha curado será classificado, segundo sua apresentação e arrumação, em 2 (dois) subgrupos:

- ✓ Folhas Manocadas (FM) – conjunto de folhas com no máximo 4,0cm de diâmetro, cujas folhas se encontram juntadas e amarradas pela extremidade dos talos por uma folha da

mesma classificação, devendo ser uniformes quanto ao tamanho, posição na planta, cor e qualidade.

- ✓ Folhas Soltas (FS) – conjunto de folhas a granel e com talo inteiro, devendo ser uniformes quanto ao tamanho, posição na planta, cor e qualidade.

Classe e Preço

A combinação de vários aspectos da planta resulta em 48 classes, e para cada uma delas há um preço diferenciado. A primeira classificação é feita ainda no galpão pelos agricultores, separando as folhas pela cor e posição na planta. Depois as folhas são agrupadas formando as chamadas “bonecas” ou “manocas” e depois prensadas. (CARVALHO, 2006)

A empresa tabageira é comunicada, envia o caminhão para transportar o fumo até seu posto de recebimento para ser novamente classificado com luzes especiais, que normalmente apresentará o resultado de classificação que prevalecerá, e que é diferente, rebaixando a classe que o agricultor havia classificado, auferindo preços menores do que aqueles esperados pelo produtor. O produtor que não concordar com o valor oferecido, tem que retirar o fumo da empresa, pagar o frete de volta à sua propriedade e assumir os riscos de transporte (ALMEIDA, 2005)

Segundo Bonato (2010) essa desvalorização muitas vezes está ligada ao fato da indústria estar com muito estoque, e não necessitando de fumo ela paga um preço pequeno. Desta forma, a única opção do plantador, na maioria das vezes, é vender a produção ao preço proposto, mesmo que não seja satisfatório ou atenda às expectativas do agricultor e sua família. (TROIAN, 2009)

Uma etapa seguinte a essa na produção, e que resultará na produção de cigarros, por exemplo, é a do processamento, ou seja, após comprar o fumo dos agricultores a indústria irá separá-lo por classes, colocá-lo em armazéns refrigerados, em condições adequadas de temperatura e umidade, de modo a manter as características originais de qualidade. Depois é feita mistura (*blend*) com diversas classes de fumo, em diferentes proporções, que receberá vários ingredientes, dentre eles açúcares que formarão produto como o cigarro. Essa é uma etapa do processo produtivo totalmente automatizada, e que contará com técnicos para controlar a temperatura e umidade do fumo. (CARVALHO JÚNIOR; PEREIRA; BINOTTO, [s.d.]

Em resumo as etapas do ciclo de trabalho na produção de fumo são:

Etapa	Atividade	Período
Preparo do terreno e produção de mudas	Preparo do terreno para instalação das mudas, semeadas em bandejas de isopor ou plástico, podas e uso de agrotóxicos semanalmente	Maio a julho
Plantio	Aplicação de agrotóxicos, fertilização, capina, desbrote e capação; Trabalho em tempo integral, necessitando de toda a família, amigos, vizinhos; Antes da colheita necessário fazer a inflorescência no ápice da planta, desbrote das laterais e ponta da planta.	Julho a outubro
Colheita, secagem ou cura	Diversas etapas da colheita de acordo com o tipo de fumo e maturação das folhas; Diferentes formas de secagem (cura) do fumo – em estufa ou galpão; Necessidade da mão de obra da família e contratação de trabalhadores; Colheita fase de grande contato do corpo com as folhas da planta, e maior ocorrência de intoxicação, causando Doença da Folha Verde do Tabaco.	Dezembro a fevereiro
Classificação do fumo	Longo processo de secagem (cura) do fumo, que pode levar mais de 3 meses, até que seja levado para classificação nos galpões da indústria.	Julho e agosto

Elaborado pela autora

Horas trabalhadas no ciclo de produção do fumo

Pesquisa realizada por Carvalho (2006) em um município fumicultor de Santa Catarina, mostrou que 95% dos agricultores entrevistados, consideraram que o custo de produção é muito alto, e são elevadas as quantitativo de horas trabalhadas nas etapas de produção como preparo do solo, plantio, colheita e preparo das folhas para o processo de cura (tecer).

A fim de conhecer o custo da mão-de-obra familiar, Carvalho (2006) traz uma grande contribuição para entendimento das horas de trabalho numa safra, ao promover o acompanhamento em uma família de agricultores com 4 integrantes (pai, mãe, filho e filha) na região pesquisada, das horas trabalhadas mensais na safra de 2004/2005 em uma área de plantio de 4 hectares.

O resultado mostrou que no ciclo de Float (preparo de bandejas e semeadura) foram necessárias 110h de trabalho envolvendo o pai e o filho; na repicagem e podas no float 37 horas trabalhando a mãe e o filho; preparo do solo 111horas do pai e filho; plantio 124 horas envolvendo o pai, mãe e filho; tratos culturais ocupou 415 horas somados ao trabalho do pai, mãe e filho; a fase da colheita foi a que ocupou o maior tempo trabalhado com 951 horas

ocupando o pai e o filho; para tecer foi necessário 489 horas da mãe que trabalhou sozinha; na cura computando somente o horário da noite foram 660 horas de trabalho do pai que esteve sozinho a frente desta etapa nesta parte do dia; na classificação todos os quatro membros da família participaram do processo que demandou 1.547 horas. Portanto, o somatório de horas de trabalho para conclusão de uma safra ocupou 4.444 horas.

Fazendo uma interpretação dos dados e fazendo e analogia com os trabalhadores urbanos com jornada de trabalho em torno de 200 horas por mês, a autora coloca que para cada membro da família, esses resultados indicam que o pai trabalhou na colheita 2,5 vezes, na cura 3,3 vezes e na classificação 1,9 vezes; a mãe trabalhou para tecer 2,5 vezes, na classificação 1,9 vezes; o filho trabalhou 2,3 vezes na colheita e cerca de 2,0 vezes na classificação e por último a filha que só participou da fase de classificação por estar acidentada nas fases anteriores, mas que mesmo assim trabalhou 1,8 vezes vezes a jornada de trabalho prevista por lei.

Ao levar em conta a fase de classificação, a etapa de produção de mudas e cura, Carvalho (2006) observou que o ciclo produtivo do fumo é de 12 meses, podendo chegar a 14 meses, dependendo do número de pessoas trabalhando, e que o agricultor ainda está classificando o fumo curado e já está na época de preparar as mudas para iniciar a nova safra.

Organização do trabalho

A organização do trabalho pode ser entendido como primeiramente a divisão do trabalho e o recorte das tarefas entre os trabalhadores.

O envolvimento do agricultor familiar, possuidor ou não de terras próprias, com a produção de fumo vai implicar numa jornada de trabalho que absorverá muitos meses, considerando o período entre a semeadura até o recebimento do pagamento mediante entrega do produto, momento marcado pelo sentimento de alívio por ter chegado ao final do processo, e que muitas vezes desconsiderará o conjunto de elementos que construiu todo o processo até sua conclusão, tais como o número de pessoas envolvidas, horas de trabalho, desgaste físico e emocional, dentre outros.

A agenda para a consecução de uma safra da produção do fumo vai exigir do modelo de agricultura familiar uma organização do trabalho durante todo o processo, envolvendo não só

o núcleo familiar como a contratação de mão de obra temporária externa nos momentos de maior vulto de trabalho, como a fase da colheita. Nessa organização familiar muitas das etapas são divididas pelo nível de esforço físico que demandam.

Assim é que o trabalho é dividido nas categorias de pesado e leve. São consideradas pesadas e realizadas pelos homens as atividades de preparar a lavoura, arar, fazer lenha, cuidar da estufa, aplicar agrotóxicos, fazer a manutenção das edificações, equipamentos e máquinas da propriedade e arar com boi. Como trabalho “leve”, sob a responsabilidade das mulheres, estão principalmente a aplicação de adubo, capinar, cuidar dos animais, amarrar as folhas do fumo, e realizar as atividades domésticas. Em algumas dessas tarefas as crianças também auxiliam como as tarefas domésticas e adubos nos tratos da lavoura (FIALHO, 2006).

De acordo com dados levantados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) (20) em torno de 150 mil crianças são de famílias que trabalham na produção de fumo no sul do Brasil. Atribui ao baixo preço pago pelo produto aos fumicultores, a razão pela qual a maioria dessas crianças tem de ajudar a família na atividade, pois a contratação de terceiros para auxiliar no trabalho da família envolveria custos que podem comprometer o alcance das metas exigidas pelas indústrias no sistema de integração. (BIOLCHI, 2003)

Com relação aos principais ativos utilizados no cultivo do fumo temos: as estufas cuja finalidade é a curagem e secagem do fumo em folhas; as sementes que são específicas para o fumo; e as tecedeiras usadas para atar o fumo antes de coloca-los para secar nas estufas. Alguns dos equipamentos usados nessa cultura são: adubadeira manual, aleirador (tração animal), aleirador (tração mecânica), balança mecânica, bandeja semeadora de fumo, bandeja de isopor para mudas, carroça, enxada, foice, prensa para fumo, pulverizador costal de diferentes quantidades de litros (5,10, 20, 200), pulverizador manual, trator, dentre outros.

Produção de Fumo e Adoecimento

A partir da descrição sobre o processo de trabalho na produção de fumo é possível constatar que a natureza desse trabalho é constituída de uma grande diversidade de tarefas, expõe esses trabalhadores a agentes físicos, químicos, biológicos, condições climáticas, ferramentas, falta de tecnologia adequada, agrotóxicos, animais peçonhentos, cansaço, tensão

e estresse que podem vitimá-los com acidentes, e causar danos diferenciados de adoecimento, tanto a nível físico quanto psíquico.

De acordo com Araldi (2004) o critério ergonômico para um bom ambiente de trabalho é aquele que ajuda as pessoas a atingirem seus objetivos com menor esforço, estresse e erros. Condições desfavoráveis são fontes de tensão, podendo causar prejuízos ao trabalhador, considerando os riscos aumentados de acidentes. (7)

Heemann (2009) descreve uma sequência de danos que podem ser causado ao corpo humano mediante altas e baixas temperaturas. O corpo estará denunciando esse dano através de manifestações como irritabilidade e baixa concentração na atividade realizada. O aumento de temperatura, por exemplo, demanda o transporte maior de sangue para a pele, elevando o nível de fadiga, frequência cardíaca e pressão sanguínea. Quando se aproxima do limite que pode ser tolerado, há comprometimento da produção, erros de raciocínio e percepção, dentre outros prejuízos à saúde. (HEEMANN, 2009)

A mesma autora assinala que alguns fatores de risco presentes nas situações de trabalho estão associados à saúde no trabalho rural, causando diferentes agravos para essa população. Na organização do trabalho especificamente, a autora cita alguns fatores de risco como relações de trabalho, precarização, sazonalidade da produção impondo sobrecarga de trabalho distante do domicílio, alojamento precário com má condições de saneamento e conforto, alimentação inadequada com forte pressão de tempo, dentre outros aspectos que impactariam negativamente na saúde mental desse grupo, trazendo sofrimento, causando alterações de sono e humor.

Quadro Matriz

O quadro matriz abaixo (Quadro 1), contendo os elementos constitutivos do processo de trabalho na produção do fumo, foi preenchido a partir de dados encontrados na literatura sobre o tema e transcritos/apresentado nos textos acima dessa dissertação, permitindo compreender:

- a) O processo de trabalho na fumicultura é constituído de várias etapas com exigências físicas e mentais.
- b) São muitos os momentos caracterizados como de risco para a força de trabalho, que pode trabalhar até 14 meses com aproximadamente 10 horas diárias para a conclusão

de uma safra, sob riscos físicos e químicos, com prejuízos a saúde física e mental, exposição à agrotóxicos em todas as etapas do processo produtivo, condições precárias de trabalho, prejuízos da quantidade e qualidade do sono, como por exemplo, para acompanhamento de temperaturas do forno, de modo a garantir a qualidade do fumo que será vendido, expondo-o a alterações comportamentais, danos respiratórios, além de acidentes de trabalho.

- c) Entre os meios de produção utilizados em regiões tanto do sul quanto do nordeste do Brasil, e que podem interferir nas condições de saúde com diferentes modalidades de adoecimentos, está o próprio fumo, e ainda o fato de que por ser um tipo de planta que é atacado por lagarta, pulga, dentre outros, demandará uso de agrotóxicos, pulverizador costal, tração animal, enxadas, foice, prensa para o fumo.

Com relação às estufas para cura do fumo, há uma diferença importante de exposição entre o agricultor do nordeste e sul, considerando que nessa última, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, há a predominância das estufas já que o tipo de fumo primordialmente produzido no sul é o Virgínia necessitando de secagem em fornos, ao contrário do Burley, mais usado no nordeste e seco ao ar livre.

- d) Dos meios de produção presentes na fumicultura tanto nas regiões sul quanto no nordeste, o agrotóxico devido a frequência com que é usado, presente nas várias fases de produção do fumo, permitem afirmar que ele é um elemento que pode estar associado a problema de ordem mental. Seus efeitos deletéricos à saúde, inclusive alguns deles apontados pela literatura com potencial para produzir danos a nível neurológico, e provocar quadros de depressão, que tem dentre seus sintomas ideação suicida, Os outros elementos podem trazer danos à saúde mental na medida em que por impor uma sobrecarga de trabalho, causar acidentes, contribuir para surgimento de doenças diversas, podem diminuir a capacidade de trabalho do fumicultor, e atuar fragilizando fisicamente e emocionalmente, levando danos à saúde mental.
- e) As folhas de fumo são o produto final gerado ao final do cultivo do tabaco, armazenadas em galpões com resíduos de diferentes produtos usados ao longo do processo de trabalho, e segundo Schindwein (2010), o manejo do fumo provoca sintomas como choro, memória lenta, desânimo, depressão, dentre outros sintomas. Para além disso, é o momento do determinante econômico estar em cena de maneira importante, gerador

de grande expectativa, diante da classificação do fumo, do risco de preços diferenciados em comparação a avaliação inicial feita pelo agricultor, e parecer final da indústria. A desqualificação do produto pode acarretar endividamento, decepção, sentimento de impotência, estresse. A literatura enfatiza que essa relação de desigualdade com a indústria do tabaco compromete a saúde física e autoestima do agricultor, podendo evoluir para transtornos mentais mais graves. (CASTRO; MONTEIRO, 2015)

Quadro 1 – Preenchimento do quadro matriz

Componente do(s) Processo(s) de Trabalho	Elementos identificados	Categorias analíticas/empíricas correlatas
Objeto	Diferentes tipo de tabaco (Virginia, burley, Comum e Maryland. O fumo é cultivado no sul e nordeste do país. No sul mais de 80% do fumo é do tipo virginia, fumo claro. No nordeste há predominância de fumo escuro. O fumo é um tipo de cultura sujeita a diferentes tipos de praga A planta se adequa a clima frio e quente	Existência de tipos de tabaco mais susceptíveis a pragas Determinantes e capacidade de escolha sobre que produto plantar – capacidade ou possibilidade de escolha do que plantar comprometida, devido ao tempo necessário a cultura do tabaco Relação preço do produto x produto mais adequado à região – o fumo virginia é o de maior valor e mais plantado no sul.
Força de Trabalho	São várias as etapas do trabalho, podendo absorver cerca de 14 meses de trabalho – do semeio até a classificação Jornada de trabalho A organização da força de trabalho está baseada na agricultura familiar, sendo que em fases de colheita pode haver contratação de mão de obra	Identificação de perigos no processo de produção do tabaco Trabalho exaustivo e de longo curso com aproximadamente 10 horas diárias Frequência de acidentes de trabalho Trabalho em galpões de secagem com pouca ventilação Envolvimento de toda a família no processo de trabalho
Meios de Produção	Uso intenso de agrotóxicos em diferentes etapas do processo de trabalho Trabalho essencialmente manual Equipamentos de proteção pouco usado devido a incompatibilidade entre o modelo e as condições climáticas Trabalho ao ar livre sob condições de alterações de temperatura, bem como em estufas e galpões Na fase de colheita contato direto do corpo com a planta provocando doença da folha verde, além de outros resíduos liberados pela planta Carroça, enxada, estufa, facões, foice, pulverizador costal	Exposição a agrotóxicos de diferentes classificações toxicológicas Exposição à nicotina Trabalho ao ar livre Inadequação e indisponibilidade de EPI

Produto	Armazenamento em galpões das folhas colhidas em diferentes momentos de colheita Transporte de em sua maior parte de carroça do local de plantio até o galpão da propriedade e desta para o galpão da indústria Destinação final – galpão da indústria do tabaco	Concentração de nicotina e resíduos de agrotóxicos em locais de armazenamento de produtos e de manuseio manual durante o processo de classificação do fumo pelo agricultor
Organização do Trabalho	Sistema integrado Exigências comerciais	Determinantes econômicos da produção de tabaco – diferentes classificações com preços diferenciados e com o parecer final da indústria numa situação de impotência e submissão do agricultor diante do valor final do produto, aquém do esperado, podendo ser fonte de decepção, sentimento de impotência, submissão, além de problemas financeiros por endividamento, o que também pode trazer desconfortos a nível mental.

Fonte: Borges; Peres (2016)

11.2 Etapa 2 - Análise da ocorrência de casos de suicídio em municípios produtores e não produtores de tabaco, que compartilhem características e indicadores sociais e econômicos semelhantes

Caracterização de Municípios Fumicultores e Não Fumicultores

Municípios Fumicultores

Os resultados da “Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Fumicultores” foram sistematizados em tabelas por estados e municípios do sul e do nordeste, englobando para esse estudo 52 municípios produtores de fumo. Essas tabelas serão apresentadas na sequência com as respectivas considerações.

Alagoas

Estado brasileiro localizado na região nordeste, composto de 102 município, com população de 3.120.494 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), tendo Maceió como capital.

Produção de fumo: Em 2013 foi o estado do nordeste com a maior quantidade produzida de fumo, contribuindo com 10.699 toneladas para uma área plantada de 8.948 hectares. Todo o nordeste contribuiu com 14.716 toneladas produzidas em 12.973 hectares de fumo plantado.

A produção nacional foi de 850.673 toneladas de fumo e 405.671 hectares plantados em todo o país. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

No estado de alagoas de um total de quatorze municípios que informaram produzir fumo em 2013 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013), foi realizada a caracterização de nove municípios que, segundo o banco de dados do IBGE são produtores de fumo há, pelo menos, 10 anos consecutivos.

Conforme se verifica na Tabela 1 o município responsável pela maior produção de fumo em Alagoas em 2013 foi Arapiraca, município cuja estimativa populacional para 2014 era de 229.329 habitantes. O IDH-M (2010) é de 0,649, que segundo as faixas classificatórias é considerado médio, maior que o do estado, que é de 0,631 (2010).

Na produção de fumo Arapiraca respondeu por 4.560 toneladas de fumo no ano de 2013, com uma área plantada de 3.800 hectares para o mesmo período. A participação percentual da produção do fumo no PIB em Arapiraca em 2013 foi de 0,15%.

A produção de fumo em Arapiraca já teve padrão quantitativo equiparado aos municípios fumicultores localizados no sul do país, como no ano de 2004, quando, segundo banco de dados do IBGE, esse município produziu 6.000 toneladas de fumo plantados em uma extensão territorial de 5.000 hectares.

O segundo município com a maior produção de fumo no estado de Alagoas em 2013 foi Girau do Ponciano, com estimativa populacional de 40.100. Nesse município foram plantados 1.300 hectares, produzindo 1.560 toneladas de fumo. Seu IDH-M que é de 0,536 está bem abaixo do estado e é considerado baixo. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 1.560 mil reais, a participação do fumo no PIB de Girau do Ponciano é de 0,71%.

Temos ainda no estado de Alagoas três outros municípios que apresentaram o mesmo quantitativo de plantação, ou seja, cada um com 1.000 hectares de fumo, bem como a mesma quantidade de 1.200 toneladas de fumo cada um - municípios de Craíbas, Lagoa da Canoa e Feira Grande.

Por fim, os municípios de São Sebastião, Coité do Noia, Igaci e Junqueiro, cujo somatório de hectares fumo produzido não chega a 1.000, assim como a quantidade total de fumo produzido. Para cada um desses municípios foi realizado o cálculo da participação do fumo no PIB do município, conforme exposto no Tabela 1.

Entre os nove municípios caracterizados, o que apresentou o menor quantitativo de produção de fumo em 2013 no estado de Alagoas foi, Igaci com produção de 60 toneladas de fumo para área plantada de 110 hectares. Esse município possui estimativa populacional de 26.041 habitantes e IDH-M de 0,564, considerado baixo, e menor que o do estado de Alagoas que é 0,631 considerado médio. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 108 mil reais, a participação do fumo no PIB de Igaci é de 0,07%.

A análise do IDH-M (2010) dos municípios que produzem fumo em Alagoas demonstra que todos estão inseridos na faixa que vai de **0,500 a 0,599** considerado Baixo, com exceção de Arapiraca que por ter esse indicador de 0,649 posiciona-se na faixa de Médio.

Tabela 1 – Caracterização de municípios fumicultores do estado de Alagoas

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Quantid. Tabaco produzida em ton. (ano 2013)	Partic. do Tabaco no PIB	Valor da Produção em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Arapiraca	229.329	0,649	4.560	0,15%	4.560 mil reais	3.800
Girau do Ponciano	40.100	0,536	1.560	0,71%	1.560 mil reais	1.300
Craíbas	24.166	0,525	1.200	1,01%	1.200 mil reais	1.000
Lagoa da Canoa	18.437	0,552	1.200	1,12%	1.200 mil reais	1.000
Feira Grande	22.406	0,533	1.200	0,89%	1.200 mil reais	1.000
Igaci	26.041	0,564	60	0,07%	108 mil reais	110
São Sebastião	34.024	0,549	300	0,13%	330 mil reais	230
Coité do Noia	10.992	0,533	180	0,26%	180 mil reais	150
Junqueiro	25.078	0,575	193	0,18%	367 mil reais	140

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Sergipe

Estado brasileiro localizado na região nordeste, composto de 75 municípios, com população de 2.068.017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), tendo Aracaju como capital.

Produção de fumo: Em 2013 do total de produção de fumo no nordeste, o estado de Sergipe ficou em 3º lugar, e contribuiu com 619 toneladas para uma área plantada de 432 hectares. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Segundo Bonato (2013) a produção de fumo no estado de Sergipe é cada vez menor.

No estado de Sergipe de um total de 10 municípios que informaram produzir fumo em 2013, foi realizada a caracterização de três municípios que, segundo o banco de dados do IBGE são produtores de fumo há, pelo menos, 10 anos consecutivos.

Conforme se verifica na Tabela 2 o município responsável pela maior produção de fumo em Sergipe em 2013 foi Lagarto, município cuja estimativa populacional para 2014 era de 101.305 habitantes. O IDH-M (2010) é de 0,625, considerado médio, e menor que o do estado, que é de 0,665 (2010). Na produção de fumo Lagarto respondeu por 320 toneladas de fumo no ano de 2013, com uma área plantada de 200 hectares para o mesmo período. Com um valor de produção para o ano de 2013 1.472 mil reais, a participação do fumo no PIB de Lagarto é de 0,12%.

O segundo município com a maior produção de fumo no estado de Sergipe em 2013 foi Riachão do Dantas, com estimativa populacional para 2014 de 19.957. Esse município apesar de ter, tal como Lagarto, 200 hectares plantados de fumo, teve um quantitativo de fumo produzido de 260 toneladas. Seu IDH-M que é de 0,539, considerado baixo, e fica bem abaixo do estado e do município de Lagarto. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 1.196 mil reais, a participação do fumo no PIB de Riachão do Dantas é de 0,77%.

O terceiro município é o de Salgado, com estimativa populacional para 2014 de 20.083 habitantes, e 02 hectares de plantação de fumo, resultando em 03 toneladas de fumo, mas que apresenta um IDH-M de 0,609 maior do que o de Riachão do Dantas. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 14 mil reais, a participação do fumo no PIB de Salgado é de 0,009%.

A análise do IDH-M (2010) dos municípios de Sergipe demonstra que dos três municípios, o que apresenta o IDH-M na faixa de Baixo é Riachão do Dantas, apesar de plantar a mesma quantidade de hectares de fumo que Lagarto, que tem esse indicador classificado como Médio (0,625).

Tabela 2 – Caracterização de municípios fumicultores do estado de Sergipe

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Quantid. Tabaco produzida em ton. (ano 2013)	Partic. do Tabaco no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Lagarto	101.305	0,625	320	0,12%	1.472 mil reais	200
Riachão do Dantas	19.957	0,539	260	0,77%	1.196 mil reais	200
Salgado	20.083	0,609	03	0,009%	14 mil reais	02

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Bahia

Estado brasileiro localizado na região nordeste, composto de 417município, com população de 14.016.906 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), tendo Salvador como capital.

Produção de fumo: Em 2013 foi o segundo maior estado produtor de fumo no nordeste, contribuindo com 3.167 toneladas para uma área plantada de 3.321 hectares. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

No estado da Bahia de um total de vinte e nove municípios que informaram produzir fumo em 2013, foi realizada a caracterização de cinco municípios que, segundo o banco de dados do IBGE são produtores de fumo há, pelo menos, 10 anos consecutivos.

Conforme se verifica na Tabela 3 o município responsável pela maior produção de fumo em Bahia em 2013 foi Governador Mangabeira, município cuja estimativa populacional para 2014 era de 21.198 habitantes. O IDH-M (2010) é de 0,643, classificado como Médio, mas

menor que o do estado, que é de 0,660 (2010). Na produção de fumo Governador Mangabeira respondeu por 1.045 toneladas de fumo no ano de 2013, com uma área plantada de 1.045 hectares para o mesmo período.

Com um valor de produção para o ano de 2013 em 6.793 mil reais, a participação do fumo no PIB de Governador Mangabeira é de 4,57%.

O segundo município com a maior produção de fumo no estado da Bahia em 2013 foi Cabaceiras do Paraguaçu, com estimativa populacional de 18.978. Nesse município foram plantados 800 hectares, produzindo igualmente 800 toneladas de fumo. Seu IDH-M que é de 0,581, classificado como Baixo, está bem abaixo do estado e é considerado Médio.

Um dado a ser destacado é que Cruz das Almas, que já figurou entre os maiores produtores de fumo no nordeste, aparece nos registros de 2013 como o 3º produtor de fumo na Bahia, com apenas 300 hectares plantados que produziram 375 toneladas de fumo. Seu IDH-M, no entanto, que é de 0,699 está acima do estado da Bahia. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 2.213 mil reais, a participação do fumo no PIB de Cruz das Almas é de 0,28%.

Os dois últimos municípios caracterizados da Bahia, Muritiba Sapeaçu e somam uma produção de 213 e 175 toneladas, correspondendo a 213 e 140 hectares plantados respectivamente. Muritiba com o IDH-M de 0,660 assemelha-se ao do estado, enquanto Sapeaçu tem IDH-M de 0,614. Para cada um desses municípios foi realizado o cálculo da participação do fumo no PIB do município, conforme tabelas.

Entre os cinco municípios caracterizados, o que apresentou o menor quantitativo de produção de fumo em 2013 no estado da Bahia foi Sapeaçu, com 175 toneladas de fumo para uma área plantada de 140 hectares. Esse município, com estimativa populacional de 17.630 habitantes, possui IDH-M de 0,614, considerado médio, e menor que o do estado da Bahia. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 1.033 mil reais, a participação do fumo no PIB de Sapeaçu é de 0,73%.

A análise do IDH-M (2010) dos municípios da Bahia demonstra que, com exceção de Cabaceiras do Paraguaçu com um IDH-M classificado como Baixo, os quatro restantes apresentam esse indicador com classificação de Médio.

Tabela 3 – Caracterização de municípios fumicultores do estado da Bahia

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Quantidade Tabaco produzida em ton. (ano 2013)	Partic. do Tabaco no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Governador Mangabeira	21.198	0,643	1.045	4,57%	6.793 mil reais	1.045
Cabaceiras do Paraguaçu	18.978	0,581	800	5,00%	5.200 mil reais	800
Cruz das Almas	63.761	0,699	375	0,28%	2.213 mil reais	300
Muritiba	30.691	0,660	213	0,64%	1.385 mil reais	213
Sapeaçu	17.630	0,614	175	0,73%	1.033 mil reais	140

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Rio Grande do Sul

Estado brasileiro localizado na região sul, composto de 497 município, com população de 10.693.929 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), tendo Porto Alegre como capital.

Produção de fumo: Em 2013 o Rio Grande do Sul foi o estado da região sul com a maior quantidade produzida de fumo no país, contribuindo com 430.905 toneladas para uma área plantada de 203.823 hectares. Toda a região sul contribuiu com 835.711 toneladas produzidas em 392.412 hectares de fumo plantado. A produção nacional foi de 850.673 toneladas de fumo e 405.671 hectares plantados em todo o país. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

No estado do Rio Grande do Sul de 274 municípios que informaram produzir fumo em 2013, foi realizada a caracterização de doze municípios que, segundo o banco de dados do IBGE são produtores de fumo há, pelo menos, 10 anos consecutivos.

Conforme se verifica na Tabela 4 o município responsável pela maior produção de fumo nesta região em 2013 foi Venâncio Aires, município cuja estimativa populacional para 2014 era de 69.859 habitantes. O IDH-M (2010) é de 0,712, contido na faixa que vai de 0,700 a 0,799

e considerado Alto, mas menor que o do estado, que é de 0,746 (2010) valor também inserido na faixa Alta.

Na produção de fumo Venâncio Aires respondeu por 24.975 toneladas de fumo no ano de 2013, com uma área plantada de 11.100 hectares para o mesmo período. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 179.820 mil reais, a participação do fumo no PIB de Venâncio Aires é de 6,95%.

O segundo município com a maior produção de fumo no estado em 2013 foi Canguçu, com estimativa populacional de 55.801. Nesse município foram plantados 11.000 hectares, produzindo 24.200 toneladas de fumo. Seu IDH-M que é de 0,650 está bem abaixo do estado e é considerado Médio. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 169.400 mil reais, a participação do fumo no PIB de Canguçu é de 21,78%.

Temos ainda no estado do Rio Grande do Sul o município de São Lourenço do Sul que plantou 10.000 hectares de fumo e produziu 18.900 toneladas de fumo. Os municípios de Camaquã, Candelária, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol, Arroio do Tigre, Agudo, Vera Cruz, Dom Feliciano e Chuvisca, importantes produtores de fumo do Rio Grande do Sul, aparecem nos registros do IBGE com contribuições que juntas somam 121.872 toneladas de fumo, conforme detalhado na Tabela 4. Para cada um desses municípios foi realizado o cálculo da participação do fumo no PIB do município, conforme Tabela 4.

Quanto ao IDH-M, com exceção de Santa Cruz do Sul, todos têm IDH-M menor que o do estado. Esse município, que possui uma população estimada para 2014 de 126.084, apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,773 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Com um valor de produção para o ano de 2013 em 101.376 mil reais, a participação do fumo no PIB de Santa Cruz do Sul é de 1,51%.

Por outro lado, o município de Dom Feliciano, possuindo uma população estimada em 15.103 habitantes, apresenta o IDH-M de 0,587, o menor entre os doze municípios caracterizados, e classificado como Baixo. Entre os doze municípios caracterizados, o que apresentou o menor quantitativo de produção de fumo em 2013 no estado do Rio Grande do Sul foi Chuvisca com 8.400 toneladas para uma área plantada de 4.200 hectares. Chuvisca é um município com estimativa populacional (2014) de 5.233 habitantes, e IDH-M de 0,616, menor que o do estado.

Com um valor de produção para o ano de 2013 em 48.398 mil reais, a participação do fumo no PIB de Chувиска é de 50,14%. A análise do IDH-M (2010) dos municípios Rio Grande do Sul demonstra que dos 12 municípios caracterizados, quatro estão na faixa de classificação considerada alto, sete no Médio e um no Baixo.

Tabela 4 – Caracterização de municípios fumicultores do estado do Rio Grande do Sul

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Quantid. Tabaco produzida em ton. (ano 2013)	Partic. do Tabaco no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Venâncio Aires	69.859	0,712	24.975	6,95%	179.820 mil reais	11.100
Canguçu	55.801	0,650	24.200	21,78%	169.400 mil reais	11.000
São Lourenço do Sul	44.541	0,687	18.900	16,48%	128.142 mil reais	10.000
Camaquã	65.835	0,697	17.600	6,94%	102.913 mil reais	8.800
Candelária	31.476	0,674	18.170	21,4%	120.801 mil reais	7.900
Santa Cruz do Sul	126.084	0,773	15.840	1,51%	101.376 mil reais	7.200
Vale do Sol	11.650	0,624	13.730	48,60%	94.737 mil reais	6.865
Arroio do Tigre	13.316	0,707	17.412	39,44%	115.323 mil reais	7.035
Agudo	17.140	0,694	10.500	20,86	73.815 mil reais	5.000
Vera Cruz	25.525	0,737	11.220	14,86%	84.150 mil reais	5.100
Dom Feliciano	15.103	0,587	9.000	28,88%	52.626 mil reais	4.500
Chувиска	5.233	0,616	8.400	50,14%	48.398 mil reais	4.200

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Santa Catarina

Estado brasileiro localizado na região sul, composto de 295 município, com população de 6.248.436 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), tendo Florianópolis como capital.

Produção de fumo: Em 2013 Santa Catarina foi o segundo maior estado produtor de fumo da região sul com a quantidade de 244.513 toneladas para uma área plantada de 117.083 hectares (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

No estado de Santa Catarina de 222 municípios que informaram produzir fumo em 2013, foi realizada a caracterização de doze municípios que, segundo o banco de dados do IBGE são produtores de fumo há, pelo menos, 10 anos consecutivos.

Conforme se verifica na Tabela 5 apesar dos municípios de Itaiópolis e Canoinhas plantarem os mesmos 6000 hectares cada um no ano de 2013, Canoinhas produziu 14.400 toneladas de fumo, enquanto Itaiópolis 13.500 toneladas. Canoinhas é um município cuja estimativa populacional para 2014 era de 54.079 habitantes. Seu IDH-M (2010) é de 0,757, considerado Alto, mas menor que o do estado, que é de 0,774 (2010) também classificado como Alto.

Com um valor de produção para o ano de 2013 em 112.320mil reais, a participação do fumo no PIB de Canoinhas é de 68,13%.

Já Itaiópolis é um município com estimativa populacional de 21.139(2014), e IDH-M de 0,708, classificado como Alto, mas assim como Canoinhas, menor que do estado. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 105.030 mil reais, a participação do fumo no PIB de Itaiópolis é de 19,26%.

Um dado importante a ser destacado é que Santa Terezinha, tendo uma população estimada de 8.873 habitantes, é o terceiro maior produtor de fumo do estado de Santa Catarina, mas é o município que tem o menor IDH-M do estado – 0,669 – abaixo do estado e classificado como Médio. Sua produção é de 11.000 toneladas de 5.500 hectares plantados. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 77.000mil reais, a participação do fumo no PIB de Santa Terezinha é de 47,50%.

Entre os doze municípios caracterizados, o que apresentou o menor quantitativo de produção de fumo em 2013 no estado de Santa Catarina foi Araranguá, com 3.800 toneladas para 2.000 hectares de fumo plantados. A população estimada é de 65.769 (2014), e seu IDH-M de 0,760, apesar de ser menor que o do estado, é considerado Alto. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 26.372 mil reais, a participação do fumo no PIB de Araranguá é de 1,97%.

Sobre o IDH-M (2010) dos municípios de Santa Catarina observa-se que apesar de Mafra ser um município com a terceira menor área de hectares plantados de fumo – 2600 hectares – é o município que apresenta IDH-M de 0,777, maior, não somente que os doze

municípios caracterizados, mas também maior que o do estado (0,774). Com um valor de produção para o ano de 2013 em 48.672 mil reais, a participação do fumo no PIB de Mafra é de 3,92%.

Tabela 5 – Caracterização de municípios fumicultores do estado de Santa Catarina

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Quantid. Tabaco produzida em ton. (ano 2013)	Partic. do Tabaco no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Canoinhas	54.079	0,757	14.400	68,13%	112.320 mil reais	6.000
Itaiópolis	21.139	0,708	13.500	19,26%	105.030 mil reais	6.000
Santa Terezinha	8.873	0,669	11.000	47,50%	77.000 mil reais	5.500
Irineópolis	10.989	0,699	10.000	28,21%	78.200 mil reais	4.000
Içara	52.284	0,741	6.120	2,50%	38.556 mil reais	3.400
Ituporanga	24.061	0,748	6.235	7,36%	43.645 mil reais	2.900
Bela Vista do Toldo	6.248 (*)	0,675	6.440	36,34%	56.103 mil reais	2.800
Papanduva	18.793(*)	0,704	7.720	6,32%	52.752 mil reais	2.800
Vidal Ramos	6.366	0,700	5.400	17,99%	37.800 mil reais	2.700
Mafra	55.313	0,777	6.240	3,92%	48.672 mil reais	2.600
Petrolândia	6.080	0,716	3.998	17,44%	27.986 mil reais	2.200
Araranguá	65.769	0,760	3.800	1,97%	26.372 mil reais	2.000

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

(*) Estimativa para 2015

Paraná

Estado brasileiro localizado na região sul, composto de 399 municípios, com população de 10.444.526 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), tendo Curitiba como capital.

Produção de fumo: Em 2013 Paraná foi o terceiro maior estado produtor de fumo da região sul com a quantidade de 160.293 toneladas para uma área plantada de 71.506 hectares (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

No estado do Paraná de 162 municípios que informaram produzir fumo em 2013, foi realizada a caracterização de doze municípios que, segundo o banco de dados do IBGE são produtores de fumo há, pelo menos, 10 anos consecutivos.

Conforme se verifica na Tabela 6, São João do Triunfo, tendo uma população estimada de 14.583 habitantes, foi o município que mais produziu fumo em 2013, com 13.711 toneladas para uma área plantada de fumo 6.000 hectares. Tem, no entanto, um IDH-M de 0,629, considerado Médio, e menor que o do estado do Paraná que é 0,749. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 76.453 mil reais, a participação do fumo no PIB de São João do Triunfo é de 26,31%.

O segundo maior produtor de fumo do Paraná é Rio Azul, município com estimativa populacional de 14.913, e que produziu 12.376 toneladas de fumo para 5.496 hectares plantados. Seu IDH-M de 0,687 também está abaixo do estado. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 73.181 mil reais, a participação do fumo no PIB de Rio Azul é de 20,91%.

Um dado a ser destacado é que apesar do município de Prudentópolis aparecer como o terceiro com maior número de hectares plantados (4.400), sua produção foi de 9.701, menor que a de Piên, que mesmo tendo área de plantação de 4.300 hectares, produziu 10.187 toneladas de fumo. Tanto Prudentópolis quanto Piên possuem IDH-M, menores que o do estado, sendo 0,676 e 0,694, respectivamente. Outra diferença importante entre esses dois municípios é a estimativa populacional que de Prudentópolis é 51.281 e Piên de 12.086 habitantes.

Com um valor de produção para o ano de 2013 em 58.206 mil reais, a participação do fumo no PIB de Prudentópolis é de 7,22%, enquanto que a de Piên para o mesmo ano o valor de produção é de 71.309 mil reais, e participação do fumo no PIB de 12,12%.

Entre os onze municípios caracterizados, o que apresentou o menor quantitativo de produção de fumo em 2013 no estado do Paraná foi Ivai, com 5.175 toneladas para 2.250 hectares de fumo plantados. A população estimada é de 13.628 (2014), e seu IDH-M de 0,651, menor que o do estado, é considerado Médio. Com um valor de produção para o ano de 2013 em 33.379 mil reais, a participação do fumo no PIB de Ivai é de 13,64%. Para cada um desses municípios foi realizado o cálculo da participação do fumo no PIB do município, conforme tabela 6.

A análise do IDH-M (2010) dos municípios do Paraná demonstra que dos onze municípios caracterizados, três apresentam IDH-M classificado como Alto (Irati, Palmeira e São Mateus do Sul), enquanto os demais têm IDH-M Médio.

Tabela 6 – Caracterização de municípios fumicultores do estado do Paraná

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Quantid. Tabaco produzida em ton. (ano 2013)	Partic. do Tabaco no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
São João do Triunfo	14.583	0,629	13.711	26,31%	76.453 mil reais	6.000
Rio Azul	14.913	0,687	12.376	20,91%	73.181 mil reais	5.496
Prudentópolis	51.281	0,676	9.701	7,22%	58.206 mil reais	4.400
Piên	12.086	0,694	10.187	12,12%	71.309 mil reais	4.300
Irati	59.708	0,726	7.360	3,57%	46.810 mil reais	3.248
Ipiranga	14.978	0,652	9.200	15,62%	57.040 mil reais	4.000
Imbituva	31.055	0,660	7.312	8,39%	46.504 mil reais	3.298
Palmeira	33.753	0,718	7.500	3,02%	26.250 mil reais	3.000
Guamiranga	8.484 (*)	0,669	5.843	23,03%	37.161 mil reais	2.690
São Mateus do Sul	44.594(*)	0,719	5.023	2,66%	28.008 mil reais	2.450
Ivai	13.628	0,651	5.175	13,64%	33.379 mil reais	2.250

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

(*) Estimativa para 2015

Municípios Não Fumicultores

Os municípios identificados como não fumicultores também tiveram sua caracterização sócio-demográficas, conforme Anexo 2 – “Caracterização Sociodemográfica dos Municípios Não Fumicultores”. O quantitativo é o mesmo dos fumicultores, ou seja, 52 municípios que serão comentadas resumidamente a seguir, e detalhados pelas tabelas 7, 8, 9, 10,11 e 12 em anexo.

Alagoas

Municípios não fumicultores caracterizados: Palmeira dos Índios, Campo Grande, Porto Calvo, Colonia Leopoldina, Joaquim Gomes, Boca da Mata, Teotonio Vilela, Branquinha e Maragogi

Com exceção de Palmeira dos Índios com plantação de milho, os outros oito municípios desse estado que foram caracterizados, e atendiam aos critérios apresentados acima, são produtores de cana-de-açúcar, com áreas de plantação que vão de 2.800 a 16.400 hectares, conforme mostrado na Tabela 7.

Tabela 7 – Caracterização de municípios não fumicultores do estado de Alagoas

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Principal Produção (ano 2013)	Partic. do Produto no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Palmeira dos Índios	73.725	0,638	Milho	0,04%	314 mil reais	1.200
Campo Grande	55.814	0,570	Cana-de-açúcar	22,67%	68.700 mil reais	16.400
Porto Calvo	27.171	0,586	Cana-de-açúcar	15,69%	31.886 mil reais	9.000
Colonial Leopoldina	21.636	0,517	Cana-de-açúcar	20,28%	27.304 mil reais	7.100
Joaquim Gomes	24.061	0,531	Cana-de-açúcar	6,73%	7.919 mil reais	2.800
Boca da Mata	27.399	0,604	Cana-de-açúcar	18,89%	51.483 mil reais	12.700
Teotonio Vilela	43.895	0,564	Cana-de-açúcar	0,60%	62.046 mil reais	15.000
Branquinha	10.745	0,513	Cana-de-açúcar	33,28%	16.576 mil reais	4.480
Maragogi	31.748	0,574	Cana-de-açúcar	5,67%	16.537 mil reais	4.500

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Bahia

Municípios não fumicultores caracterizados: Araci, Baianópolis, Paripiranga, Cocos e Caculé. Esses municípios são produtores de feijão, soja e milho, com áreas de plantação que vão de 1.000 a 21.458 hectares, conforme mostrado na Tabela 8.

Tabela 8 – Caracterização de municípios não fumicultores do estado da Bahia

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Principal Produção (ano 2013)	Partic. do Produto no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Araci	56.023	0,534	Feijão	0,28%	840 mil reais	2.800
Baianópolis	14.126	0,589	Soja	14,41%	12.885 mil reais	16.663
Cocos	19.396	0,596	Soja	23,79%	45.497 mil reais	21.458
Caculé	23.545	0,637	Milho	0,05%	103 mil reais	1.000
Paripiranga	29.769	0,577	Milho	29,21%	67.200 mil reais	24.000

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Sergipe

Municípios não fumicultores caracterizados: Itabaiana, Areia Branca e Poço Verde. Esses municípios são produtores de batata doce, cana-de-açúcar e milho com áreas de plantação que vão de 777 a 12.552 hectares, conforme mostrado na Tabela 9.

Tabela 9 – Caracterização de municípios não fumicultores do estado de Sergipe

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Principal Produção (ano 2013)	Partic. do Produto no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Itabaiana	93.572	0,642	Batata doce	1,10%	14.040 mil reais	1.530
Areia Branca	17.996	0,579	Cana-de-açúcar	1,70%	2.778 mil reais	777
Poço Verde	23.249	0,561	Milho	11,12%	20.690 mil reais	12.552

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Rio Grande do Sul

Municípios não fumicultores caracterizados: Lajeado, Dom Pedrito, Vacaria, Carazinho, Flores da Cunha, Ijuí, Balneário Pinhal, Antonio Padro, Imbé, Carlos Barbosa, Ibirubá e Ajuricaba. Esses municípios são produtores de soja, milho, arroz e mandioca, com áreas de plantação que vão de 02 a 67.000 hectares, conforme mostrado na Tabela 10.

Tabela 10 – Caracterização de municípios não fumicultores do estado do Rio Grande do Sul

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Principal Produção (ano 2013)	Partic. do Produto no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Lajeado	77.761	0,778	Milho	0,05%	1.551 mil reais	550
Dom Pedrito	39.920	0,708%	Soja	16,17%	158.197 mil reais	67.000
Vacaria	64.857	0,721	Soja	6,89%	114.075 mil reais	42.250
Carazinho	61.875	0,766	Soja	5,36%	97.500 mil reais	36.000
Flores da Cunha	28.974	0,754	Milho	0,12%	1.344 mil reais	700
Ijuí	82.563	0,781	Soja	3,79%	104.745 mil reais	45.000
Balneário Pinhal	12.106	0,696	Arroz	1,27%	1.939 mil reais	413
Antonio Padro	13.274	0,758	Milho	1,46%	5.419 mil reais	2.250
Imbé	19.676	0,764	Mandioca	0,005%	17 mil reais	02
Carlos Barbosa	27.279	0,796	Milho	0,12%	1.890 mil reais	700
Ibirubá	20.181	0,765	Soja	13,17%	121.094 mil reais	41.000
Ajuricaba	7.403	0,753	Soja	18,76%	37.812 mil reais	17.000

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Santa Catarina

Municípios não fumicultores caracterizados: Santo Amaro da Imperatriz, Timbó, Paulo Lopes, Imbituba, Governador Celso Ramos, Penha, Itapema, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Garuva, Itapoá e Biguaçu.

Esses municípios são produtores de cana-de-açúcar, arroz e mandioca, com áreas de plantação que vão de 08 a 2.323 hectares, conforme mostrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Caracterização de municípios não fumicultores do estado de Santa Catarina

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Principal Produção (ano 2013)	Partic. do Produto no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Sto. Amaro da Imperatriz	21.572	0,781	Cana-de-açúcar	0,06%	200 mil reais	100
Timbó	40.515	0,784	Arroz	0,22%	3.136 mil reais	700
Paulo Lopes	7.124	0,716%	Arroz	2,85%	5.039 mil reais	1.250
Imbituba	42.708	0,765	Arroz	1,05%	9.490 mil reais	2.323
Gov. Celso Ramos	13.801	0,747%	Cana-de-açúcar	0,10%	200 mil reais	50
Penha	28.728	0,743	Mandioca	0,005%	26 mil reais	08
Itapema	57.089	0,796	Arroz	0,12%	1.505 mil reais	300
Águas Mornas	6.020	0,723	Cana-de-açúcar	0,30%	455.000 mil reais	130
S. Pedro de Alcântara	5.373(*)	0,734	Cana-de-açúcar	2,11%	1.170 mil reais	180
Garuva	16.435	0,725	Arroz	0,64%	3.528 mil reais	1.050
Itapoá	17.521	0,761	Arroz	0,03%	185 mil reais	60
Biguaçu	63.440	0,739	Arroz	0,24%	3.407 mil reais	1.050

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

(*) Estimativa para 2015

Paraná

Municípios não fumicultores caracterizados: Porecatu, Iporã, Ibiporã, Alvorada do Sul, Castro, Marialva, Cerro Azul, Jaguariaíva, Guairacá, Santa Mariana e Jacarezinho.

Esses municípios são produtores de cana-de-açúcar, soja e feijão, com áreas de plantação que vão de 8.322 a 83.200 hectares, conforme mostrado na Tabela 12.

Tabela 12 – Caracterização de municípios não fumicultores do estado do Paraná

Nome do Município	Habitantes (estimada 2014)	IDH-M (ano 2010)	Principal Produção (ano 2013)	Partic. do Produto no PIB	Valor da Produção Em Real (ano 2013)	Hectares Plantados (ano 2013)
Porecatu	14.086	0,738	Cana-de-açúcar	17,07%	35.989 mil reais	8.322
Iporã	14.887 (*)	0,706	Soja	5,43%	15.523 mil reais	12.600
Ibiporã	52.330	0,726	Soja	2,21%	43.648 mil reais	17.150
Alvorada do Sul	10.965	0,708	Soja	30,98%	59.119 mil reais	20.150
Castro	70.454	0,703	Soja	14,66%	293.115 mil reais	83.200
Marialva	34.096	0,735	Soja	8,05%	72.775 mil reais	23.360
Cerro Azul	17.689	0,573	Feijão	3,74%	7.638 mil reais	1.970
Jaguariaíva	34.285	0,743	Soja	4,91%	48.983 mil reais	14.800
Guairacá	6.500	0,693	Cana-de-açúcar	22,24%	34.663 mil reais	10.973
Santa Mariana	12.496	0,700	Soja	33,46%	84.258 mil reais	27.500
Jacarezinho	40.243	0,743	Cana-de-açúcar	17,71%	144.662 mil reais	25.500

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

(*) Estimativa para 2015

Suicídios em Municípios Fumicultores e Não Fumicultores

Antes da apresentação dos resultados dessa etapa da pesquisa é importante ratificar o que foi colocado na introdução dessa dissertação, que sendo uma pesquisa de base qualitativa, descritiva exploratória não se pretende traçar comparações nem estabelecer as causas, mas sim a partir dos resultados encontrados nos bancos de dados oficiais, narrar a ocorrência de suicídios em regiões que plantam e não plantam fumo, que possuam características

socioeconômicas semelhantes, e assim provocar outras investigações que possam responder a causa desses resultados, contribuindo com o campo de saúde do trabalhador.

Atende, assim, a um dos elementos que constitui a pesquisa exploratória, ou seja, apresenta uma explicação geral do fenômeno de suicídio entre trabalhadores agricultores produtores de fumo, como primeiro passo para outras pesquisas mais aprofundadas. (OLIVEIRA, 2014).

No aspecto descritivo a primeira etapa metodológica possibilitou o conhecimento do processo de trabalho na produção de fumo, e dessa forma procurou identificar as variáveis presentes nesse tipo de atividade laboral, que podem influenciar no aparecimento de danos mentais ao trabalhador e na sequência evolutiva para um desfecho de suicídio.

A proposta de uma abordagem qualitativa implica em um processo de reflexão e análise da realidade para compreensão do objeto de estudo, onde todos os fatos são significativos e relevantes. (OLIVEIRA, 2014).

Assim é que nessa fase da 2ª etapa foram buscados dados relacionados ao número de suicídio registrados dos municípios produtores e não produtores de tabaco das principais regiões fumicultoras do Brasil, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Bahia e Alagoas.

Para as mortes por suicídio a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª revisão/CID-10 (OMS, 2000), implantada no Brasil em 1996, inclui o capítulo Causas Externas de Mortalidade e Morbidade, no qual as mortes por suicídio passam a ser classificadas nos códigos X-60 a X-84 – Lesões autoprovocadas intencionalmente, cujas denominações são descritas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Lesões autoprovocadas intencionalmente - códigos X-60 a X-84

X-60	Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a analgésicos, antipiréticos e anti-reumáticos, não-opiáceos
X61-	Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a drogas anticonvulsivantes [antiepilépticos] sedativos, hipnóticos, antiparkinsonianos e psicotrópicos não classificados em outra parte;
X62-	Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a narcóticos e psicodislépticos [alucinógenos] não classificados em outra parte;
X63	Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a outras substâncias farmacológicas de ação sobre o sistema nervoso autônomo;
X64	Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a outras drogas, medicamentos e substâncias biológicas e às não especificadas;
X65	Auto-intoxicação voluntária por álcool;
X66	Auto-intoxicação intencional por solventes orgânicos, hidrocarbonetos halogenados e seus vapores;
X67	Auto-intoxicação intencional por outros gases e vapores;
X68	Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a pesticidas;
X69	Auto-intoxicação por e exposição, intencional, a outros produtos químicos e substâncias nocivas não especificadas;
X70	Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação;
X71	Lesão autoprovocada intencionalmente por afogamento e submersão;
X72	Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de arma de fogo de mão;
X73	Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de espingarda, carabina, ou arma de fogo de maior calibre;
X74	Lesão autoprovocada intencionalmente por disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada;
X75	Lesão autoprovocada intencionalmente por dispositivos explosivos;
X76	Lesão autoprovocada intencionalmente pela fumaça, pelo fogo e por chamas;
X77	Lesão autoprovocada intencionalmente por vapor de água, gases ou objetos quentes;
X78	Lesão autoprovocada intencionalmente por objeto cortante ou penetrante;
X79	Lesão autoprovocada intencionalmente por objeto contundente;
X80	Lesão autoprovocada intencionalmente por precipitação de um lugar elevado;
X81	Lesão autoprovocada intencionalmente por precipitação ou permanência diante de um objeto em movimento;
X82	Lesão autoprovocada intencionalmente por impacto de um veículo a motor;
X83	Lesão autoprovocada intencionalmente por outros meios especificados;
X84	Lesão autoprovocada intencionalmente por meios não especificados

Fonte: http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/x60_x84.htm).

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10>).

A verificação de ocorrência deste tipo de mortalidade cobriu um período de 10 anos, entre 2004 a 2013, para cada um dos 52 municípios produtores e 52 não produtores de fumo, mostradas nas tabelas a seguir.

Conforme poderá ser verificado na organização dos dados nas Tabelas de 13 a 19 é apresentado simultaneamente a proximidade de municípios não produtores e produtores de fumo com características semelhantes nas variáveis “Habitantes” ou “IDH-M”.

Número de suicídios por município

Alagoas

No estado de Alagoas os registros do DATASUS para mortalidade por suicídio informam que no período de 2004 a 2013 dos 9 municípios caracterizados, Arapiraca foi o município com o maior número de suicídios entre os que produzem fumo, com 174 (cento e setenta e quatro) ocorrências registradas, seguido de Igaci com 11(onze) ocorrências.

Aqui cabe observar que além do número de suicídios encontrados em Arapiraca mostrar-se muito acima dos outros municípios fumicultores da região nordeste aqui apresentados, suicídio neste município já foi alvo de preocupação do Ministério do Trabalho quando encontrou em 1996 registros de 28 suicídios, que envolvia não só adultos como também crianças e adolescentes.

O que se constata no presente estudo é que mesmo diante da possibilidade de subestimados os registros, os números de suicídios permanecem altos. Somente no ano de 2013 encontramos nos registros do DATASUS um total de 25 registros de suicídios em Arapiraca. Além disso, o suicídio continua envolvendo de forma significativa a população mais jovem deste municípios.

Também no estado de Alagoas, e guardando proximidade com a faixa de IDH-M para o município fumicultor de Arapiraca, está o município de Palmeira dos Índios, produtor de milho, que não tinha a fumiicultura como atividade econômica no banco de dados do IBGE, e apresentou, dentre os municípios não fumicultores caracterizados, o maior número de ocorrências desse tipo de mortalidade com 31(trinta e um) casos de suicídios registrados no DATASUS no período de 2004 a 2013.

A seguir temos 12 (doze) ocorrências registradas de suicídio no município de Teotônio Vilela, produtor de cana-de-açúcar, e que guarda proximidade de faixa do IDH-M com o município fumicultor de São Sebastião, conforme mostra a Tabela 13.

Tabela 13 – Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores - Alagoas

Não Fumicultores					Fumicultores				
Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13	Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13
Palmeira dos Índios	73.725	0,638	1.200	31	Arapiraca	229.329	0,649	3.800	174
Campo Grande	55.814	0,570	16.400	03	Girau do Ponciano	40.100	0,536	1.300	05
Porto Calvo	27.171	0,586	9.000	06	Craíbas	24.166	0,525	1.000	01
Colônia Leopoldina	21.636	0,517	7.100	04	Lagoa da Canoa	18.437	0,552	1.000	03
Joaquim Gomes	24.061	0,531	2.800	05	Feira Grande	22.406	0,533	1.000	06
Boca da Mata	27.399	0,604	12.700	04	Igaci	26.041	0,564	110	11
Teotônio Vilela	43.895	0,564	15.000	12	São Sebastião	34.024	0,549	230	06
Branquinha	10.745	0,513	4.480	02	Coité do Noia	10.992	0,533	150	05
Maragogi	31.748	0,574	4.500	04	Junqueiro	25.078	0,575	140	10

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Sergipe

No estado de Sergipe os registros do DATASUS para mortalidade por suicídio informam que no período de 2004 a 2013 dos 3 municípios caracterizados, Lagarto foi o município com o maior número de suicídios entre os que produzem fumo, com 66 (sessenta e seis) ocorrências registradas, seguido de Riachão do Dantas com 08 (oito) ocorrências.

Também no estado de Sergipe e guardando proximidade de população e faixa de IDH-M com o município fumicultor de Lagarto, está o município de Itabaiana, produtor de batata doce, que não tinha a fumicultura como atividade econômica no banco de dados do IBGE, e que apresentou, dentre os municípios não fumicultores caracterizados, o maior número de ocorrências desse tipo de mortalidade com 58 (cinquenta e oito) casos de suicídios registrados no DATASUS no período de 2004 a 2013.

A seguir temos 08 (oito) ocorrências registradas de suicídio no município de Poço Verde, produtor de milho, e que guarda proximidade de população com o município fumicultor de Salgado, conforme mostra a Tabela 14.

Tabela 14 – Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores - Sergipe

NÃO FUMICULTORES					FUMICULTORES				
Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13	Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13
Itabaiana	93.572	0,642	1.530	58	Lagarto	101.305	0,625	200	66
Areia Branca	17.996	0,579	777	08	Riachão do Dantas	19.957	0,539	200	08
Poço Verde	23.249	0,561	12.552	18	Salgado	20.083	0,609	02	06

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Bahia

No estado da Bahia os registros do DATASUS para mortalidade por suicídio informam que no período de 2004 a 2013 dos 5 municípios caracterizados, Cruz das Almas foi o município com o maior número de suicídios entre os que produzem fumo, com 13 (treze) ocorrências registradas, seguido de Sapeaçu com 07(sete) ocorrências.

Também no estado da Bahia e guardando proximidade de população com o município fumicultor de Muritiba, está o município de Paripiranga, produtor de batata doce, que não tinha a fumicultura como atividade econômica no banco de dados do IBGE, e que apresentou, dentre os municípios não fumicultores caracterizados, o maior número de ocorrências desse tipo de mortalidade com 08(oito) casos de suicídios registrados no DATASUS no período de 2004 a 2013.

A seguir temos 05 (cinco) ocorrências registradas de suicídio nos municípios de Araci, produtor de feijão, guardando proximidade de população com o município fumicultor de Cruz das Almas, e igual número de ocorrências no município de Caculé, guardando proximidade de população e IDH-M com o município de Governador Mangabeira, conforme mostra a Tabela 15.

Tabela 15 – Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores - Bahia

NÃO FUMICULTORES					FUMICULTORES				
Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13	Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13
Caculé	23.545	0,637	1000	05	Governador Mangabeira	21.198	0,643	1.045	06
Cocos	19.396	0,596	21.458	02	Cabaceiras do Paraguaçu	18.978	0,581	800	03
Araci	56.023	0,534	2.800	05	Cruz das Almas	63.761	0,699	300	13
Paripiranga	29.769	0,577	24.000	08	Muritiba	30.691	0,660	213	04
Baianópolis	14.126	0,589	16.663	-	Sapeaçu	17.630	0,614	140	07

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul os registros do DATASUS para mortalidade por suicídio informam que no período de 2004 a 2013 que dos doze municípios produtores de fumo caracterizados, Santa Cruz do Sul foi o que apresentou o maior número de suicídios com 208 (duzentos e oito) casos registrados no período estudado, seguido de Venâncio Aires com 149 (cento e quarenta e nove) ocorrências.

Sobre Venâncio Aires vale lembrar que esse município já foi tema de pesquisa desenvolvida por Falk et al em 1996, chamando atenção para o grave problema que já ocorria naquela ocasião, relacionado às doenças mentais e suicídios entre os agricultores e a evolução da mortalidade por agrotóxicos.

Também no estado do Rio Grande do Sul e guardando proximidade de população e IDH-M com o município fumicultor de Venâncio Aires, está o município de Lajeado, produtor de milho, que não tinha a fumicultura como atividade econômica no banco de dados do IBGE, e que apresentou, dentre os municípios não fumicultores caracterizados, o maior número de ocorrências desse tipo de mortalidade com 137 (cento e trinta e sete) casos de suicídios registrados no DATASUS no período de 2004 a 2013.

Setenta e quatro ocorrências foram registradas de suicídio no município Ijuí, produtor de soja, e que guarda proximidade de IDH-M com o município fumicultor de Santa Cruz do Sul, conforme mostra a Tabela 16.

Tabela 16 – Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores - Rio Grande do Sul

NÃO FUMICULTORES					FUMICULTORES				
Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13	Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13
Lajeado	77.761	0,778	550	137	Venâncio Aires	69.859	0,712	11.100	149
Vacaria	64.857	0,721	42.250	65	Canguçu	55.801	0,650	11.000	81
Dom Pedrito	39.920	0,708	67.000	33	S. Lourenço do Sul	44.541	0,687	10.000	64
Carazinho	61.875	0,766	36.000	61	Camaquã	65.835	0,697	8.800	68
Flores da Cunha	28.974	0,754	700	17	Candelária	31.476	0,674	7.900	55
Ijuí	82.563	0,781	45.000	74	S. Cruz do Sul	126.084	0,773	7.200	208
Antonio Padro	13.274	0,758	2.250	09	Arroio do Tigre	13.316	0,707	7.035	45
Balneário Pinhal	12.106	0,696	413	12	Vale do Sol	11.650	0,624	6.865	27
Carlos Barbosa	27.279	0,796	700	24	Vera Cruz	25.525	0,737	5.100	32
Imbé	19.676	0,764	02	15	Agudo	17.140	0,694	5.000	38
Ibirubá	20.181	0,765	41.000	46	Dom Feliciano	15.103	0,587	4.500	21
Ajuricaba	7.403	0,753	17.000	07	Chувиска	5.233	0,616	4.200	04

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Santa Catarina

No estado de Santa Catarina os registros do DATASUS para mortalidade por suicídio informam que no período de 2004 a 2013 que dos doze municípios produtores de fumo caracterizados, Araranguá e Mafra foram os que apresentaram os maiores números de suicídios com 55 (cinquenta e cinco) casos registrados em cada um deles no período estudado, seguidos de Canoinhas com 51 (cinquenta e um) casos.

Também no estado de Santa Catarina e guardando proximidade de IDH-M com o município fumicultor de Canoinhas, está o município de Timbó, produtor de arroz, que não tinha a fumicultura como atividade econômica no banco de dados do IBGE, e que apresentou, dentre os municípios não fumicultores caracterizados, o maior número de ocorrências desse

tipo de mortalidade com 42 (quarenta e dois)) casos de suicídios registrados no DATASUS no período de 2004 a 2013.

A seguir temos 25 (vinte e cinco) ocorrências registradas de suicídio no município Imbituba, produtor de arroz, e que guarda proximidade de IDH-M com o município fumicultor de Içara, que registrou 35 suicídios, conforme mostra a Tabela 17.

Tabela 17 – Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores - Santa Catarina

NÃO FUMICULTORES					FUMICULTORES				
Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13	Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13
Sto Amaro da Imperatriz	21.572	0,781	100	07	Itaiópolis	21.139	0,708	6.000	16
Timbó	40.515	0,784	700	42	Canoinhas	54.079	0,757	6.000	51
Paulo Lopes	7.124	0,716	1.250	02	Santa Terezinha	8.873	0,669	5.500	05
Gov. Celso Ramos	13.801	0,747	50	09	Irineópolis	10.989	0,699	4.000	04
Imbituba	42.708	0,765	2.323	25	Içara	52.284	0,741	3.400	35
Penha	28.718	0,743	08	13	Ituporanga	24.061	0,748	2.900	16
S. Pedro Alcântara	5.373*	0,734	180	10	Bela Vista do Toldo	6.248	0,675	2.800	01
Itapoá	118.137*	0,761	60	08	Papanduva	18.793	0,704	2.800	11
Águas Mornas	6.020	0,723	130	04	Vidal Ramos	6.366	0,700	2.700	05
Biguaçu	63.440	0,739	1.050	22	Mafra	55.313	0,777	2.600	55
Garuva	16.435	0,725	1.050	09	Petrolândia	6.080	0,716	2.200	10
Itapema	57.089	0,796	300	20	Araranguá	65.769	0,760	2.000	55

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

(*) estimada ano 2015

Paraná

No estado do Paraná os registros do DATASUS para mortalidade por suicídio informam que no período de 2004 a 2013 dos onze municípios produtores de fumo caracterizados, Irati foi o que apresentou o maior número de suicídios com 44 (quarenta e quatro) ocorrências registradas no período estudado, seguidos de Prudentópolis com 42 (quarenta e dois) casos.

Também no estado do Paraná e guardando proximidade de população e IDH-M com o município fumicultor de Irati, está o município de Castro, produtor de soja, que não tinha a fumicultura como atividade econômica no banco de dados do IBGE, e que apresentou, dentre os municípios não fumicultores caracterizados, o maior número de ocorrências desse tipo de mortalidade com 45 (quarenta e cinco) casos de suicídios registrados no DATASUS no período de 2004 a 2013.

A seguir temos 26 (vinte e seis) ocorrências registradas de suicídio no município Jacarezinho, produtor de cana-de-açúcar, e que guarda proximidade de população e IDH-M com o município fumicultor de São Mateus do Sul, registrando 25 suicídios, conforme mostra a Tabela 18.

Tabela 18 – Ocorrência por Estado – Municípios Fumicultores e Não Fumicultores -
Paraná

NÃO FUMICULTORES					FUMICULTORES				
Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13	Nome	Habitantes Estimada (ano 2014)	IDH-M (ano 2010)	Hectares Plantados (ano 2013)	Nº Casos Suicídio 2004/13
Porecatu	14.086	0,738	8.322	04	S. João do Triunfo	14.583	0,629	6.000	04
Iporã	14.887*	0,706	12.600	14	Rio Azul	14.913	0,687	5.496	10
Ibiporã	52.330	0,726	17.150	23	Prudentópolis	51.281	0,676	4.400	42
Alvorada do Sul	10.965	0,708	20.150	02	Piên	12.086	0,694	4.300	14
Cerro Azul	17.689	0,573	1.970	07	Ipiranga	14.978	0,652	4.000	06
Marialva	34.096	0,735	23.360	17	Imbituva	31.055	0,660	3.298	20
Castro	70.454	0,703	83.200	45	Irati	59.708	0,726	3.248	44
Jaguariaíva	34.285	0,743	14.800	17	Palmeira	33.753	0,718	3.000	15
Guairacá	6.500	0,693	10.973	02	Guamiranga	8.484*	0,669	2.690	05
Santa Mariana	12.496	0,700	27.500	09	Ivaí	13.628	0,651	2.250	06
Jacarezinho	40.243*	0,743	25.500	26	S. Mateus do Sul	44.594*	0,719	2.450	25

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

(*) estimada ano 2015

Número Total de Suicídios em municípios fumicultores e não fumicultores

A Tabela 19 apresenta o número total de suicídios agrupados por estado em municípios fumicultores e não fumicultores. Os municípios fumicultores na região sul do Brasil apresentaram 1247 registros de suicídios no período de 2004 a 2013, sendo mais da metade das ocorrências registradas no estado do Rio Grande do Sul com 792 casos, seguido de Santa Catarina com 264 casos e Paraná com 191 casos, de acordo com dados do DATASUS.

Nos municípios não fumicultores também da região sul do país, o total de casos de suicídios no mesmo período foi de 837, sendo que desse total 500 casos ocorreram no estado do Rio Grande do Sul, 171 em Santa Catarina e 166 no Paraná.

Já na região nordeste no mesmo período, o total de suicídios registrados nos municípios fumicultores foi de 334 casos, sendo a maioria desses ocorridos no estado de Alagoas com 221 casos, seguido de Sergipe com 80 e Bahia com 33 casos.

Para os municípios não fumicultores do nordeste caracterizados o total de suicídios foi de 163 casos, sendo que desses 84 ocorreram no estado do Sergipe, 59 em Alagoas e por último a Bahia com 20 casos.

Sergipe foi o único estado tanto da região nordeste quanto do sul, que no somatório total registrou número de suicídios menor em municípios fumicultores com 80 casos, enquanto que em municípios não fumicultores o total registrado foi de 84. A diferença se deu no município não fumicultor de Poço Verde, produtor de milho, onde ocorreram 18 suicídios, e Salgado, município fumicultor, que guardava similaridade com Poço Verde pelo número de habitantes, e apresentou 06 ocorrências de suicídio.

Tabela 19 - Agrupado por Estado Número Total de Suicídios em municípios fumicultores e não fumicultores

REGIÃO	ESTADO	FUMICULTORES HECTARES PLANTADOS FUMO – ANO 2013	FUMICULTORES Nº CASOS DE SUICÍDIO ANO DE 2004 A 2013	NÃO FUMICULTORES HECTARES PLANTADOS ANO 2013	NÃO FUMICULTORES Nº CASOS DE SUICÍDIO ANO 2004 A 2013
SUL	PARANÁ	41.132	191	245.524	166
	SANTA CATARINA	42.900	264	7.201	171
	RIO GDE DO SUL	88.700	792	252.865	500
TOTAL		172.732 ha	1.247	541.191 ha	837
NORDESTE	ALAGOAS	8.730	221	73.180	59
	SERGIPE	402	80	14.859	84
	BAHIA	2.498	33	65.921 ha	20
TOTAL		11.630 ha	334	153.960 ha	163

Fonte: (Borges; Peres, 2016)

Caracterização de Suicídios nos Municípios Fumicultores

Visando conhecer as características da população envolvida nesse tipo de mortalidade, foram levantados no DATASUS, dados sobre estado civil, sexo, escolaridade, local de ocorrência dos suicídios e faixa etária.

Alagoas - Total de suicídios - 221

Nos municípios fumicultores do estado de Alagoas a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 165 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 20 a 29 anos, com 66 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 126 pessoas. A escolaridade em 162 dos casos foi considerada ignorada, e o hospital, com 99 casos, local de ocorrência do maior número de desfecho de suicídio. Quanto a modalidade, 88 pessoas tiveram suicídio atribuído a lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento (CID 10 - X-70) estrangulamento e sufocação, e 70 casos de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas (CID 10 – X-68). Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Em todo o estado de Alagoas no período de 2004 a 2013 ocorreram **1.028** suicídios, sendo 100 casos por autointoxicação intencional a pesticidas, e 631 casos por lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação. Os demais por outros meios.

Sergipe - Total de suicídios - 80

Nos municípios fumicultores do estado de Sergipe a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 66 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 40 a 49 anos, com 23 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 56 pessoas. A escolaridade entre 1 e 3 anos de estudo concentrou o maior número de suicídios, com 31 casos. O maior número de ocorrência com 41 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 45 pessoas tiveram suicídio atribuído a lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 14 casos de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Em todo o estado de Sergipe no período de 2004 a 2013 ocorreram **1.065** suicídios, sendo 164 casos por autointoxicação intencional a pesticidas, e 573 casos por lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação.

Bahia - Total de suicídios - 33

Nos municípios fumicultores do estado da Bahia a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 25 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 40 a 49 anos, com 07 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 18 pessoas. A escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo concentrou o maior número de suicídios, com 14 casos. O maior número de ocorrência com 22 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 27 pessoas tiveram suicídios atribuídos às lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 03 casos de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Em todo o estado da Bahia no período de 2004 a 2013 ocorreram **3.992** suicídios, sendo 378 casos por autointoxicação intencional a pesticidas, e 2.378 casos por lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação.

Entre os anos de 2004 a 2013 os bancos de dados do IBGE informaram que os estados de Alagoas, Bahia e Sergipe totalizaram 6.085 suicídios registrados, sendo 642 suicídios pela modalidade de autointoxicação intencional a pesticidas, com a maioria ocorrida na Bahia com 378 casos, e na modalidade lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação foram 3582 casos, também com maioria na Bahia com 2.378 casos. Os suicídios ocorridos nos 17 municípios fumicultores estudados representam 5,48% do total.

Rio Grande do Sul - Total de suicídios - 792

Nos municípios fumicultores do estado do Rio Grande do Sul a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 649 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 40 a 49 anos, com 193 casos. O estado civil casado prevaleceu entre os que

se suicidaram, totalizando 354 pessoas. A escolaridade em 240 dos casos foi considerada ignorada. O maior número de ocorrência com 595 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 588 pessoas tiveram suicídios atribuídos às lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 09 casos de suicídios por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Em todo o estado do Rio Grande do Sul no período de 2004 a 2013 ocorreram **11.049** suicídios, sendo 151 casos por autointoxicação intencional a pesticidas, e 7.505 casos por lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação.

Santa Catarina - Total de suicídios - 264

Nos municípios fumicultores do estado de Santa Catarina a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 203 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 40 a 49 anos, com 62 casos. Quanto ao estado civil igual número de solteiros e casados se suicidaram, cada um com 95 pessoas. A escolaridade em 103 dos casos foi considerada ignorada. O maior número de ocorrência com 151 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 165 pessoas tiveram suicídios atribuídos às lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 16 casos de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Em todo o estado de Santa Catarina no período de 2004 a 2013 ocorreram **4.884** suicídios, sendo 138 casos por autointoxicação intencional a pesticidas, e 3.524 casos por lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação.

Paraná - Total de suicídios - 191

Nos municípios fumicultores do estado do Paraná a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 153 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 30 a 39 anos, com 54 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 89 pessoas. A escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo concentrou o

maior número de suicídios, com 82 casos. O maior número de ocorrência com 101 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 137 pessoas tiveram suicídios atribuídos às lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 36 casos de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Em todo o estado do Paraná no período de 2004 a 2013 ocorreram **6.283** suicídios, sendo 584 casos por autointoxicação intencional a pesticidas, e 3.920 casos por lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação.

Para a região sul do Brasil os bancos de dados do IBGE informaram que no período de 2004 a 2013 o número de suicídios nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foi de 22.216 casos registrados. Portanto, aqueles que ocorreram nos 35 municípios fomicultores caracterizados neste trabalho representam 5,61% do total.

Desse total 873 tiveram como modalidade de suicídio autointoxicação intencional a pesticidas, tendo a maioria ocorrido no Paraná com 584 casos. Já em 14.949 suicídios a modalidade foi lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e o Rio Grande do Sul respondeu por 7.505 casos.

Caracterização de Suicídios nos Municípios Não Fomicultores

Alagoas - Total de suicídios - 71

Nos municípios não fomicultores do estado de Alagoas a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 55 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 20 a 29 anos, com 22 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 38 pessoas. A escolaridade em 54 dos casos foi considerada ignorada, e o hospital, com 45 casos, foi local de ocorrência onde foi constatado o maior número de desfecho de suicídio. Quanto a modalidade, 54 pessoas tiveram suicídio atribuído a lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 03 casos de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Sergipe - Total de suicídios - 84

Nos municípios não fumicultores do estado de Sergipe a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 53 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 20 a 29 anos, com 24 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 56 pessoas. A escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo concentrou o maior número de suicídios, com 26 casos. O maior número de ocorrência com 50 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 52 pessoas tiveram suicídio atribuído a lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 14 casos de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Bahia - Total de suicídios - 20

Nos municípios não fumicultores do estado da Bahia a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 17 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 20 a 29 anos, com 07 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 11 pessoas. A escolaridade em 10 dos casos foi considerada ignorada. O maior número de ocorrência com 13 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 15 pessoas tiveram suicídio atribuído a lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 01 caso de suicídio por autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Rio Grande do Sul - Total de suicídios - 518

Nos municípios não fumicultores do estado do Rio Grande do Sul a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 422 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 40 a 49 anos, com 108 casos. O estado civil casado prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 196 pessoas. A escolaridade em 321 dos casos foi considerada ignorada. O maior número de ocorrência com 356 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 427 pessoas tiveram suicídios atribuídos às lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 04 casos de suicídio por

autointoxicação intencional a pesticidas. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Santa Catarina - Total de suicídios - 171

Nos municípios não fumicultores do estado de Santa Catarina a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 135 casos. As faixas etárias que concentraram o maior número de suicídios foi 30 a 39 e de 40 a 49 anos, cada uma com 33 casos. Quanto ao estado civil os casados apresentaram maior número de suicídios com 66 pessoas. A escolaridade em 71 dos casos foi considerada ignorada. O maior número de ocorrência com 126 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 145 pessoas tiveram suicídios atribuídos às lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 01 caso de suicídio por autointoxicação intencional a agrotóxicos. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Paraná - Total de suicídios - 166

Nos municípios não fumicultores do estado do Paraná a maioria dos suicídios ocorreu na população masculina, com 133 casos. A faixa etária que concentrou o maior número de suicídios foi de 40 a 49 anos, com 37 casos. O estado civil solteiro prevaleceu entre os que se suicidaram, totalizando 86 pessoas. A escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo concentrou o maior número de suicídios, com 50 casos. O maior número de ocorrência com 81 casos, teve o domicílio como local. Quanto a modalidade, 102 pessoas tiveram suicídio atribuído a lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, e 19 casos de suicídio por autointoxicação intencional a agrotóxicos. Os demais utilizaram outras formas de consumação do suicídio contidos na CID 10 – X-60 a X-84.

Tipo de suicídio por região

Região Nordeste – Municípios Fumicultores – Total de suicídios 334

Dos estados da região nordeste com municípios fumicultores caracterizados nesse estudo, Alagoas foi o estado que apresentou o maior número de suicídios.

Quanto a modalidade de suicídio as mortes provocadas por enforcamento, estrangulamento e sufocação nesses municípios do nordeste o total foi de 160 casos, e os de suicídio por autointoxicação intencional a agrotóxicos foram 87 casos registrados. Nas duas modalidades a maioria foi registrada em Arapiraca.

Região Sul - Municípios Fumicultores – Total de suicídios 1.247

Já na região sul do país, o estado do Rio Grande do Sul foi o que apresentou o maior número de suicídios.

Na modalidade enforcamento, estrangulamento e sufocação foram 890 casos, sendo somente no Rio Grande do Sul 588 casos. Quanto a modalidade autointoxicação intencional agrotóxicos o total foi de 68, tendo a maioria ocorrida no estado do Paraná com 36 casos.

Região Nordeste - Municípios Não Fumicultores - Total de suicídios 163

Para os municípios não fumicultores caracterizados nesse estudo, foi no estado de Sergipe que ocorreu o maior número de suicídios. A modalidade de lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento nos três estados pesquisados da região nordeste o total foi de 121 casos, sendo que deste total 54 ocorreram em Alagoas, enquanto que para a modalidade de suicídio por autointoxicação intencional a grotóxicos o total foi de 18 casos, sendo o estado de Sergipe responsável por 14 casos.

Região Sul - Municípios Não Fumicultores - Total de suicídios 837

Mais uma vez a região sul difere da nordeste em termos numéricos na modalidade de suicídio, pois para os estados não fumicultores aqui pesquisados o maior número de suicídio ocorreu no Rio Grande do Sul.

Quanto a modalidade nos municípios não fumicultores caracterizados nesse estudo, 674 casos de suicídios foram atribuídos a lesões autoprovocadas intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação, tendo o Rio Grande do Sul respondido por 427 casos.

A modalidade de suicídio por autointoxicação intencional a agrotóxicos o total foi de 24 casos, sendo que somente no Paraná deste total ocorreram 19 casos.

12.0 DISCUSSÃO

A descrição do processo de trabalho na fumicultura permitiu identificar características e etapas da atividade nas regiões sul e nordeste que evidenciam exposições e riscos em diferentes momentos, potencializando quadros de adoecimento físico e mental.

Verificamos na descrição que são várias as etapas que compõem uma safra para entrega do produto fumo, existindo períodos bem críticos em termos de exigência no decorrer do processo, como é a fase da colheita e da cura do fumo, identificados tanto no trabalho dos agricultores do nordeste quanto do sul, como demonstrou a literatura.

Ao conhecer os lucros para as indústrias envolvidas com esse tipo de atividade, bem como as condições em que essa produção opera nos limites da agricultura, o sacrifício vivido pelo trabalhador para sua consecução, com resultados financeiros incertos pelo seu trabalho, o que se constata é uma enorme discrepância, grande contribuição à desigualdade na divisão de riquezas que o setor agrícola gera para o país, e o mais preocupante que é o latente risco de adoecimento.

Ao dirigirmos a discussão para os aspectos de adoecimento, identificamos que muitos são os elementos hostis à saúde humana por causarem intoxicações e riscos diferenciados, e aos quais o trabalhador fica exposto no processo de produção do fumo, tais como alguns agrotóxicos da classe dos organofosforados e carbamatos. Segundo Peres e Moreira (2007) esses inseticidas atuam no organismo humano inibindo a enzima denominada acetilcolinesterase, a qual atua na degradação da acetilcolina, neurotransmissor responsável pela transmissão dos impulsos no sistema nervoso central e periférico. Tendo sido inibida, essa enzima não consegue degradar a acetilcolina, ocasionando a “crise colinérgica”, que é a principal responsável pelos sintomas observados nos eventos de intoxicação aguda por esses tipos de agrotóxicos. (PERES; MOREIRA, 2007)

Ainda segundo esses autores muitos distúrbios do sistema nervoso tiveram associação com a exposição aos agrotóxicos organofosforados, e observados através de efeitos neurológicos retardados.

A respeito do dano neurocomportamental, a depressão tem sido relatada na literatura como um dos transtornos psíquicos prevalentes entre agricultores produtores de tabaco, e atribuída a alterações psíquicas resultantes da ação de organofosforados. Vale lembrar que a

depressão é uma doença grave, infelizmente pouco diagnosticada corretamente, que apresenta sintomas como autoestima diminuída, sentimentos de desesperança e incapacidade, dentre outros, que comprometem de maneira significativa a qualidade de vida de seus portadores e cujo agravamento pode levar a atitudes suicidas.

A pesquisa demonstrou que, além do potencial econômico que o fumo Virgínia exerce para os objetivos da indústria do fumo, é necessário conhecer através de pesquisas mais específicas, o nível de hostilidade que esse tipo de fumo provoca à saúde mental do trabalhador, além daqueles apontados durante o processo de colheita e cura, principalmente os do sul do país, onde a produção desse tipo de fumo predomina.

Um outro aspecto preocupante na produção do fumo é a possibilidade de comprometimento de gerações futuras, devido ao envolvimento de crianças no trabalho, e o contato delas com a planta tabaco e todos os agrotóxicos que cercam essa cultura. Crianças cujos cérebros ainda estão em formação e que podem estar expostas a danos causados pelos químicos utilizados na produção do fumo, representando risco de adultos doentes, comprometidos cognitivamente, diminuindo chances de sucesso em suas vidas no futuro. É grave que essas crianças não sejam resguardadas, uma vez que não há a clareza de entendimento de que estão efetivamente em situação de trabalho, e não somente de convívio familiar, conforme já apontado em estudos.

Prejuízos em diferentes áreas da vida de crianças envolvidas no contato com o plantio de tabaco, foi relatado em estudo desenvolvido por Wolf (2009), avaliando 22 crianças em idade de 6 a 12 anos, filhos de fumicultores do município de Agudo-RS, tendo verificado que 87% das crianças que fizeram o teste de avaliação psicomotora obtiveram resultados inferiores a média quanto a maturação visomotora e por consequência, precária desempenho das funções cognitivas. A maioria das crianças avaliadas também não apresentou condições normais de desenvolvimento, além de apresentar um atraso global no desenvolvimento, em nível de motricidade fina, linguagem, afeto e cognição, bem como de competências pessoais e sociais em geral. (WOLF, 2009)

Foi possível verificar também que há implicações entre questões trabalhistas e saúde do trabalhador, pois com o tipo de trabalho que desenvolve, o agricultor pode ao longo do tempo dando indícios de demandas por cuidados à saúde, apresentando sintomas que vão se somando, agravando, produzindo doenças, inclusive mentais, culminando com suicídio, como já

embasado no referencial teórico. A fragilidade do ponto de vista trabalhista pode tornar ainda mais vulnerável o trabalhador envolvido com a produção de fumo.

Conforme observa Schlindwein (2010) o adoecimento dos trabalhadores agricultores devido ao manejo com o fumo, não é contemplado com afastamento do trabalho para realizar tratamentos para os diversos sintomas que se manifestam, tais como cansaço, irritabilidade, depressão, desânimo, choro, memória lenta, dentre outros. Há também o impacto desse dano que podem igualmente comprometer as relações familiares desse agricultor, o que torna o quadro ainda mais preocupante. (SCHLINDWEIN, 2010)

Apesar da relação de trabalho da indústria do tabaco com o agricultor no momento em que se inicia o negócio, se caracterizar por desqualificar o saber do agricultor com a terra, uma vez que é a indústria e seus técnicos quem ditam as normas, há um processo perverso que condiciona pagamentos da safra às exigências de prazos e qualidade em todos os estágios, sem dar espaços para negociação, que coloca sob a responsabilidade única do agricultor, até mesmo de variáveis que não dependem de seu manejo, como por exemplo mudanças no tempo, dentre outros que fogem ao controle do agricultor. São aspectos desconsiderados e grandes geradores de tensão física e emocional. Na literatura não encontramos espaços de argumentação entre o agricultor e a indústria.

Um aspecto fundamental observado nesse estudo foi o do papel da organização do trabalho e seu impacto na saúde mental do agricultor. Essa organização do trabalho norteadas pelo sistema integrado, que a princípio pode parecer vantajoso ao agricultor, exige, na verdade, uma carga de trabalho que vai impondo a esse trabalhador da terra, a perda de sua identidade como tal, transformando-se em “fumicultor”, e não mais agricultor, passando a representar a única atividade agrícola que desenvolve.

Ao oferecer esse sistema de trabalho a indústria do tabaco acaba por seduzir o agricultor, uma vez que a grande preocupação do trabalhador do campo, especialmente na agricultura familiar, com pouca extensão de terra, se vê estimulado a trabalhar sob essas condições.

Para esses agricultores, cujo trabalho manual é essencialmente sua ferramenta maior, ter a garantia de sobrevivência com a venda de seus produtos é seu grande objetivo. Mas tudo isso pode se tornar uma grande armadilha para o agricultor, na medida em que diante da crescente tecnologia no campo, característico do gigante agronegócio, essa estrutura de trabalho pode

acabar por isolá-lo, e muitas vezes correr o risco de tornar-se refém de situações de trabalho que podem impor demasiados sacrifícios, como é o caso do sistema integrado na produção de fumo.

O sistema integrado tem como essência o engessamento da criatividade do agricultor, mediado por técnicos da indústria do tabaco que dirão ao agricultor o que fazer, e assim o agricultor, na condição de domesticado deve executar o trabalho que tanto conhece, segundo a vontade do outro, em detrimento da livre organização do trabalho segundo o modelo de agricultura familiar.

De acordo com Dejourns e Abdoucheli (2015) a organização do trabalho é, de alguma forma, a vontade do outro, porque ela recorta de uma só vez o conteúdo da tarefa e as relações humanas do trabalho, e nesse sentido essa vontade do outro exerce o poder de controle, de dominação, de exploração da força de trabalho, ou seja, o livre arbítrio do trabalhador. É ignorada a contribuição do trabalhador, suas possibilidades na modificação do processo, de modo a torná-lo mais conforme às suas necessidades fisiológicas e desejos psicológicos. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2015)

Com respeito a esse aspecto teórico é apropriado ressaltar que apesar de, na maior parte dos casos, os agricultores serem proprietários ou arrendatários das terras, e, a relação estabelecida com a indústria do tabaco ser de proprietário industrial para proprietário, há, no entanto, e efetivamente uma relação de subordinação real deste último para aquele.

Dejourns e Abdoucheli (2015) chama de carga psíquica do trabalho o resultado da confrontação do desejo do trabalhador à injunção do empregador contida na organização do trabalho, e que essa carga é tão maior quanto menor for a liberdade na organização do trabalho. Não havendo uma negociação para a organização do trabalho pelo trabalhador, instaura-se, então, o sofrimento, caracterizado pelo desprazer, tensão e na sequência uma patologia.

No entanto, antes da manifestação da doença propriamente dita, diante do sofrimento e a insatisfação, de acordo com Dejourns (1992) o homem constrói sistemas defensivos, esquivando-se da verdade, e tornando o sofrimento desconhecido não apenas para os outros, mas também para os próprios trabalhadores.

Na prática esses comportamentos poderiam se manifestar na produção do fumo, exaltando o sistema integrado como positivo, apesar de saber que os agrotóxicos são

prejudiciais à sua saúde, coloca-se em situação maior de risco não se protegendo, mas por outro lado, evita que as situações no processo de trabalho mais arriscadas sejam diretamente realizadas pelas mulheres e crianças. Enfim, comporta-se de uma maneira que, apesar de vivenciar o sofrimento, ele não é reconhecido.

Evoluindo nessa linha de raciocínio em direção ao adoecimento propriamente dito, Dejours (2015) aponta duas modalidades possíveis de adoecimento, segundo a estrutura mental, que poderá ser descompensação psiconeurótica ou descompensação somática, manifestando um quadro de delírio, se esse trabalhador possuir uma estrutura psicótica, depressão no caso de uma estrutura neurótica, ou ainda uma doença somática em se tratando de uma desorganização mental.

Podemos pensar na organização do trabalho como fonte de adoecimento mental, ao traçarmos um paralelo entre as características do agricultor familiar e o modelo de trabalho proposto no sistema integrado, a partir das contribuições teóricas de Dejours. Como qualquer trabalhador, mas aqui de modo muito específico, é preciso trazer as características do agricultor, que tem em sua essência a necessidade de transformar a matéria com seu trabalho.

A depressão presente em muitos agricultores, relatada na literatura, pode ter como motivador a ação de agrotóxicos como os organofosforados. Contudo, as evidências mostram que é preciso ir além da esfera dos químicos, que apesar de serem sabidamente responsáveis pelo adoecimento em vários níveis à saúde do agricultor, inclusive mental, não são os únicos.

Será que diante do que mostra a literatura e dos fatos em si, estará a autora extrapolando ao permitir-se refletir e questionar sobre o papel das dificuldades com endividamento, impotência, incertezas, precarização, trabalhando em alojamentos precários, dentre outros, como cenário propício ao desenvolvimento de transtornos mentais do tipo depressão, em um sujeito (o agricultor familiar) que emprega sua força de trabalho, sua expertise, apesar de não reconhecida, em um tipo de trabalho hostil fisicamente, e mesmo assim vê constantemente ameaçada sua propriedade (causada pelas dívidas), bem como sua família e trabalho, que em essência é o que o identifica como agricultor? São aspectos a serem considerados.

Pesquisa objetivando conhecer os fatores desencadeadores do sofrimento de trabalhadores agricultores que cultivam fumo em município do sul do país, mostrou que os participantes avaliaram como fonte de sofrimento a precariedade das condições de trabalho, a

relação desigual que mantêm com a indústria, a exploração perpetrada por ela, o medo de empobrecer ou ficar sem trabalho, a falta de apoio e reconhecimento da sociedade, e do poder público, além das indústrias fumageiras. No entanto, por ser a única alternativa de garantia do sustento de sua família, obriga-os a suportar a exploração. Enfatizaram que a relação desigual com as fumageiras traz consequências negativas a sua autoestima e saúde, *podendo levar a pensamentos suicidas pelo endividamento e falta de garantias a que estão submetidos.* (CASTRO; MONTEIRO, 2015)

A dificuldade de acesso a serviços de saúde mental e o estigma que os transtornos mentais provocam, não só no meio rural, podem se constituir em potencializadores de adoecimentos mentais mais graves entre essa população.

Além do acesso como fator dificultador, existe também a necessidade de melhor preparo dos profissionais que devem assistir àquele que tentou suicídio, porque muitas vezes, como afirma Amarante (2014), a pessoa é submetida a situações de constrangimento, humilhação e seu sofrimento é “acolhido” com zombarias, brincadeiras, interpretado como manifestações de histeria e tentativas falsas de suicídio. (6)

Outro aspecto a ser considerado é que o espaço que a fumicultura ocupa na vida dos agricultores e sua família, sugere pouco tempo para o lazer, na medida em que o período de trabalho não somente é longo, como é de intensidade importante. Esse é um dado ligado diretamente a organização do trabalho e que, além de trazer fadiga, trará sofrimento mental pelo trabalho desenvolvido e pelas expectativas que ele traz.

Finalizando as discussões sobre essa primeira etapa, podemos concluir que até o produto estar no ponto de comercialização há um processo de trabalho dinâmico entre o objeto, a força de trabalho, os meios de produção e o produto, demandando um nível de investimento e esforço físico que, aliado a outros elementos presentes no plantio do fumo, poderão expor o agricultor a vulnerabilidades que comprometerão seriamente sua saúde física e especialmente a mental, conforme os diálogos com a literatura.

Suicídios

Somado ao que foi discutido até agora, a partir da análise do processo e organização do trabalho na produção do fumo, acrescentamos a verificação feita nos dados oficiais do DATASUS sobre o registro de suicídios. Identificamos no período de 2004 a 2013, um total de 1.247 registros de suicídios em municípios fumicultores selecionados, e 837 em municípios não fumicultores selecionados com características sociodemográficas similares aos fumicultores.

Conforme já esclarecido anteriormente, essa pesquisa de base qualitativa não tem como proposta traçar correlações entre o número de suicídios em municípios não fumicultores e fumicultores, mas sim explorar e descrever os achados tanto na produção de tabaco do país, quanto da ocorrência de suicídios, e assim lançar luz sobre a dinâmica que envolve essa atividade, na expectativa de contribuir com a literatura ao aproximar alguns achados às várias perguntas sobre produção de tabaco e problemas de saúde, especialmente mental.

Embora a organização dos dados nas tabelas de 1 a 19, tenha oportunizado o conhecimento do IDH-M, participação do tabaco no PIB, valor da produção, estimativa populacional, hectares plantados e número de suicídios tanto de municípios produtores quanto de não produtores de fumo, esses últimos não são objeto do presente trabalho, e sua inserção nesta dissertação teve como objetivo, identificar a ocorrência dos casos de suicídios. A discussão focará os resultados encontrados nos municípios fumicultores

No entanto, considerando a contribuição da literatura apontando prejuízos à saúde do trabalhador rural de uma forma geral devido ao uso intenso dos agrotóxicos, não pode deixar de ser observado que essa poderia ser uma das razões para os suicídios nesses municípios que foram demonstrados nas tabelas de 7 a 19 que compõem essa dissertação. Esses municípios, provavelmente utilizam agrotóxicos em suas lavouras, tais como os utilizados na cultura do fumo, que produzem danos. O intenso uso de agrotóxicos no Brasil está presente em nossa agricultura e, portanto, seus prejuízos se estendem a outras formas de agricultura que não só o fumo.

Ainda com relação aos municípios fumicultores e não fumicultores, o que observamos na tabela 19, é que há extensão de hectares para plantação e número de suicídios que contrastam e impactam de maneira importante, tanto no sul quanto no nordeste, no número de suicídios. Não há como não associar o que os estudos apresentam nesta dissertação sobre os danos

provocados pelo processo de trabalho na fumicultura, e dados de suicídios levantados nos bancos oficiais para essas duas categorias de municípios com características similares, sugerindo um número maior de suicídios nas regiões fumicultoras.

Não só relatar o número de suicídios e sua caracterização nas regiões fumicultoras, mas fundamentalmente procurar entender porque eles ocorrem é o desejo de toda pesquisa, de modo que intervenções apropriadas sejam conduzidas. No entanto, isso é um processo de construção que passa necessariamente por reflexões e discussões, e não iremos esgotar o tema aqui, e nem é esse o objetivo desse trabalho.

No entanto, é oportuna a condução da discussão por caminhos que passem por hipóteses que tentam justificar os achados sobre suicídios nas diversas regiões do país. Destacamos para reflexão, aquelas que sustentam a ideia de que os altos índices de suicídio no sul do Brasil, por exemplo, teriam como justificativa o clima frio, bem como a etnia naquela região, composta principalmente por alemães, povo a quem é atribuído expressivos índices de suicídio, e responsáveis por parte da colonização no sul do Brasil.

Sem pretender questionar tais hipóteses, mas sim dialogar com elas, permitimo-nos diante do que foi apresentado acima, convidar para a seguinte reflexão: como entender o número de suicídios nos municípios fumicultores do nordeste, como Arapiraca, Lagarto e Cruz das Almas, inseridos numa das regiões mais quentes do país? Quais seriam os elementos em comum entre esses municípios do nordeste e os do sul do Brasil? O presente trabalho encontrou a produção de fumo como um forte elemento, corroborando os estudos sobre fatores que favorecem o adoecimento mental e em casos mais graves o suicídio nesta vertente agrícola.

Estudo realizado por Lovisi et al (2009), sobre taxa de mortalidade por suicídio no Brasil entre 1980 e 2006, mostrou um total de 158.952 casos, com taxa de 5,7 mortes por 100.000 habitantes, sendo a região sul dentre as regiões brasileiras e capitais aquela que apresentou as maiores taxas de suicídio, com uma média de 9,3 mortes por 100.000 habitantes. (LOVISI et al., 2009)

Avaliando a série histórica de mortalidade por suicídios no Rio Grande do Sul, no período entre 1979 e 1998, Meneghel et al (2004) encontrou taxa mais elevada entre os trabalhadores do setor primário, especialmente os trabalhadores agrícolas, e observou que as precárias condições de sobrevivência, endividamento, concentração da terra, êxodo ou

exposição aos agrotóxicos tinha reflexos nos suicídios praticados naquela localidade. (MENEGHEL, 2004)

Segundo Venco e Barreto (2010) no Brasil é consenso entre os pesquisadores vincular a origem do suicídio aos processos psíquicos. No entanto, alguns estudiosos apontam um risco maior em algumas profissões, dentre as quais estão os pequenos agricultores que frequentemente se vêem cercados por dívidas. (VENCO; BARRETO, 2010)

Um elemento presente no trabalho dos agricultores que tem sido apontado pela literatura por levar ao adoecimento físico e mental, são os produtos químicos como os inseticidas organofosforados que com sua neurotoxicidade estariam associados a problemas psiquiátricos, em particular aumento de depressão, podendo contribuir para a ocorrência de suicídio entre trabalhadores expostos, conforme demonstrado em estudo desenvolvido por Stallones e Beseler (2002) apontando intoxicação por organofosforados, com sintomas de depressão em agricultores do estado do Colorado. Vários outros estudos indicam problemas dessa ordem (BESELER et al., 2006; LONDON et al., 2012; WESSELING et al., 2010, BESELER; STALLONES, 2008; LIMA et al., 2011; KEIFER; FIRESTONE, 2007)

Gregoire (2002) em trabalho investigando a saúde mental dos agricultores do Reino Unido enfatiza que as taxas suicídio em agricultores e trabalhadores agrícolas no Reino Unido representam o maior número comparado a outros grupos de trabalho. Apresenta como explicação para parte dessas altas taxas, as alterações ocorridas nos últimos anos nas práticas agrícolas e fatores econômicos. (GREGOIRE, 2002)

Outro aspecto que segundo o mesmo autor parece ter um impacto significativo num quadro de estresse que pode evoluir para suicídio, é o tamanho da propriedade, sugerindo que os agricultores com áreas para exploração menores sofrem mais tensões e tem menos apoio, tal como agricultura familiar.

Gregoire (2002) observa também que por ser o suicídio geralmente associado a transtornos mentais, isso acaba por gerar nas comunidades agrícolas um mal entendimento e estigma sobre a doença, dificultando e criando barreiras na procura por ajuda em um serviço de saúde, agravado ainda mais pelo isolamento geográfico e inacessibilidade de unidades de saúde mental em áreas rurais.

A Organização Mundial da Saúde estima que ocorram anualmente aproximadamente de 3 milhões de intoxicações agudas provocadas pela exposição aos agrotóxicos, com aproximadamente 220 mil mortes por ano. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014)

Estudo realizado por Pires et al (2005) em microrregião do estado de Mato Grosso do Sul encontraram alta prevalência das tentativas de suicídio provocadas pela ingestão voluntária a agrotóxicos de uso agrícola entre janeiro de 1992 a dezembro de 2002, com 1.355 notificações de intoxicação, e algumas dessas tentativas tendo evoluído para óbito. (PIRES; CALDAS; RECENA, 2005)

A esse respeito, temos no Brasil as subnotificações sobre intoxicações expressivas e preocupantes, que dificultam intervenções apropriadas, pois segundo estimativas do Ministério da Saúde, para cada evento de intoxicação por agrotóxico notificado, outros cinquenta não são notificados. (PERES et al., 2001)

No estudo de London et al (2005), foi feita uma revisão de literatura sobre mortalidade e morbidade relacionada ao suicídio entre as populações expostas a pesticida, e o resultado encontrado mostra que as taxas de suicídio são elevadas em populações agrícolas, e que eles não são apenas agente para o suicídio, mas também parte da causa ao provocar perturbações no sistema nervoso central em humanos. (LONDON et al., 2005)

Estudo de Faria (2014) sobre associação entre exposição a pesticida e taxa de suicídio no Brasil também reforçou a hipótese de que o uso de pesticidas e intoxicações por agrotóxicos aumentam as taxas de suicídio. Os autores recomendam a realização de mais estudos visando confirmar a associação entre a exposição a pesticidas, envenenamento e suicídio, ou seja, o aprofundamento do conhecimento sobre os mecanismos destas associações. (FARIA, 2014)

O trabalho na fumicultura é caracterizado pela junção de toda a família, e por isso os reflexos será sentido por vários de seus membros. Por isso, embora não seja objeto específico desse estudo, é importante destacar a participação de crianças e adolescentes nos processos de trabalho relacionados à produção de fumo no Brasil, e seus impactos na saúde.

Sobre suicídios de jovens em Arapiraca o Ministério do Trabalho (1996) afirmava que os pais que levavam seus filhos para trabalhar nas lavouras mostravam-se espantados com o alto índice de suicídios e intoxicações registradas entre crianças e adolescentes. Em 1996 haviam oficialmente registrado 28 suicídios, sendo que a maioria era criança que manipulava

agrotóxicos. A avaliação foi de que esse número era ainda maior porque grande parte das pessoas intoxicadas não passavam por hospitais ou órgãos onde deveriam ser feitos registros oficiais. Alarmados e visando evitar outros suicídios, pais que necessitavam usar agrotóxicos em seus trabalhos passaram a esconder o produto. (MOREIRA; TARGINO; ALBERT, 2002)

De acordo com Pinheiro (2009), pesquisador gaúcho que participou da pesquisa divulgada em 1996 sobre índice de suicídio e cultivo de fumo no município de Venâncio Aires, crianças em idade escolar no município de Santa Cruz do Sul tomaram durante muito tempo medicamentos para depressão. A colheita do fumo com as mãos, resultava no contato do corpo dos jovens dessa região com o produto, o que trazia implicações neurológicas provocando depressão. (INDÚSTRIA, 2009)

Revisão sistemática realizada por Freire e Koifman (2012) sobre pesticida, depressão e suicídio apontou que depressão e outros transtornos psiquiátricos têm mostrado um aumento dos riscos associados com intoxicação por pesticida em 05 estudos de um total de 11. Já entre os estudos sobre suicídio, 4 relatórios encontraram aumento das taxas de mortalidade para suicídio em áreas com intenso uso de agrotóxicos. (FREIRE; KOIFMAN, 2013)

Apesar de a revisão apontar a evidência epidemiológica de associação entre a exposição a pesticidas e depressão ou suicídio, os autores recomendam que as pesquisas explorem também outras fontes potenciais de estresse psicológico desta população agrícola.

Em Venâncio Aires, cidade gaúcha, considerada uma das mais ricas do Rio Grande do Sul, o suicídio tem sido motivo de preocupação em saúde. O estudo de Falk et al (1996) realizado nesse município mostrou índices de suicídio que superava a média brasileira entre os trabalhadores do fumo.

Medida de cuidados foram implantadas nesse município como reserva de leitos no principal hospital local para a psiquiatria, e investimentos da prefeitura em programas de prevenção. No entanto, ainda é um tabu abrir o leque dos motivos de suicídios com os representantes daquela comunidade. (PERES; NETO, 2015)

A Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) rejeita a relação dos suicídios com o uso de agrotóxicos, e afirma que hoje o composto é pouco utilizado nas lavouras. (PERES; NETO, 2015)

O Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), representante das empresas fumageiras divulga posição de que “*atrelar casos de suicídio ao uso de agrotóxico na cultura do tabaco é uma afirmação inconsistente*”. A entidade argumenta que dos dez municípios com maior índice de tentativa de suicídios do Rio Grande do Sul, “apenas” “três possuem “grande” produção de tabaco, que são os municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul e Canguçu. (PERES; NETO, 2015; SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO, 2015)

Em 2007 o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) entrou com denúncia junto ao Ministério Público Federal contra empresa tabageira após o suicídio de uma agricultora no município de Vale do Sol. Segundo o MPA a agricultora se suicidou após ter tido toda sua produção de fumo tomada pela tabageira, para quem vendia a produção de sua lavoura há mais de 25 anos. A entidade relatou que iria pedir também uma avaliação sobre a forma como as empresas de fumo tratavam os produtores, além da necessidade de revisão por parte da justiça dos contratos unilaterais, onde os agricultores não têm acesso aos controles das dívidas. (AGRICULTORES, 2007)

Sobre esse episódio vale destacar que no presente estudo identificamos que a maior parte dos suicídios ocorreu por enforcamento, e utilizou o domicílio como local para consumação do ato. É importante lembrar que para os agricultores, domicílio significa seu local de trabalho, ou seja, sua propriedade, que por vezes se encontra ameaçada pelas dívidas (enforcada). Sugere reflexão sobre a modalidade do suicídio (enforcamento) e dívidas?

Ainda na ocasião, o Movimento dos Pequenos Agricultores alertava para a gravidade da situação, que o suicídio não era um caso isolado entre os agricultores daquela região, e que fumageira não dava valor a vida humana.

Portanto, é fundamental considerar toda a dinâmica que cerca essa atividade, conjugando o uso de agrotóxicos, bem como a intensa carga de trabalho, horas de sono reduzidas, preocupações com as peculiaridades do contrato de trabalho que é estabelecido com a indústria para início e conclusão da colheita, aspectos que também podem comprometer o estado emocional do agricultor, fazendo surgir ou agravar quadros de depressão, que é um dos fatores que podem levar ao suicídio.

É fato que o suicídio não tem uma origem única, direta, pois pode ter uma variedade de fatores. No entanto, quando vinculado a um grupo ou categoria de trabalhadores, no caso aqui trabalhadores da fuminicultura, demanda estudo das relações que se estabelecem nesse campo, e da determinação do trabalho sobre a saúde mental dos agricultores.

As taxas de suicídio ao redor do mundo vão estar vinculadas a aspectos culturais, regionais e sociodemográficos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2000). A organização também torna evidente a correlação entre depressão e suicídio ao definir que o suicídio é o ato do indivíduo contra si mesmo, e que os fatores de risco para o suicídio incluem transtorno mental tais como depressão, transtorno de personalidade, tentativas anteriores de suicídio, eventos estressantes, dependência de álcool ou esquizofrenia, e algumas doenças físicas como as neurológicas e câncer. (MATTOS; DIAS, 2012) Estimativas mostram que para cada tentativa de suicídio registrada, existem quatro não conhecidas.

No relatório de 2014 da Organização Mundial da Saúde, o suicídio é discutido como um grande problema de saúde pública, com cerca de 75% dos casos ocorrendo em países de baixa e média renda. Índia e China são os países com os maiores índices de suicídios, com 258 mil e 120 mil casos, respectivamente. O Brasil ocupa o oitavo lugar em número de suicídio, sendo registradas 10 mil mortes por ano com uma taxa de 4,8 a cada 100 mil habitantes em 2008. Entre 2000 e 2012 houve aumento de 10,4% na quantidade de mortes, registrando em 2012, 11.821 casos. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014)

Ainda que entre os países emergentes, o Brasil tenha menores taxas de suicídio, há tendência de agravamento neste tipo de mortalidade, entre 1980 e 2002. (GONCALVES; GONCALVES; OLIVEIRA JÚNIOR, 2011)

Apesar de em todo o mundo, o número de suicídios ser maior entre os homens, no período de 12 anos o número de mulheres no Brasil que tiraram a própria vida cresceu mais (17,80%) do que o número de homens (8,20%).

No relatório o envenenamento, o enforcamento e o uso de armas de fogo são identificados como os métodos mais comuns de suicídio global. Aponta que a limitação de acesso a esses meios pode ajudar a evitar que as pessoas se suicidem, além de implementação de planos governamentais.

O relatório observa, ainda que apenas 28 países no mundo possuem planos estratégicos de prevenção, (MÁXIMO, 2010), e que o estigma social voltado para as desordens mentais impede pessoas de buscar ajuda. Vinculando a redução do suicídio ao Plano de Ação sobre Saúde Mental 2013-2020, a OMS estabeleceu a meta de reduzir em 10% a taxa de suicídio mundial até 2020.

O suicídio é a segunda causa de morte em pessoas com faixa etária entre 15 e 29 anos de idade em todo o mundo. As taxas mais elevadas estão entre pessoas com 70 anos ou mais, nessa faixa etária, as mulheres têm o dobro de probabilidade de suicidarem-se que mulheres de 15 a 29 anos.

Quanto a modalidade de suicídio por ingestão de agrotóxicos é um dos métodos mais comuns em todo o mundo, e motivo de preocupação especial destacada no relatório da OMS, nas zonas rurais agrícolas na região da África, Índia e China. Na África entre 2000 e 2012 houve um aumento de 38% nas taxas de suicídio.

Identificamos no presente estudo que nos municípios fumicultores, e em menor escala nos não fumicultores, os agrotóxicos têm sido um recurso utilizado por agricultores para cometer suicídio, principalmente no nordeste, onde percentualmente o uso de agrotóxicos correspondeu a cerca de 26% do número total de suicídios cometidos e levantados. Já no sul essa modalidade ficou em torno de 5% nos municípios fumicultores daquela região.

A gravidade do tema suicídio levou A Organização Mundial de Saúde e International Association for Suicide Prevention (IAPS) instituir o Dia Internacional de Prevenção ao Suicídio – dia 10 de setembro.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) do Brasil publicou um Manual de Prevenção ao Suicídio dirigido a profissionais das equipes de saúde mental, como parte da estratégia nacional de prevenção do suicídio, visando reduzir as taxas de suicídios, tentativas e os danos associados com os comportamentos suicidas, família, amigos, nos locais de trabalho, escolas e instituições de forma geral. O manual observa que a qualificação permanente das equipes de saúde é fundamental, pois várias doenças mentais se associam ao suicídio e a detecção precoce e tratamento apropriado poderão auxiliar na redução desse quadro.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que até 2020 mais de 1,5 milhões de pessoas vão cometer suicídio, apresentando-se, assim, como um problema de saúde pública,

estando entre as dez causas mais frequentes de morte. Avalia que para cada óbito por essa modalidade, há no mínimo cinco ou seis pessoas próximas ao suicida cujas vidas são profundamente afetadas emocional, social e economicamente.

13.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de contribuir para um melhor entendimento da situação de vulnerabilidade em que se encontra um grande contingente de trabalhadores de diferentes regiões do país, esse estudo teve como objetivo analisar processos de trabalho relacionados ao cultivo de tabaco no Brasil, com vistas a identificar elementos que possam estar associados ao número de casos de suicídios, observados e registrados. A questão norteadora era saber se a produção de tabaco no Brasil determina problemas de saúde, principalmente mental nos agricultores.

O conhecimento do trabalho na fumicultura, evidenciou que os danos à saúde do agricultor não estão vinculados somente a prejuízos devido ao uso de agrotóxicos no processo de trabalho, mas na organização do trabalho, em um contexto mais abrangente, cujas características refletem uma forma perversa de trabalho do ponto de vista do que se considera de subjetividade para o perfil de um homem com as características do campo, da agricultura, da transformação do solo.

Na descrição das etapas do processo produtivo do fumo foi possível conhecer as condições e organização do trabalho, riscos físicos e psíquicos aos trabalhadores. O diálogo com a literatura permitiu identificar características do processo de trabalho e da organização do trabalho, incluindo as relações que são estabelecidas com a indústria do tabaco, que fragiliza e fragmenta emocionalmente, e se coloca como mais um elemento no somatório para adoecimento.

O levantamento realizado junto aos bancos de dados oficiais mostrou que há de fato números que comprovam haver suicídios em áreas produtoras de fumo que demandam investigações mais aprofundada. Esses números provocam impactos em vários níveis na sociedade, e devem ser encarados como alarmantes, na medida em que se trata de vidas humanas perdidas como resultado de um ato que poderia ter sido evitado.

Coerente com a proposta e instrumentos de pesquisa utilizados na presente dissertação, não se pode concluir pela correlação entre suicídios e produção de fumo. No entanto, os dados de literatura, o processo de trabalho, a organização do trabalho e seus elementos, e o número de suicídios encontrados no presente estudo em regiões produtoras e não produtoras de fumo, com características similares, apontam evidências da associação entre suicídio e trabalhadores da fumicultura.

O caminho metodológico proposto e a contribuição da literatura discutida, permitiram evidenciar situações no âmbito do processo de trabalho na fumicultura que podem favorecer o surgimento ou potencializar quadros latentes de depressão e evoluir para suicídios. Essas situações estão colocadas em dois grandes grupos:

1) No processo de trabalho há um expressivo contato com agrotóxicos que, segundo a literatura tanto pode ser a causa como o meio do agricultor cometer o suicídio, esse último relatado nesta dissertação pela modalidade de suicídios em que pesticidas foram meios usados para provocar a morte, de acordo com dados do DATASUS.

Também no caso dos agrotóxicos o suicídio foi atribuído a consequências da ação do produto químico, que ao provocar alterações a nível neurológico, configurou uma doença psíquica cujas características estão vinculadas a mudanças importantes no humor, como é o caso da depressão, podendo culminar com suicídio.

2) O processo e organização do trabalho também evidenciaram que a precariedade das condições de trabalho dos agricultores produtores de fumo, a perda da autonomia, descaracterização de sua identidade profissional como agricultor que lhe confere o lugar de conhecedor da terra e do que nela é plantado e colhido, a falta de reconhecimento de seu trabalho, a relação de desigualdade com a indústria do tabaco, a frustração e impossibilidade de planejar ganhos por não ter controle da situação de sua atividade laboral, as dívidas que podem ocorrer em função do sistema ao qual está integrado, dentre muitos outros observados e relatados nesta dissertação que podem igualmente provocar inquietudes, comprometerem a saúde mental, e em alguns casos, com alterações ou não de humor, motivarem e indicarem como solução o desaparecimento da vida através do suicídio. É o desfecho de um trabalho que se tornou vazio, para aquele cujas dores e adoecimentos físicos e mentais passaram silenciosamente ocultos na sociedade que se voltou apenas para a produção capitalista.

O indicativo de uso de agrotóxico prejudicial à saúde em qualquer ramo de trabalho na agricultura, afirmativa que é embasada pelos registros oficiais de suicídios por uso desse químico tanto em regiões fumicultoras quanto não fumicultoras, permite alertar sobre a gravidade da situação e a necessária intervenção dos órgãos competentes para controle desse risco, inclusive com recomendações da OMS como uma prática necessária para reduzir o número de suicídios causados por esse produto.

Uma dessas medidas é saber qual a real dimensão das mortes por suicídio, com notificações atualizadas. A contratação de profissionais para identificação pode garantir desenvolvimento de ações de uma política pública voltada para cuidados em suicídio, pois o próprio Ministério da Saúde (2012) admite que a carência de profissionais de saúde em áreas rurais tem comprometido a identificação de envenenamentos por agrotóxicos. (HOOLEY; TEASDALE, 1989)

Outro aspecto importante é que, tal como mostrou o estudo de Gregoire (2002) (DEJOURS; BÈGUE, 2010; ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL, [S.d.]), o estigma aos transtornos mentais, o isolamento geográfico e inacessibilidade às unidades de saúde mental em áreas rurais no Brasil, podem ser apontados como barreiras, e, portanto, necessitam da intervenção em saúde pública no sentido de aproximar física e acolhedoramente os serviços em saúde mental a trabalhadores nas áreas rurais por equipes de saúde da atenção básica, como já acontece em alguns municípios.

Organizações não governamentais, associações e comunidades agrícolas também podem auxiliar muito, atuando na promoção da saúde mental dessa população, aumentando a consciência, educando sobre os problemas e estratégias de enfrentamento, principalmente orientando as gerações mais jovens através de programas em escolas rurais, considerando a natureza transgeracional do trabalho na agricultura. É estimado pela OMS (2014) que 90% dos casos podem ser evitados quando há oferta de ajuda, portanto, o papel da família, amigos e sociedade é fundamental, e quanto mais se falar sobre o tema, seus sintomas, o que fazer, tanto melhor.

Dentro do escopo da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – vem implementando e necessita continuar avançando, o projeto de diversificação de plantio ao fumo, de modo a garantir ao agricultor que deseja parar de produzir fumo, que o que ele plantar será comprado, e a renda para manter sua família não será ameaçada.

Para aqueles agricultores que desejam permanecer produzindo fumo é fundamental a intervenção nos processos de trabalho que se dá na fumicultura e junto à indústria do tabaco, de modo a interferir nos fatores que podem levar ao adoecimento mental desses trabalhadores, como os produtos químicos que produzem alterações mentais, mas também aspectos ligados aos preços dos fumos, às garantias trabalhistas, maior controle do ministério do trabalho

revido aspectos do contrato integrado em que o agricultor esteja presente, podendo opinar nos pontos que devem ser revistos, e que trarão mais equidade a atividade que desempenha.

Sem medo de falar sobre o tema, atenção deve ser dada pelo Ministério da Saúde aos números de suicídios no Brasil, promovendo campanhas de esclarecimentos voltadas para a população e profissionais de saúde. As campanhas além de esclarecerem devem abordar a necessidade de evitação de interpretações que possam levar à banalização dos números de suicídio no país, diante dos resultados do relatório de 2014 da OMS, pelo fato de estarmos entre os que têm menores taxas de suicídios.

O tema suicídio tem contra si o silêncio, as subnotificações nos bancos de dados oficiais, políticas públicas em construção, e se além disso, os seus números forem considerados pequenos, insignificantes, corre-se o risco de perdermos ainda mais vidas.

Outro aspecto a ser abordado é a necessidade de enfrentamento das dificuldades de desenvolvimento de ações de fiscalização dos ambientes, condições e de vigilância da saúde dos trabalhadores, dada a dispersão e heterogeneidade do trabalho e vida do trabalhador rural. A educação permanente a esses trabalhadores é estratégico, no sentido de preservação de suas vidas. Essa educação passa necessariamente por ouvi-los e pedir sua participação com sugestões para melhorias em sua condição de trabalho.

A responsabilidade por melhores condições de vida e trabalho na agricultura deve ser dividida com os órgãos que estimulam a agricultura moderna, e que dirigem suas atenções para produções destinadas a exportações e aumento de divisas, de modo que possam também estar atentos à saúde dos trabalhadores. Infelizmente muitos dos sofrimentos enfrentados pelo trabalhador agricultor na produção do fumo são atenuadas pelas autoridades com números sobre a “relevância social e econômica do fumo”.

Diante de quadros de tentativas ou consumação de suicídios, que chegam às unidades de saúde, e considerando a necessária investigação das relações saúde-trabalho-doença, a anamnese ocupacional é fundamental para identificar o tipo de trabalho que aquele indivíduo exerce, através do próprio quando possível, da família e colegas daquele que consumou o ato. A posse desses dados pode se constituir em importante ferramenta para ações de prevenção, e forma de melhorar nossos registros de acesso público, e assim poder traçar políticas públicas mais condizentes com a real necessidade.

Tudo o que vimos até aqui traz preocupação, mas durante todo o processo de construção dessa dissertação, houve um cuidado na explanação de dados adversos, entendendo que há por trás deles o homem agricultor, que tem orgulho de seu trabalho, e que apesar do fumo ser hoje reconhecidamente um produto danoso à saúde, o agricultor tem na plantação desse produto um trabalho como outro qualquer que realiza no campo. É dele que tira seu sustento e de sua família.

Com a presente pesquisa foram identificados elementos que colocam em vulnerabilidade trabalhadores rurais envolvidos com a produção de fumo no país, evidenciando:

a) Inserção marginal dos plantadores de tabaco na cadeia de produção dessa commodity agrícola, onde os plantadores têm pouca ou nenhuma capacidade decisória sobre o processo de trabalho, a escolha dos insumos ou a alternativas de comercialização de seus produtos;

b) A existência de uma série de fatores, presentes no cotidiano de trabalho desses fumicultores, que trazem problemas de saúde a esses trabalhadores;

c) O envolvimento de toda a família em torno dessa atividade produtiva, inclusive com forte participação de crianças em algumas etapas do processo de produção do tabaco, o que pode estar gerando uma série de distúrbios fisiológicos, neurológicos e de desenvolvimento;

d) A necessidade de utilização de insumos agrícolas perigosos, como os agrotóxicos que, de acordo com a característica do produto e a forma de exposição, pode se constituir como principal elemento gerador de distúrbios de saúde mental na fumicultura nacional;

e) As características do produto – e em particular a possibilidade de exposição a elevados níveis de nicotina durante a manipulação de folhas úmidas de tabaco – que podem estar gerando uma grave síndrome metabólica denominada Doença da Folha Verde do Tabaco em uma significativa parcela desses fumicultores nacionais – inclusive em crianças.

A contribuição que entendemos estar proporcionando com esse trabalho é apontar demandas nessa área que necessitam de outros estudos para municiar o que nesta dissertação foi encontrado.

Por fim, é preciso dizer que qualquer número de suicídio é considerado elevado para os propósitos dessa pesquisa. Um único suicídio em uma comunidade de trabalhadores no meio agrícola, campo desta dissertação, nos obriga a refletir sobre a repercussão desse episódio na

vida do suicida e de toda a sociedade ao redor do ocorrido. Qualquer que seja o número encontrado de suicídio em municípios que tem a fumicultura ou não como uma de suas características, irá denunciar demandas por ações de cuidados a essa população, que simbolizou num ato extremo, sua impossibilidade de lidar com algum impasse, não encontrando outra maneira de enfrentamento com o mal estar que convivia.

REFERÊNCIAS

AGOSTINETTO, D. et al. Caracterização da fumicultura no município de Pelotas-RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 171-175, 2000.

AGRICULTORES denunciam empresa de fumo por suicídio. **Terra Notícias**, 11 fev. 2007. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1404745-EI306,00-Agricultores+denunciam+empresa+de+fumo+por+suicidio.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo**: servidão moderna e violação dos direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 166 p.

ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

AMARANTE, P. Suicídio: pesquisadores comentam relatório da OMS, que apontou altos índices no mundo. **Informe Ensp**. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/suicidio-brasil-e-8o-pais-das-americas-com-maior-indice>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ARALDI, D. B. **Análise das questões ergonômicas, qualidade de vida no trabalho e diagnóstico sócio econômico que importam aos trabalhadores de uma empresa rural na formação de lavouras de arroz irrigado (*Oryza sativa L.*): um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante)- UFRGS, Engenharia de Produção, Porto Alegre, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Fumicultura mundial. Consumo mundial de tabaco. [S.l.]: AFUBRA, [S.d.]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-mundial.html>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Fumicultura mundial. Maiores fumicultores mundiais. [S.l.]: AFUBRA, [S.d.]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-mundial.html>>. Acesso em: 18 jan. 2015

BERTOLETE, J. M; FLEISCHMANN, A. A global perspective in the epidemiology of suicide. **Suicidologi**, v. 7, n. 2, p. 6-8, 2002.

BESELER, C. et al. Depression and pesticide exposures in female spouses of licensed pesticide applicators in the agricultural health study cohort. **Journal Occupational Environmental Medicine**, v. 48, n. 10, p. 1005-1013, 2006.

BESELER, C. L.; STALLONES, L. A cohort study of pesticide poisoning and depression in Colorado farm residents. **Annals of Epidemiology**, v. 18, n. 10, p. 768-774, 2008.

BIOLCHI, M. A. A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural/Deser**, nº 4, dez. 2003a. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=85>.

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

BONATO, A. A. **Desafios e potencialidades para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco**. Brasília: PNUD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. 106 p.

BONATO, A. A. **Fumo**: a fumicultura e a Convenção-Quadro. Desafios para a Diversificação – Curitiba. Curitiba: Deser – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 2006.

BONATO, Amadeu; ZOTTI, Cleimary; ANGELIS, Thiago. **Tabaco**: da produção ao consumo: uma cadeia de dependência. Curitiba: DESER, ACT-BR, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Dia Nacional de Combate ao Fumo, 29 de Agosto de 2012. Fumar: faz mal prá você, faz mal pro planeta. **A interferência da indústria do tabaco**: apresentação e orientações técnicas. Rio de Janeiro: INCA, 2012. 24 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. **A importância e a urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil**. Notas técnicas para controle do tabagismo. Rio de Janeiro: Conicq, 2014.

BRASIL. Instrução Normativa MAPA nº 10. Classificação do Tabaco. **Diário Oficial da União**, 16 abr. 2007, republicado em 17 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção ao suicídio**: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 74 p.

BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. cap. 3.

CARVALHO JÚNIOR L. C.; PEREIRA, J. G. S.; BINOTTO, P. A. **Cadeia produtiva de tabaco**: resumo executivo. Florianópolis: Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina, [S.d.].

CARVALHO, Christianne Belinzoni. Relação socioeconômica dos fumicultores-fumageiras da região de sombrio, SC e uma proposta de transição agroecológica. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, 2006.

CASTRO, L. S. P; MONTEIRO, J. K. Fumicultores Advertem: a causa do seu sofrimento é a exploração no trabalho – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 87-97, 2015.

CHEN, J.; CHOI, Y.; SAWADA, Y. How is suicide diferente in Japan? **CIRJE-F-526**, Toquio, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.cirje.e.u-tokyo.ac.jp/research/dp/2008/2008cf557.pdf>>.

CUTLER, D.; GLAESER, E.; NORBERG, K. **Explaining the rise in youth suicide**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2000. (Working Paper, 7713).

DARÉLLA, M. S. **Os cultivos de arroz, fumo e banana na sub-bacia do córrego Garuva, Sombrio-SC, a utilização dos agrotóxicos e sua implicação na saúde dos trabalhadores**. Dissertação (Mestrado)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. **Suicídio e trabalho**: o que fazer? Sobradinho, DF: Paraelo 15, 2010.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.

DESER.org. **De olho no mundo do tabaco**: pela valorização do trabalho, da saúde e da vida. Fumo e mercado mundial: manipulação por parte das fumageiras. Curitiba: DESER, 2013. Disponível em: <http://www.deser.org.br/>

DIAS, E. C. Condições de vida, trabalho e saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil. In: Pinheiro, Tarcício Márcio Magalhães. (Org.). **Saúde do trabalhador rural**. Brasília: RENAST, 2006.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia. 2ª tiragem. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. (Biblioteca do Pensamento Moderno).

FALK, J. W. et al. **Suicídio e doença mental em venâncio aires, RS**: consequências do uso de agrotóxico organofosforados. Relatório preliminar de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FARIA, N. M. X, et al. Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. **Neurotoxicology**, v. 45, p. 355-362, dez. 2014.

FARIA, N. M. X. et al. Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil): a cross-sectional study about mental health of farm-workers. **Revista de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, p. 391-400, 1999.

FARIA, N. M. X. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1298-1308, set./out. 2004.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. Brasília: FETRAF-Brasil, [S.d.]. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br>>.

FIALHO, R. R. Os sentidos do trabalho para os agricultores e as agricultoras familiares de pequenas unidades produtoras de tabaco no município de Santa Cruz do Sul/RS. In: ETGES, V. E.; FERREIRA, M. A. F. **A produção de tabaco**: impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2006. 248 p.

FREIRE, C.; KOIFMAN, S. Pesticides, depression and suicide: a systematic review of the epidemiological evidence. **International Journal of Hygiene and Environmental Health**, v. 216, n. 4, p. 445-460, 2013.

GAZALLE, F. K.; HALLAL, P. C.; LIMA, M. S. Depressão na população idosa: os médicos estão investigando? **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 145-9, set. 2004.

GOETHEL, G. Avaliação de parâmetros bioquímicos e toxicológicos de fumicultores do município de Venâncio Aires/RS. **Revista Brasileira de Pesquisa Saúde**, Vitória, v. 15, n. 1, p. 105-112, jan-mar, 2013.

GONCALVES, L. R. C.; GONCALVES, E.; OLIVEIRA JÚNIOR, L. B. Determinantes espaciais e socioeconômicos do suicídio no Brasil: uma abordagem regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 281-316, 2011.

GRANDO, C. P. O suicídio na pauta jornalística. **Observatório da Imprensa**, n. 596, 29 jun. 2010. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-suicidio-na-pauta-jornalistica>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

GREGOIRE, A. The mental health of farmers. **Occupational Medicine**, v. 52, n. 8, p. 471-476, 2002.

GREGOLIS, T. B. L.; PINTO, W. J.; PERES, F. Percepção de riscos do uso de agrotóxicos por trabalhadores da agricultura familiar do município de Rio Branco, AC. **Revista Brasileiro de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 99-113, 2012.

HASSARD, J.; TEOH, K. **Psychosocial issues in the agriculture sector**. OSH WIKI Networking Knowledge. 2013. Disponível em: <https://oshwiki.eu/wiki/Psychosocial_issues_in_the_agriculture_sector>.

HEEMANN, F. **O cultivo do fumo e as condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais**. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Porto Alegre, 2009.

HOOLEY, J. M.; TEASDALE, J. D. Predictors of relapse in unipolar depressives: expressed emotion, marital distress, and perceived criticism. **Journal Abnormal Psychology**, v. 98, n. 3, p. 229-235, 1989.

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. Núcleo Einstein de Álcool e Drogas. Álcool e drogas sem distorção. O fumo no Sul do Brasil. Disponível em: <www.einstein.br/alcooledrogas>

INACIO, A. F. **Exposição ocupacional e ambiental a agrotóxicos e nicotina na cultura de fumo do município de Arapiraca, AL**. Dissertação Doutorado em Saúde Pública e Meio Ambiente)- Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

INDÚSTRIA do fumo e do veneno. Entrevista especial com Sebastião Pinheiro. **Instituto Humanitas Unisinos**, jun. 2009. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/entrevistas/22928-industria-do-fumo-e-do-veneno>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisas agropecuárias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Série Relatórios metodológicos, v. 6).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. TABELA 02. **Produção Agrícola Municipal**. Culturas temporárias e permanentes, v. 40. 2013, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_%5Banual%5D/2013/tabelas_pdf/tabela02.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Produtos agrotóxicos e afins comercializados em 2009 no Brasil**: uma abordagem ambiental. Brasília: Ibama, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Descrição e análise do perfil socioeconômico das áreas e dos produtores de fumo em folha no sul e no nordeste do Brasil**: um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

KEIFER, M. C.; FIRESTONE, J. Neurotoxicity of pesticides. **Journal of Agromedicine**, v. 12, n. 1, p. 17-25, 2007.

LARA, C. V.; VOLPI, J. H. Lowen e Dejours: juntos a favor da saúde e da qualidade de vida no trabalho. In: ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIA CORPORAIS, XVII, XII, 2012. **Anais...** Curitiba: Centro Reichiano, 2012.

LIMA, C. S. et al. Exposure to methamidophos at adulthood adversely affects serotonergic biomarkers in the mouse brain. **Neurotoxicology**, v. 32, n. 6, p. 718-724, 2011.

LONDON, L. et al. Neurobehavioral and neurodevelopmental effects of pesticide exposures. **Neurotoxicology**, v. 33, n. 4, p. 887-896, 2012.

LONDON, L. et al. Suicide and exposure to organophosphate insecticides: cause or effect? **American Journal of Industrial Medicine**, v. 47, n. 4, p. 308-321, 2005.

LOVISI, G. M. et al. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 31, Supl. II, p. S86-S93, 2009.

MARTINS, S. R.; SANTOS, U. P. Servidão moderna. In: ARAUJO, A. J. (Org.). **Manual de condutas e práticas em tabagismo**. Rio de Janeiro: Gen, 2012. p. 16-22.

MARX, K. O. **O capital, crítica da economia política**. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 149 p.

MATTOS, R.; DIAS, E. C. (Orgs). **Saúde do trabalhador e ecologia humana**. Curso saúde do trabalhador e ecologia humana: caderno do aluno. Rio de Janeiro: EAD, ENSP, FIOCRUZ, 2012.

MÁXIMO, G. C. **Aspectos socio-demográficos da depressão e utilização de serviços de saúde no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG-Cedeplar, 2010.

MENDES, R. **A atualidade de Ramazzini, 300 anos Depois**. Disponível em: <<http://www.saudeetrabalho.com.br/textos-miscelania-6.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MENDES, R; DIAS, E. C. Da medicina do trabalhador à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, S. Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

MENEGHEL, S. N. Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 6, p. 804-810, 2004.

MENEZES, C. C.; MAGALHÃES, E. M. Crianças e adolescentes na fumicultura, RS - trabalho, escola, saúde. In: SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL E SUDESTE, CAMPANHA

NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO NA ÁREA RURAL, 2001, Chapeco, SC. **Anais...** Chapeco, SC: DRT/SC, 2001.

MINAYO GOMEZ, C. Campo de saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: MINAYO GOMEZ, C.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs). **Saúde do trabalhador na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 23-34.

MINAYO, M. C. S; MACHADO, J. M. H.; PENA. Saúde do trabalhador na sociedade Brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

MOREIRA, E. R.; TARGINO, I.; ALBERT, M. F. P. Condições e organização do trabalho precoce na agricultura e seus impactos sobre a saúde. **Cadernos de Logepa**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 59-70, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, J. M. C. A cultura do fumo na Bahia: refletindo sobre a Convenção-Quadro. **Bahia Agrícola**, v. 7, n. 2, p. 57-63, abr. 2006.

OLIVEIRA, P. P. V, et al. **Primeiro relato do surto da doença da folha verde do tabaco no Brasil**. **Caderno de Saúde Pública**, v. 26, n. 12, p. 2263-2269, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção do suicídio**: um manual para médicos clínicos gerais. Genebra: OMS, 2000. 18p.

PENA, P. G. L. et al. O trabalho e suas articulações com a saúde: mas, afinal, o que é o trabalho?. In: MATTOS, R. C. O. C.; DIAS, E. C. (Org.). **Curso saúde do trabalhador e ecologia humana**: caderno do aluno. 2 ed. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2012, p. 55-86.

PERES, F. et al. Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em região agrícola do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 6, p. 564-70, 2001.

PERES, F.; MOREIRA, J. C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxico em um polo agrícola no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, Sup. 4, p. S612-S621, 2007.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C. (Orgs). **É veneno ou é remédio?**: agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 21-41.

PERES, J.; NETO, M. Produtores buscam alternativas para a produção de fumo. **GGN – O Jornal de todos os Brasis**, 03 nov. 2015. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/noticia/produtores-buscam-alternativas-para-a-producao-de-fumo>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

PETERSON, P. Um novo grito contra o silêncio. In: CARNEIRO, F. P. et al. **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 27-36.

PIRES, D. X.; CALDAS, E. D.; RECENA, M. C. P. Uso de Agrotóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 598-605, mar-abr, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

RIQUINHO, D. L. **A Propaganda deles é boa, e é enganosa: vida, saúde e trabalho de famílias agricultoras do fumo no Sul do Brasil**. Tese (Doutorado)- Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2013.

RODRIGUES, P. F.; ALVARO, A. L. T.; RONDINA, R. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. IV, n. 7, nov. 2006. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lh21p1iEajxIWcK_2013-5-10-15-30-2.pdf>.

ROSEN, G. A evolução a medicina social. In: NUNES, E. D. (Org.). **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo: Global, 1983. p. 25-82.

SCHLINDWEIN, V. L. D. C Dor e sofrimento oculto: a desproteção social dos trabalhadores do fumo. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.32, p. 82-97, jan/jul. 2010.

SELIGMANN-SILVA, E. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental no trabalho contemporâneo. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

SILVEIRA, R. L. L; DORNELLES, M. Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial. Notas introdutórias para uma geografia do tabaco. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XIV, n. 338, 2010. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/813_mercado_mundial.pdf>.

SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA DO TABACO. Santa Cruz do Sul, RS: SINDITABACO, 2015. <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/tipos-de-tabaco/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

STALLONES, L.; BESELER, C. Pesticide poisoning and depressive symptoms among farm residents. **Annals of Epidemiology**, v. 12, n. 6, p. 389-94, 2002.

TROIAN, A. et al. Percepções sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos no cultivo de tabaco: um estudo com agricultores e agentes rurais no município de arvorezinha/RS. CONGRESSO SOBER, 48., 2009, Campo Grande, MS. **Anais...** Brasília: Sociedade Brasileira de Economia, Administração E Sociologia Rural, 2009.

UNITED STATES. First federal tobacco tax was introduced to help finance the Civil War. 1862.

VENCO, S.; BARRETO, M. O Sentido social do suicídio no trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 108, maio 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu, MG. **GT 17: Processos Sociais Agrários**.

WESSELING, C. et al. Symptoms of psychological distress and suicidal ideation among banana workers with a history of poisoning by organophosphate or n-methyl carbamate pesticides. **Occupational and Environmental Medicine**, v. 67, n. 11, p. 778-784, 2010.

WOLF, R. M. S. **Trabalho Infantil**. Exposição Crônica e neurotoxinas ambientais e dificuldades de aprendizagem. Trabalho apresentado no Seminário de Diversificação de Agricultura Familiar. Curitiba, 05 de maio de 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Depression. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/management/depression/definition/en/index1.html>. Acesso em: 16 nov. 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide**: a global imperative. Geneva: WHO, 2014. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/world_report_2014/en/>.

APÊNDICE A – 1

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Cruz das Almas

População estimada 2014: 63.761

Densidade demográfica (Hab/Km²): 402,12 (2013)

PIB a preços correntes – ano 2013: R\$ 771.673 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,699

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 300 ha

Quantidade produzida: 375 toneladas

Valor da produção: 2.213 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,28%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A -2

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Governador Mangabeira

População estimada 2014: 21.198

Densidade demográfica (Hab/Km²): 186,40

PIB a preços correntes – ano 2013: 148.640 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,643

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 1.045 ha

Quantidade produzida: 1.045 toneladas

Valor da produção: 6.793 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 4,57%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A - 3

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Muritiba

População estimada 2014: 30.691

Densidade demográfica (Hab/Km²): 323,58

PIB a preços correntes – ano 2013: 214.955 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,660

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 213 ha

Quantidade produzida: 213 toneladas

Valor da produção: 1.385 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,64%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A -4

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Sapeaçu

População estimada 2014: 17.630

Densidade demográfica (Hab/Km²): 141,50

PIB a preços correntes – ano 2013: 140.271 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,614

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 140 ha

Quantidade produzida: 175 toneladas

Valor da produção: 1.033 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,73%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-5

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Cabaceiras do Paraguaçu

População estimada 2014: 18.978

Densidade demográfica (Hab/Km²): 76,66

PIB a preços correntes – ano 2013: 103.994 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,581

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 800 ha

Quantidade produzida: 800 toneladas

Valor da produção: 5.200 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 5%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-6

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Arapiraca

População estimada 2014: 229.329

Densidade demográfica (Hab/Km²): 600,83

PIB a preços correntes – ano 2013: 2.955.858 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,649

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 3.800 ha

Quantidade produzida: 4.560 toneladas

Valor da produção: 4.560 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,15%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-7

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Craíbas

População estimada 2014: 24.166

Densidade demográfica (Hab/Km²): 83,44

PIB a preços correntes – ano 2013: 118.657 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,525

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 1.000 ha

Quantidade produzida: 1.200 toneladas

Valor da produção: 1.200 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 1,01%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos?: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-8

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Lagoa da Canoa

População estimada 2014: 18.437

Densidade demográfica (Hab/Km²): 206,33

PIB a preços correntes – ano 2012: 106.871 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,552

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 1.000 ha

Quantidade produzida: 1.200 toneladas

Valor da produção: 1.200 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 1,12%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-9

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Feira Grande

População estimada 2014: 22.406

Densidade demográfica (Hab/Km²): 123,42

PIB a preços correntes – ano 2012: 133.418 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,533

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 1.000 ha

Quantidade produzida: 1.200 toneladas

Valor da produção: 1.200 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,89%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A -10

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Girau do Ponciano

População estimada 2014: 40.100

Densidade demográfica (Hab/Km²): 73,11

PIB a preços correntes – ano 2012: 219.228 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,536

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 1.300 ha

Quantidade produzida: 1.560 toneladas

Valor da produção: 1.560 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,71%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-11

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Junqueiro

População estimada 2014: 25.078

Densidade demográfica (Hab/Km²): 98.66

PIB a preços correntes – ano 2012: 202.476 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,575

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 140 ha

Quantidade produzida: 193 toneladas

Valor da produção: 367 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,18%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-12

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: São Sebastião

População estimada 2014: 34.024

Densidade demográfica (Hab/Km²): 101.59

PIB a preços correntes – ano 2012: 236.830 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,549

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 230 ha

Quantidade produzida: 300 toneladas

Valor da produção: 330 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,13%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A -13

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Coité do Noia

População estimada 2014: 10.992

Densidade demográfica (Hab/Km²): 123.44

PIB a preços correntes – ano 2012: 66.867 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,533

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 150 ha

Quantidade produzida: 180 toneladas

Valor da produção: 180 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,26%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

A APÊNDICE A-14

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Igaci

População estimada 2014: 26.041

Densidade demográfica (Hab/Km²): 75,31

PIB a preços correntes – ano 2012: 153.430 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,564

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 110 ha

Quantidade produzida: 60 toneladas

Valor da produção: 108.000 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,07%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-15

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SERGIPE

Nome do Município: Riachão do Dantas

População estimada 2014: 19.957

Densidade demográfica (Hab/Km²): 36,48

PIB a preços correntes – ano 2012: 154.649 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,539

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 200 ha

Quantidade produzida: 260 toneladas

Valor da produção: 1.196 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,77%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-16

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SERGIPE

Nome do Município: Lagarto

População estimada 2014: 101.305

Densidade demográfica (Hab/Km²): 97,84

PIB a preços correntes – ano 2012: 1.187.423 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,625

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 200 ha

Quantidade produzida: 320 toneladas

Valor da produção: 1.472 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,12%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-17

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SERGIPE

Nome do Município: Salgado

População estimada 2014: 20.083

Densidade demográfica (Hab/Km²): 78,14

PIB a preços correntes – ano 2012: 150.037 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,609

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2 ha

Quantidade produzida: 3 toneladas

Valor da produção: 14.000 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 0,009%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos?: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-18

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Candelária

População estimada 2014: 31.476

Densidade demográfica (Hab/Km²): 31,96

PIB a preços correntes – ano 2012: 562.869 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,674

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 7.900 ha

Quantidade produzida: 18.170 toneladas

Valor da produção: 120.801 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 21,4%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

APÊNDICE A-19

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Agudo

População estimada 2014: 17.140

Densidade demográfica (Hab/Km²): 31,19

PIB a preços correntes – ano 2012: 353.724 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,694

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 5.000 ha

Quantidade produzida: 10.500 toneladas

Valor da produção: 73.815 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 20,86

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-20

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Vera Cruz

População estimada 2014: 25.525

Densidade demográfica (Hab/Km²): 77,46

PIB a preços correntes – ano 2013: 566.193 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,737

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 5.100 ha

Quantidade produzida: 11.220 toneladas

Valor da produção: 84.150 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 14,86%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-21

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Dom Feliciano

População estimada 2014: 15.103

Densidade demográfica (Hab/Km²): 10,60

PIB a preços correntes – ano 2013: 182.206 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,587

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 4.500 ha

Quantidade produzida: 9.000 toneladas

Valor da produção: 52.626 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 28,88 %

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-22

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Chuvisca

População estimada 2014: 5233

Densidade demográfica (Hab/Km²): 22,42

PIB a preços correntes – ano 2013: 96.523 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,616

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 4.200 ha

Quantidade produzida: 8.400 toneladas

Valor da produção: 48.398 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 50,14%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-23

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: São Lourenço do Sul

População estimada 2014: 44.541

Densidade demográfica (Hab/Km²): 21.17

PIB a preços correntes – ano 2013: 777.255 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,687

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 10.000 ha

Quantidade produzida: 18.900 toneladas

Valor da produção: 128.142 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 16,48%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-24

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Canguçu

População estimada 2014: 55.801

Densidade demográfica (Hab/Km²): 15,11

PIB a preços correntes – ano 2013: 777.607 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,650

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 11.000 ha

Quantidade produzida: 24.200 toneladas

Valor da produção: 169.400 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 21,78%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-25

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Camaquã

População estimada 2014: 65.835

Densidade demográfica (Hab/Km²): 37,37

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.481.198 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,697

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 8800 ha

Quantidade produzida: 17.600 toneladas

Valor da produção: 102.913 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 6,94%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-26

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Venancio Aires

População estimada 2014: 69.859

Densidade demográfica (Hab/Km²): 85,29

PIB a preços correntes – ano 2013: 2.585.285 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,712

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 11.100 ha

Quantidade produzida: 24.975 toneladas

Valor da produção: 179.820 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 6,95%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-27

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Arroio do Tigre

População estimada 2014: 13.316

Densidade demográfica (Hab/Km²): 39,74

PIB a preços correntes – ano 2013: 292.337 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,707

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 7.035 ha

Quantidade produzida: 17.412 toneladas

Valor da produção: 115.323 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 39,44%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-28

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Vale do Sol

População estimada 2014: 11.650

Densidade demográfica (Hab/Km²): 33,75

PIB a preços correntes – ano 2013: 194.928 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,624

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 6.865 ha

Quantidade produzida: 13.730 toneladas

Valor da produção: 94.737 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 48,60%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-29

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Santa Cruz do Sul

População estimada 2014: 126.084

Densidade demográfica (Hab/Km²): 161,40

PIB a preços correntes – ano 2013: 6.674.792 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,773

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 7.200 ha

Quantidade produzida: 15.840 toneladas

Valor da produção: 101.376 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 1,51%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-30

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Canoinhas

População estimada 2014: 54.079

Densidade demográfica (Hab/Km²): 46,27

PIB a preços correntes – ano 2013: 164.861 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,757

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 6.000 ha

Quantidade produzida: 14.400 toneladas

Valor da produção: 112.320 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 68,13%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-31

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Itaiópolis

População estimada 2014: 21.139

Densidade demográfica (Hab/Km²): 15,67

PIB a preços correntes – ano 2013: 545.055 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,708

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 6.000 ha

Quantidade produzida: 13.500 toneladas

Valor da produção: 105.030 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 19,26%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-32

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Santa Terezinha

População estimada 2014: 8.873

Densidade demográfica (Hab/Km²): 12,26

PIB a preços correntes – ano 2013: 162.075 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,669

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 5.500 ha

Quantidade produzida: 11.000 toneladas

Valor da produção: 77.000 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 47,58%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-33

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Içara

População estimada 2014: 52.284

Densidade demográfica (Hab/Km²): 200,42

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.536.423 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,741

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 3.400 ha

Quantidade produzida: 6.120 toneladas

Valor da produção: 38.556 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 2,50%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos?: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-34

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Vidal Ramos

População estimada 2014: 6.366

Densidade demográfica (Hab/Km²): 18,34

PIB a preços correntes – ano 2013: 210.057 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,700

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.700 ha

Quantidade produzida: 5.400 toneladas

Valor da produção: 37.800 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 17,99%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-35

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Irineópolis

População estimada 2014: 10.989

Densidade demográfica (Hab/Km²): 17,72

PIB a preços correntes – ano 2013: 277.164 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,699

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 4.000 ha

Quantidade produzida: 10.000 toneladas

Valor da produção: 78.200 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 28,21%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-36

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Ituporanga

População estimada 2014: 24.061

Densidade demográfica (Hab/Km²): 66,04

PIB a preços correntes – ano 2013: 592.331 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,748

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.900 ha

Quantidade produzida: 6.235 toneladas

Valor da produção: 43.645 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 7,36%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-37

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Araranguá

População estimada 2014: 65.769

Densidade demográfica (Hab/Km²): 202,14

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.337.229 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,760

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.000 ha

Quantidade produzida: 3.800 toneladas

Valor da produção: 26.372 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 1,97%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-38

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Mafra

População estimada 2014: 55.313

Densidade demográfica (Hab/Km²): 37,69

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.239.765 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,777

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.600 ha

Quantidade produzida: 6.240 toneladas

Valor da produção: 48.672 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 3,92%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-39

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Papanduva

População estimada 2015: 18.793 * Acesso em 08/11/15

Densidade demográfica (Hab/Km²): 23,97

PIB a preços correntes – ano 2013: 834.040 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,704

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.800 ha

Quantidade produzida: 6.720 toneladas

Valor da produção: 52.752 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 6,32%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-40

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Bela Vista do Toldo

População estimada 2015: 6.248 * Acesso em 08/11/15

Densidade demográfica (Hab/Km²): 11,16

PIB a preços correntes – ano 2013: 154.360 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,675

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.800 ha

Quantidade produzida: 6.440 toneladas

Valor da produção: 56.103 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 36,34%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-41

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - SANTA CATARINA

Nome do Município: Petrolândia

População estimada 2015: 6.080

Densidade demográfica (Hab/Km²): 20,04

PIB a preços correntes – ano 2013: 160.449 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,716

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.200 ha

Quantidade produzida: 3.998 toneladas

Valor da produção: 27.986 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 17,44%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-42

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: São João do Triunfo

População estimada 2014: 14.583

Densidade demográfica (Hab/Km²): 19,02

PIB a preços correntes – ano 2013: 290.501 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,629

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 6.000 ha

Quantidade produzida: 13.711 toneladas

Valor da produção: 76.453 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 26,31%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br> |

APÊNDICE A-43

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Rio Azul

População estimada 2014: 14.913

Densidade demográfica (Hab/Km²): 22,38

PIB a preços correntes – ano 2013: 349.971 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,687

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 5.496 ha

Quantidade produzida: 12.376 toneladas

Valor da produção: 73.181 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 20,91%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-44

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Prudentópolis

População estimada 2014: 51.281

Densidade demográfica (Hab/Km²): 21,14

PIB a preços correntes – ano 2013: 805.509 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,676

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 4.400 ha

Quantidade produzida: 9.701 toneladas

Valor da produção: 58.206 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 7,22%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-45

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Prêñ

População estimada 2014: 12.086

Densidade demográfica (Hab/Km2): 44,10

PIB a preços correntes – ano 2013: 587.940 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,694

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 4.300 ha

Quantidade produzida: 10.187 toneladas

Valor da produção: 71.309 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 12,12%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-46

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: São Mateus do Sul

População estimada 2015: 44.594 *

Densidade demográfica (Hab/Km²): 30,75

PIB a preços correntes – ano 2012: 1.051.391 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,719

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.450 ha

Quantidade produzida: 5.023 toneladas

Valor da produção: 28.008 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 2,66%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-47

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Irati

População estimada 2014: 59.708

Densidade demográfica (Hab/Km²): 56,23

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.310.078 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,726

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 3.248 ha

Quantidade produzida: 7.360 toneladas

Valor da produção: 46.810 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 3,57%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-48

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Imbituva

População estimada 2014: 31.055

Densidade demográfica (Hab/Km²): 37,61

PIB a preços correntes – ano 2013: 553.990 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,660

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 3.298 ha

Quantidade produzida: 7.312 toneladas

Valor da produção: 46.504 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 8,39%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

APÊNDICE A-49

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Ipiranga

População estimada 2014: 14.978

Densidade demográfica (Hab/Km²): 15,26

PIB a preços correntes – ano 2013: 365.014 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,652

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 4.000 ha

Quantidade produzida: 9.200 toneladas

Valor da produção: 57.040 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 15,62%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-50

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Palmeira

População estimada 2014: 33.753

Densidade demográfica (Hab/Km²): 22,04

PIB a preços correntes – ano 2013: 867.583 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,718

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 3.000 ha

Quantidade produzida: 7.500 toneladas

Valor da produção: 26.250 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 3,02%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-51

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Guamiranga

População estimada 2015: 8.484

Densidade demográfica (Hab/Km²): 32,27

PIB a preços correntes – ano 2013: 161.347 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,669

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.690 ha

Quantidade produzida: 5.843 toneladas

Valor da produção: 37.161 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 23,03%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos?: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE A-52

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Ivai

População estimada 2015: 13.628 *

Densidade demográfica (Hab/Km²): 21,08

PIB a preços correntes – ano 2013: 244.598 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,651

Há quanto tempo planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de fumo: em folha

Hectares plantados: 2.250 ha

Quantidade produzida: 5.175 toneladas

Valor da produção: 33.379 mil reais

Participação do tabaco no PIB: 13,64%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B-1

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Baianópolis

População estimada 2014: 14.126

Densidade demográfica (Hab/Km²): 4,14

PIB a preços correntes – ano 2012: 89.382 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,589

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 16.663 ha

Quantidade produzida: 15.996 T

Valor da produção: 12.885 mil reais

Participação do produto no PIB: 14,41%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Não

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 2

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Araci

População estimada 2014: 56.023

Densidade demográfica (Hab/Km²): 33,19

PIB a preços correntes – ano 2013: 297.789 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,534

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Feijão

Hectares plantados: 2.800 ha

Quantidade produzida: 315 T

Valor da produção: 840 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,28%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B-3

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Paripiranga

População estimada 2014: 29.769

Densidade demográfica (Hab/Km²): 63,76

PIB a preços correntes – ano 2013: 229.996 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,577

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 24.000 ha

Quantidade produzida: 168.000 T

Valor da produção: 67.200 mil reais

Participação do produto no PIB: 29,21%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 4

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - BAHIA

Nome do Município: Cocos

População estimada 2014: 19.396

Densidade demográfica (Hab/Km²): 1,77

PIB a preços correntes – ano 2013: 191.182 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,596

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 21.458 ha

Quantidade produzida: 46.864 T

Valor da produção: 45.497 mil reais

Participação do produto no PIB: 23,79%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -5

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – BAHIA

Nome do Município: Caculé

População estimada 2014: 23.545

Densidade demográfica (Hab/Km²): 33,27

PIB a preços correntes – ano 2013: 183.403 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,637

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 1.000 ha

Quantidade produzida: 240 T

Valor da produção: 103.000 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,05%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -6

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Campo Grande

População estimada 2014: 55.814

Densidade demográfica (Hab/Km²): 172,20

PIB a preços correntes – ano 2013: 302.928 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,570

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 16.400 ha

Quantidade produzida: 1.145.000 T

Valor da produção: 68.700 mil reais

Participação do produto no PIB: 22,67%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -7

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Palmeira do Indios

População estimada 2014: 73.725

Densidade demográfica (Hab/Km2): 155,44

PIB a preços correntes – ano 2013: 648.676 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,638

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 1.200 ha

Quantidade produzida: 700 T

Valor da produção: 314 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,04%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -8

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Maragogi

População estimada 2014: 31.748

Densidade demográfica (Hab/Km²): 86,06

PIB a preços correntes – ano 2013: 291.478 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,574

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 4.500 ha

Quantidade produzida: 298.664 T

Valor da produção: 16.537 mil reais

Participação do produto no PIB: 5,67%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos?: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -9

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Porto Calvo

População estimada 2014: 27.171

Densidade demográfica (Hab/Km²): 83,49

PIB a preços correntes – ano 2013: 203.181 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,586

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 9.000 ha

Quantidade produzida: 586.467 T

Valor da produção: 31.886 mil reais

Participação do produto no PIB: 15,69%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -10

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Teotônio Vilela

População estimada 2014: 43.895

Densidade demográfica (Hab/Km²): 138,15

PIB a preços correntes – ano 2013: 340.137 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,564

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 15.000 ha

Quantidade produzida: 1.013.000 T

Valor da produção: 62.046 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,60%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -11

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – ALAGOAS

Nome do Município: Colonia Leopoldina

População estimada 2014: 21.036

Densidade demográfica (Hab/Km²): 96,29

PIB a preços correntes – ano 2013: 134.620 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,517

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 7.100 ha

Quantidade produzida: 436.650 T

Valor da produção: 27.304 mil reais

Participação do produto no PIB: 20,28%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 12

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Joaquim Gomes

População estimada 2014: 24.061

Densidade demográfica (Hab/Km²): 75,68

PIB a preços correntes – ano 2013: 117.560 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,531

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 2.800ha

Quantidade produzida: 126.649 T

Valor da produção: 7.919 mil reais

Participação do produto no PIB: 6,73%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -13

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Branquinha

População estimada 2014: 10.745

Densidade demográfica (Hab/Km²): 63,63

PIB a preços correntes – ano 2013: 49.805 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,513

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 4.480 ha

Quantidade produzida: 265.090 T

Valor da produção: 16.576 mil reais

Participação do produto no PIB: 33,28%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 14

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - ALAGOAS

Nome do Município: Boca da Mata

População estimada 2014: 27.399

Densidade demográfica (Hab/Km²): 138,19

PIB a preços correntes – ano 2013: 272.475 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,604

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 12.700 ha

Quantidade produzida: 872.000 T

Valor da produção: 51.483 mil reais

Participação do produto no PIB: 18,89%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -15

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - SERGIPE

Nome do Município: Itabaiana

População estimada 2014: 93.572

Densidade demográfica (Hab/Km²): 258,30

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.265.104 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,642

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Batata doce

Hectares plantados: 1530 ha

Quantidade produzida: 23.400 T

Valor da produção: 14.040 mil reais

Participação do produto no PIB: 1,10%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- -16

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - SERGIPE

Nome do Município: Areia Branca

População estimada 2014: 17.996

Densidade demográfica (Hab/Km²): 114,93

PIB a preços correntes – ano 2013: 162.883 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,579

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 777 ha

Quantidade produzida: 42.735 T

Valor da produção: 2.778 mil reais

Participação do produto no PIB: 1,70%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 17

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - SERGIPE

Nome do Município: Poço Verde

População estimada 2014: 23.249

Densidade demográfica (Hab/Km²): 49,95

PIB a preços correntes – ano 2013: 185.983 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,561

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 12.522 ha

Quantidade produzida: 50.712 T

Valor da produção: 20.690 mil reais

Participação do produto no PIB: 11,12%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 18

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Dom Pedrito

População estimada 2014: 39.920

Densidade demográfica (Hab/Km²): 7,49

PIB a preços correntes – ano 2013: 977.858 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,708

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 67.000 ha

Quantidade produzida: 180.900 T

Valor da produção: 158.197 mil reais

Participação do produto no PIB: 16,17%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 19

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Lajeado

População estimada 2014: 77.761

Densidade demográfica (Hab/Km²): 793,07

PIB a preços correntes – ano 2013: 2.884.716 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,778

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 550 ha

Quantidade produzida: 1.710 T

Valor da produção: 1.551 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,05%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 20

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Flores da Cunha

População estimada 2014: 28.974

Densidade demográfica (Hab/Km²): 99,20

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.104.546 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,754

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 700 ha

Quantidade produzida: 3.150 T

Valor da produção: 1.344 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,12%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 21

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Ijuí

População estimada 2014: 82.563

Densidade demográfica (Hab/Km²): 114,51

PIB a preços correntes – ano 2013: 2.760.178 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,781

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 45.000 ha

Quantidade produzida: 121.500 T

Valor da produção: 104.745 mil reais

Participação do produto no PIB: 3,79%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 22

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Imbé

População estimada 2014: 19.676

Densidade demográfica (Hab/Km²): 448,53

PIB a preços correntes – ano 2013: 333.429 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,764

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Mandioca

Hectares plantados: 2 ha

Quantidade produzida: 16 T

Valor da produção: 17.000 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,005%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 23

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Ajuricaba

População estimada 2014: 7.403

Densidade demográfica (Hab/Km²): 22,44

PIB a preços correntes – ano 2013: 201.507 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,753

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 17.000 ha

Quantidade produzida: 43.860 T

Valor da produção: 37.812 mil reais

Participação do produto no PIB: 18,76%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 24

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE D SUL

Nome do Município: Antonio Padro

População estimada 2014: 13.274

Densidade demográfica (Hab/Km²): 36,92

PIB a preços correntes – ano 2013: 369.887 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,758

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 2.250 ha

Quantidade produzida: 13.500 T

Valor da produção: 5.419 mil reais

Participação do produto no PIB: 1,46%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 25

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Vacaria

População estimada 2014: 64.857

Densidade demográfica (Hab/Km²): 28,87

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.655.122 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,721

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 42.250 ha

Quantidade produzida: 126.075 T

Valor da produção: 114.075 mil reais

Participação do produto no PIB: 6,89%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 26

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Balneário Pinhal

População estimada 2014: 12.106

Densidade demográfica (Hab/Km²): 104,63

PIB a preços correntes – ano 2013: 152.060 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,696

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 413 ha

Quantidade produzida: 2.995 T

Valor da produção: 1.939 mil reais

Participação do produto no PIB: 1,27%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 27

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Ibirubá

População estimada 2014: 20.181

Densidade demográfica (Hab/Km²): 31,79

PIB a preços correntes – ano 2013: 919.233 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,765

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 41.000 ha

Quantidade produzida: 135.300 T

Valor da produção: 121.094

Participação do produto no PIB: 13,17%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 28

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Carazinho

População estimada 2014: 61.875

Densidade demográfica (Hab/Km²): 89,19

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.817.651

IDHM - ano 2010: 0,766

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 36.000 ha

Quantidade produzida: 108.000 T

Valor da produção: 97.500 mil reais

Participação do produto no PIB: 5,36%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 29

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – RIO GRANDE DO SUL

Nome do Município: Carlos Barbosa

População estimada 2014: 27.279

Densidade demográfica (Hab/Km²): 110,17

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.462.421 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,796

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Milho

Hectares plantados: 700 ha

Quantidade produzida: 3.780 T

Valor da produção: 1.890 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,12%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 30

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Itapema

População estimada 2015: 57.089 *

Densidade demográfica (Hab/Km²): 792,29

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.170.089 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,796

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 300 ha

Quantidade produzida: 2.400 T

Valor da produção: 1.505 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,12%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

APÊNDICE B-31

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: São Pedro de Alcântara

População estimada 2015: 5.373 (acesso em 09/11/15)

Densidade demográfica (Hab/Km²): 33,60

PIB a preços correntes – ano 2013: 55.260 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,734

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 180 ha

Quantidade produzida: 9.000 T

Valor da produção: 1.170 mil reais

Participação do produto no PIB: 2,11%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 32

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Paulo Lopes

População estimada 2014: 7.124

Densidade demográfica (Hab/Km²): 14,88

PIB a preços correntes – ano 2013: 176.721 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,716

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 1.250 ha

Quantidade produzida: 7.410 T

Valor da produção: 5.039 mil reais

Participação do produto no PIB: 2,85%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 33

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Imbituba

População estimada 2014: 42.708

Densidade demográfica (Hab/Km²): 219,59

PIB a preços correntes – ano 2013: 897.695 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,765

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 2.232 ha

Quantidade produzida: 17.771 T

Valor da produção: 9.490 mil reais

Participação do produto no PIB: 1,05%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 34

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Biguaçu

População estimada 2014: 63.440

Densidade demográfica (Hab/Km²): 156,94

PIB a preços correntes – ano 2013: 1.385.703 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,739

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 1.050 ha

Quantidade produzida: 5.558 T

Valor da produção: 3.407 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,24%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 35

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Águas Mornas

População estimada 2014: 6.020

Densidade demográfica (Hab/Km²): 16,95

PIB a preços correntes – ano 2013: 148.963 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,723

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 130 ha

Quantidade produzida: 4.550 T

Valor da produção: 455 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,30%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 36

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Garuva

População estimada 2014: 16.435

Densidade demográfica (Hab/Km²): 29,41

PIB a preços correntes – ano 2013: 550.599 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,725

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 1.050 ha

Quantidade produzida: 6.300 T

Valor da produção: 3.528

Participação do produto no PIB: 0,64%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 37

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Governador Celso Ramos

População estimada 2014: 13.801

Densidade demográfica (Hab/Km²): 110,93

PIB a preços correntes – ano 2013: 194.476 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,747

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 50 ha

Quantidade produzida: 2.000 T

Valor da produção: 200.000 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,10%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>

APÊNDICE B- 38

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Itapoá

População estimada 2014: 17.521

Densidade demográfica (Hab/Km²): 59,43

PIB a preços correntes – ano 2013: 593.607 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,761

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 60 ha

Quantidade produzida: 420 T

Valor da produção: 185.000 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,03%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 39

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Penha

População estimada 2014: 28.718

Densidade demográfica (Hab/Km²): 427,87

PIB a preços correntes – ano 2012: 461.234 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,743

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Mandioca

Hectares plantados: 8 ha

Quantidade produzida: 80 T

Valor da produção: 26 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,005%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 40

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Santo Amaro da Imperatriz

População estimada 2014: 21.572

Densidade demográfica (Hab/Km²): 57,62

PIB a preços correntes – ano 2012: 635.937 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,781

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Mandioca

Hectares plantados: 100 ha

Quantidade produzida: 1500 T

Valor da produção: 420 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,06%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 41

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO – SANTA CATARINA

Nome do Município: Timbó

População estimada 2014: 40.515

Densidade demográfica (Hab/Km²): 288,64

PIB a preços correntes – ano 2012: 1.394.683 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,784

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Arroz

Hectares plantados: 700 ha

Quantidade produzida: 5.600 T

Valor da produção: 3.136 mil reais

Participação do produto no PIB: 0,22%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos?: Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 42

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Guairaçá

População estimada 2014: 6.500

Densidade demográfica (Hab/Km²): 12,55

PIB a preços correntes – ano 2012: 155.793 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,693

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 10.973 ha

Quantidade produzida: 687.215 T

Valor da produção: 34.663 mil reais

Participação do produto no PIB: 22,24%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 43

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Jacarezinho

População estimada 2015: 40.243*

Densidade demográfica (Hab/Km²): 64,93

PIB a preços correntes – ano 2012: 816.069 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,743

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 25.500 ha

Quantidade produzida: 2.550.000 T

Valor da produção: 144.662 mil reais

Participação do produto no PIB: 17,72%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 44

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Cerro Azul

População estimada 2014: 17.689

Densidade demográfica (Hab/Km²): 12,63

PIB a preços correntes – ano 2013: 204.174 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,573

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Feijão

Hectares plantados: 1.970 ha

Quantidade produzida: 2.606 T

Valor da produção: 7.638 mil reais

Participação do produto no PIB: 3,74%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 45

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Jaguariaíva

População estimada 2014: 34.285

Densidade demográfica (Hab/Km²): 22,44

PIB a preços correntes – ano 2013: 997.103 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,743

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 14.800 ha

Quantidade produzida: 53.160 T

Valor da produção: 48.983 mil reais

Participação do produto no PIB: 4,91%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 46

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Alvorada do Sul

População estimada 2014: 10.965

Densidade demográfica (Hab/Km²): 24,24

PIB a preços correntes – ano 2013: 190.824 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,708

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 20.150 ha

Quantidade produzida: 65.688 T

Valor da produção: 59.119 mil reais

Participação do produto no PIB: 30,98%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 47

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Santa Mariana

População estimada 2014: 12.496

Densidade demográfica (Hab/Km²): 29,11

PIB a preços correntes – ano 2012: 251.765 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,700

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 27.500 ha

Quantidade produzida: 93.000 T

Valor da produção: 84.258

Participação do produto no PIB: 33,46%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 48

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Castro

População estimada 2014: 70.454

Densidade demográfica (Hab/Km²): 26,50

PIB a preços correntes – ano 2012: 1.998.632 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,703

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 83.200 ha

Quantidade produzida: 307.000 T

Valor da produção: 293.115 mil reais

Participação do produto no PIB: 14,66%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 49

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Marialva

População estimada 2014: 34.096

Densidade demográfica (Hab/Km²): 67,20

PIB a preços correntes – ano 2012: 903.184 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,735

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 23.360 ha

Quantidade produzida: 80.592 T

Valor da produção: 72.775 mil reais

Participação do produto no PIB: 8,05%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 50

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Porecatu

População estimada 2014: 14.086

Densidade demográfica (Hab/Km²): 48,65

PIB a preços correntes – ano 2013: 210.717 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,738

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Cana-de-açúcar

Hectares plantados: 8.322 ha

Quantidade produzida: 710.258 T

Valor da produção: 35.989 mil reais

Participação do produto no PIB: 17,07%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 51

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Ibiporã

População estimada 2014: 52.330

Densidade demográfica (Hab/Km²): 161,88

PIB a preços correntes – ano 2012: 1.973.392 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,726

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 17.150 ha

Quantidade produzida: 49.600 T

Valor da produção: 43.648 mil reais

Participação do produto no PIB: 2,21%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>

APÊNDICE B- 52

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS NÃO FUMICULTORES

ESTADO - PARANÁ

Nome do Município: Iporã

População estimada 2015: 14.887

Densidade demográfica (Hab/Km²): 23,12

PIB a preços correntes – ano 2012: 285.873 mil reais

IDHM - ano 2010: 0,706

Há quanto tempo não planta tabaco: Há mais de 10 anos

Tipo de produção agrícola: Soja

Hectares plantados: 12.600 ha

Quantidade produzida: 20.160 T

Valor da produção: 15.523 mil reais

Participação do produto no PIB: 5,43%

Possui registros do SIM para suicídio: Sim

Houve registro de suicídio nos últimos 10 anos? Sim

Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br>